



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O TRABALHO A DOMICÍLIO
DAS MULHERES DO CARIRI PARAIBANO
NO PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO**

Elaine Maurício Bezerra

**CAMPINA GRANDE - PB
AGOSTO DE 2011**

Elaine Maurício Bezerra

**O TRABALHO A DOMICÍLIODAS MULHERES DO CARIRI
PARAIBANO NO PÓLO DE CONFECÇÕES DO
AGRESTE DE PERENAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação do **Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira**, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia.

Linha de pesquisa Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B574t Bezerra , Elaine Maurício.
O trabalho a domicílio das mulheres do cariri paraibano no pólo de confecções do agreste de Pernambuco / Elaine Maurício Bezerra. – Campina Grande, 2011.

149f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Dr. Roberto Veras de Oliveira.

Referências.

1. Indústria de Confecções. 2. Trabalho. 3. Relações de Gênero. I. Título.


CDU 316.334.22 (043)

Ata da 256ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado da aluna Elaine Maurício Bezerra do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.


Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às 09:00 horas, no Auditório do Centro de Humanidades – CH/UFCG, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dr. Roberto Vêras de Oliveira – PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente e Orientador, Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo – FUNDAJ, como examinadora externa e Dra. Marilda Aparecida de Menezes – PPGCS/UFCG, como examinadora interna, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado da aluna Elaine Maurício Bezerra, intitulada "O Trabalho a Domicílio das Mulheres do Cariri Paraibano para o Pólo de Confeccões do Agreste de Pernambuco". A sessão pública foi aberta pelo professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, a candidata iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. O professor Dr. Roberto Vêras de Oliveira convidou a professora Dra. Ângela Maria Carneiro Araújo para iniciar a arguição e a professora Marilda Aparecida de Menezes prosseguiu com a arguição. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar a candidata. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADO, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 29 de agosto de 2011


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Roberto Vêras de Oliveira
Orientador e Presidente da Banca


Ângela Maria Carneiro Araújo
Membro Titular


Marilda Aparecida de Menezes
Membro Titular


Elaine Maurício Bezerra
Aluna

Dedico àquelas para quem, não raras vezes, o único limite do trabalho é a absoluta incapacidade física de empurrar a agulha um minuto mais.

AGRADECIMENTOS

Não é nada simples, embora prazeroso, ao final de uma empreitada desta monta, referir-se, em forma de agradecimentos, a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho. Para não cometer “injustiças”, não direcionarei os agradecimentos apenas a pessoas, de forma individual, mas aos “coletivos” que fizeram (e fazem) parte da caminhada nestes últimos dois anos, evitando, contudo, relacioná-los por ordem de “prioridade”. Também acredito que este exercício é meramente formal, uma vez que todos esses “sujeitos” já sabem a grande importância deles no meu caminhar. Mesmo assim, os elencarei como forma de manter um registro.

A todos os meus companheiros e companheiras de militância política, que nos mantém acesa a chama da urgente e necessária Revolução Brasileira. Em particular, a Consulta Popular e a Via Campesina que confiou a mim a concessão de uma de suas bolsas de estudo para que pudesse iniciar o curso.

Às queridas companheiras da Casa Pagú (minha moradia), pelo exercício de companheirismo e camaradagem, por vezes, difícil, mas generosamente experimentado.

Ao Centro da Mulher 8 de Março que me apresentou o feminismo e continua a me permitir cotidianamente a práxis feminista para lutar contra todas as formas de opressão e exploração.

A minha família, pela força e aconchego nos momento de cansaço, sem o qual a caminhada seria muito mais árdua.

Ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (GPTDPP), pela oportunidade de participar de um esforço coletivo de pesquisa, cujo compartilhamento das reflexões foi fundamental para alicerçar grande parte dos apontamentos deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande pelo investimento acadêmico e ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela oportunidade de participar de uma Missão PROCAD, possibilitando-me acumular teórica e culturalmente.

Ao nosso orientador, Roberto Vêras, pela sua paciência, compreensão e respeito na condução da orientação, cuja capacidade teórica-metodológica, aliadas as qualidades de ser humano, contribuíram para amenizar a insegurança que, por vezes, “rondava” a elaboração deste trabalho.

A prof^a Helena Hirata pela disponibilidade em ler e comentar nossa pretensão de pesquisa e por, gentilmente, ter aceitado o nosso convite para uma conversa com o movimento feminista em João Pessoa.

Por fim, e especialmente, aquele com quem aprendi o verdadeiro sentido do “*ser companheiro*”, com quem tenho a possibilidade de vivenciar cotidianamente “novas relações de gênero”, numa prática que nos direciona muito mais ao *amor-camaradagem* do que a manutenção dos valores do *amor-celibatário*.

Com efeito, sob o capitalismo, a metade feminina do gênero humano sofre uma opressão dupla. A operária e a camponesa são oprimidas pelo capital, e mesmo nas Repúblicas burguesas mais democráticas, elas não dispõem de direitos iguais aos dos homens, pois que a lei não lhe concede essa igualdade; e mais – o que é essencial – elas vivem na “escravidão do lar”, continuam sendo “escravas domésticas”, sofrendo o jugo do trabalho mais mesquinho, mais sombrio, mais pesado, mais bestializador, o trabalho da cozinha e, em geral, do lar individual e familiar.

Vladimir Ilitch Lênin

Essa exploração se reveste, no trabalho a domicílio, de maior cinismo ainda que na manufatura, pois a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui com sua disseminação; uma série de parasitas rapaces se insere entre o empregador propriamente dito e os trabalhadores.

Karl, Marx

[O machismo] é um dos temas mais importantes para mim, os valores patriarcais, o fálico na cultura, o domínio dos homens. Na casa, o domínio da mulher pode também ser opressor. Mas, os códigos de valores são feitos pelos homens.

Elfriede Jelinek

A mulher não se reivindica como sujeito porque necessita dos meios concretos, porque experimenta o vínculo necessário que a sujeita ao homem, sem sugerir a reciprocidade e porque frequentemente se satisfaz no papel do outro.

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente estudo se propõe a analisar as novas conformações das relações de trabalho no Cariri da Paraíba, a partir da expansão das atividades produtivas e comerciais do *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco* para a referida região. A abordagem se encontra particularmente focada nas condições de inserção das mulheres nessas atividades, especialmente na condição de costureiras, e os novos processos sociais que daí têm resultado. Estamos sugerindo como prisma de análise orientado a partir da seguinte tríade: *trabalho domiciliar familiar, relações de gênero e a interface rural/urbana*, como elementos constitutivos desta experiência. Para tal, reconstituímos as trajetórias de algumas dessas mulheres, a forma sob como a produção da *sulanca* (como ficou conhecida este tipo de confecção) vem se estabelecendo na região e que implicações têm trazido especialmente para as relações entre trabalho e gênero.

ABSTRACT

The subsequent study aims to analyse the new framework of work relations in the *Cariri* communities of Paraíba, following the expansion of commercial and productive activities by the *Centre for Garments of the Interior of Pernambuco* in that particular region. The approach focuses particularly on the conditions of female participation within those activities, especially the conditions of seamstresses, and the outcomes resulting from certain social developments. We propose to carry out an in-depth examination with regards to housework, gender relations and rural/urban boundaries in order to encapsulate the principal aspects of this topic. In doing so, we shall reconstruct the trajectories of some of these women and investigate how the production of *Sulanca* (a garment native to the *Cariri*) came to be established in the region, and the implications that this has brought to gender/work relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – O FIO DA MEADA: O TRABALHO A DOMICÍLIO ONTEM E HOJE.....	19
1.1 – Emergência e desenvolvimento do trabalho a domicílio.....	19
1.2 – O trabalho a domicílio, o trabalho doméstico e a “questão de gênero”.....	22
1.3 – O trabalho a domicílio na indústria de confecções no Brasil e no mundo: conformações históricas e atuais.....	28
1.4 – As transformações no mundo do trabalho pós anos 1970: a reedição do trabalho a domicílio e informal.....	33
CAPÍTULO II – O PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.....	41
2.1 – O desenvolvimento do Nordeste pelo prisma do <i>desenvolvimento nacional</i>	41
2.2 – O Nordeste como <i>problema</i> e a emergência da SUDENE.....	47
2.3 – Os caminhos da constituição do <i>Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco</i>	51
2.4 – O trabalho a domicílio no <i>Pólo de Confecções</i>	58
CAPÍTULO III – O TRABALHO DAS MULHERES DO CARIRI PARAIBANO NO CONTEXTO DO PÓLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO.....	63

3.1 – A inserção do Cariri Paraibano nas atividades do <i>Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco</i>	63
--	----

3.1.1 - Breve Caracterização do Cariri Paraibano e do Assentamento Serrote Agudo.....	64
---	----

3.2 – Vidas ligadas à costura e a diversas outras atividades: trajetórias das costureiras a domicílio.....	70
--	----

3.3 – As formas de trabalho das costureiras do Cariri na sua inserção nas atividades do <i>Pólo</i>	93
---	----

CAPÍTULO IV – AS DINÂMICAS SOCIAIS APREENDIDAS PELO PRISMA DA INSERÇÃO DAS MULHERES DO CARIRI PARAIBANO NO PÓLO DE CONFEÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO..... 102

4.1 – O trabalho domiciliar familiar.....	102
---	-----

4.2 – O trabalho domiciliar e as relações de gênero na dinâmica produtiva do <i>Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco</i>	110
--	-----

4.3 – O trabalho faccionado realizado pelas mulheres nos domicílios rurais da Paraíba.....	116
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	137
-------------------------	------------

ANEXOS.....	143
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora segue apresenta os resultados da nossa pesquisa de Mestrado, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (GPTDPP) da mesma instituição. A referida pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho a domicílio realizado pelas mulheres residentes no Cariri Ocidental Paraibano junto ao Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco, atentando para as características predominantes nas relações de trabalho (informalidade e precariedade) e para as formas de discriminação ali presentes, particularmente referidas a gênero. Para tal, procuramos reconstituir, através das trajetórias de algumas mulheres, a forma sob como a produção de *sulanca* chegou ao território paraibano e como vem se dando na sua atual dinâmica de expansão e reconfiguração.

O Agreste pernambucano compreende uma importante experiência produtiva conhecida como confecção da *sulanca*, a qual se estabeleceu centralmente a partir dos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, atualmente mais correntemente denominada de *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*. Esta experiência remonta à década de 1950 (inicialmente na cidade de Santa Cruz), quando a crise da produção algodoeira intensificou a migração para o Sul do país e a utilização de retalhos vindos da indústria têxtil paulista para a confecção de peças de roupas apresentou-se como alternativa de sobrevivência para segmentos da população local.

A *sulanca* ficou conhecida como peças produzidas com estes retalhos, de qualidade inferior e de baixo custo (inicialmente para suprir as necessidades das famílias locais) que, com o passar dos anos, foi ganhando importância no comércio. Um dado relevante a considerar é que a produção de *sulanca* nasceu fortemente associada ao trabalho artesanal, principalmente das mulheres costureiras que faziam colchas, lençóis de retalhos e peças infantis com máquinas manuais, caseiras. Hoje é possível ver uma diversidade de produtos na linha de camisaria, moda praia, *lingerie*, infanto-juvenil e malharia em geral e tem se tornado tão significativa para a região, que é possível verificar uma inversão do fluxo migratório, como nos aponta Melo (2009, p. 39):

Envolvida pela realidade do êxodo rural que atingia muitas famílias da localidade, a forma de migração vivida por Santa Cruz do Capibaribe passa a acontecer de forma inversa das demais cidades nordestinas: as pessoas, mais propriamente os homens, que estavam

na capital do estado e até mesmo no Sudeste do país ao saberem do sucesso da sulanca voltaram para a cidade e investiram o pouco que economizaram no ramo da confecção, aqui se restabelecendo.

No nosso entender, a ação produtiva do Pólo de Confecções possui em sua configuração, histórica e atual, particularidades e similaridades com o movimento que vem ocorrendo no setor de confecções de modo geral, aparecendo, por um lado, como uma “criação espontânea” e, por outro, integrando-se aos mecanismos atuais da acumulação capitalista, mais precisamente sob o regime da *acumulação flexível* (nos termos de Harvey, 1993).

Para melhor apreender essa dinâmica utilizamos como linha norteadora das nossas reflexões os seguintes referenciais conceituais: *trabalho domiciliar familiar*, *relações de gênero* e a *interface rural-urbana*, olhando tais dimensões como constitutivas e presentes em todo o processo de desenvolvimento do *Pólo*.

O *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco* encontra-se em franca expansão e uma das direções deste crescimento, desde momentos anteriores, tem se dado no sentido do Estado da Paraíba. A inserção histórica e atual de territórios paraibanos na dinâmica produtiva do *Pólo* articula-se expressivamente ao papel desenvolvido pelas mulheres nesse tipo de atividade. Mesmo sem poder precisar quantitativamente, sabemos que é grande o número de paraibanos/as envolvidos/as de alguma forma com a produção de confecção direcionada ao *Pólo*. Destacamos, em especial, a região do Cariri Paraibano como um desses territórios com vínculos históricos e atuais com o trabalho de confecção para o Estado de Pernambuco. Por observação direta, sabemos que municípios como Camalaú, Congo, Monteiro, Prata, São João do Tigre, entre outros, possuem um grande número de mulheres envolvidas com esse tipo de atividade, seja na produção, seja na comercialização, em fabricos e facções, domiciliares e industriais, situadas na zona rural e urbana.

O Cariri é uma região inserida na zona semiárida nordestina, situada no Planalto da Borborema, no centro do estado da Paraíba. Possui uma área de 6.983,601 km², composta, ao todo, por 31 municípios, divididos entre o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental. Ainda é uma região com forte presença rural e um Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média nacional, com exceção do município de Cabaceiras. É um ambiente marcado pela aridez, onde as chuvas são escassas e irregulares (uma média de precipitação de 400 a 600mm/ano) em contraposição ao alto volume de evaporação, que chega a 3.110mm/ano (BEZERRA, 2004). Trata-se de uma região marcada,

tradicionalmente, pela pobreza, fruto de um processo histórico secular, cuja ocupação socioeconômica implicou na extinção das populações nativas (os índios Cariris) e em um desenvolvimento econômico orientado pela pecuária extensiva e pelos monocultivos (a exemplo do algodão), sob o poder dos latifúndios. No caso específico do Cariri Ocidental¹ (território escolhido para o desenvolvimento da nossa pesquisa), de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), sua população está em torno de 121.531 habitantes. Ainda segundo o Instituto, a população é atualmente composta por cerca de 50% de mulheres e 49% de homens, mantendo a média registrada no ano de 2007².

Um traço das desigualdades presentes na região diz respeito à situação adversa vivida pelas mulheres. Segundo dados da Cunhã – Coletivo Feminista e do Centro da Mulher 8 de Março³, até o ano de 2003, cerca de 90% das mulheres dos Assentamentos de Reforma Agrária do Cariri Paraibano não possuíam nenhum tipo de documento, nem qualquer tipo de acesso a crédito. Um segundo estudo realizado pelas duas organizações apontou que 30% das mulheres do território estão ligadas a alguma atividade considerada não agrícola, com destaque para a confecção da *renda renascença*⁴, que é realizada por 42% delas⁵. Apesar da importância cultural, a remuneração das rendeiras é muito baixa, em média chega a R\$ 100,00 por mês, fazendo com que elas se lancem à procura de alternativas de sobrevivência (BEZERRA, 2008).

A habilidade adquirida culturalmente com o bordado e a costura, aliada à necessidade de melhorar as condições de vida, são qualidades para a entrada das

¹ Composto pelos seguintes municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Zabelê. Estamos adotando a divisão territorial adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

² Os dados relativos ao ano de 2007 encontram-se no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado pela SDT no ano de 2009-2010.

³ A Cunhã – Coletivo Feminista e o Centro da Mulher 8 de Março são duas organizações não governamentais feministas que atuam na região. Em 2003 realizaram um diagnóstico sócio- econômico das mulheres assentadas do Cariri Ocidental Paraibano, intitulado “Mulher Pobreza e Teimosia”.

⁴ A *renda renascença* é um bordado que para ser tecido é necessário linha, agulha e *lacê* (peça semelhante a uma fita de cetim). Em uma primeira etapa, faz-se o desenho sobre um papel ou, como dizem as rendeiras, “tira o risco”. O *lacê* é então alinhavado sobre este papel e, com a ajuda de alfinetes, é fixado em uma almofada para apoiar. Por fim, as rendeiras vão tecendo diferentes pontos sobre o molde. O bordado tem esse nome em alusão à época do Renascimento, uma vez que sua origem é datada do século XIV na ilha de Burano, em Veneza (Itália) e chegou ao Brasil através das mulheres dos colonizadores (BEZERRA, 2008, p. 18).

⁵ O segundo estudo realizado pela Cunhã & Centro da Mulher 8 de Março (Marco Um) ocorreu no ano de 2007 e levantou informações em um universo de 515 mulheres de 16 Assentamentos e 18 comunidades de agricultura familiar, em 15 municípios do território, a saber: Amparo, Cabacciras, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Prata, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Serra Branca, Soledade, Sumé e Zabelê.

mulheres no ramo da confecção, em sua inserção nas atividades do *Pólo do Agreste*. O nosso estudo voltou-se para compreender a dinâmica de interação entre as atividades produtivas do *Pólo de Confecções* e os mecanismos de inserção das trabalhadoras urbanas e rurais do Cariri Ocidental nesta atividade. A ampliação da atuação do *Pólo* para a Paraíba tem sido facilitada não apenas por sua proximidade geográfica, mas também pelas formas adquiridas na sua relação com as dinâmicas sociais e produtivas tradicionalmente existentes na região, dada sua capacidade de coexistir com outras formas de produção e de trabalho e por sua ligação com os fluxos de migração.

Elegemos estudar as relações de trabalho no *Pólo de Confecções*, olhando para os seus movimentos de expansão e a utilização do trabalho de mulheres, por considerar a importância do debate sobre trabalho e gênero para a discussão sobre o caráter flexível informal e precário das relações de trabalho na atualidade. Outro elemento que nos remeteu para este lugar de pesquisa diz respeito à relevância da experiência do *Pólo* quanto aos caminhos da industrialização do Nordeste e às novas conformações da cadeia produtiva de confecções, em escalas regional, nacional e internacional. O *Pólo*, pelas dimensões e importância que tem atingido, se constitui em um significativo campo de observação sobre os processos atuais de reedição do *trabalho a domicílio*, os seus desdobramentos em termos de *relações de gênero* e das novas dinâmicas *rural-urbana*.

Buscamos nos pautar por uma metodologia que possibilitasse a conexão entre a sistematização do arcabouço teórico (ou revisão bibliográfica) com a análise empírica da realidade em questão, em um movimento de retroalimentação, no qual a partir do debate teórico problematiza-se a realidade empírica e vice-versa. Entendemos que a teoria e a metodologia devem caminhar juntas, de forma intrinsecamente imbricadas, cabendo àquela dispor de uma instrumental para encaminhar os impasses teóricos (MINAYO, 1998, p. 16).

Referenciamos-nos no campo de acúmulo da pesquisa qualitativa, por considerarmos ser mais adequada ao universo proposto. De acordo com Minayo:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1998, p.21).

Segundo a autora, o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo e histórico, uma vez que as sociedades humanas ocorrem em um determinado espaço, referidas a configurações específicas e contraditórias. Por isso a necessidade de considerá-lo a partir dos seus movimentos de provisoriedade e dinamismo, entre outras dimensões (MINAYO, 1998, p. 13).

A primeira parte da pesquisa dedicou-se à construção das bases teóricas percorridas pela nossa reflexão, como forma de melhor apresentar os principais debates e questões acerca das dimensões que elegemos para orientar nosso trabalho. Começamos a tecer nossa argumentação buscando situar historicamente a questão do trabalho a domicílio, tendo como referências principais para tanto: Abreu (1986), Abreu & Sorj (1993), Lima (2002), Araújo (2002). Buscamos realçar alguns aspectos da indústria de confecções, em especial, no que se refere à industrialização brasileira, a partir de abordagens como a de Foot & Leonardi (1982). Também situamos o debate da dinâmica atual das relações de trabalho, sob a égide da globalização (IANNI, 2005), da acumulação flexível (HARVEY, 1993) e da informalidade (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009). Para trazer ao centro do debate o trabalho a domicílio fez-se necessário situar a questão das relações de gênero, de como foram conformadas (*visivelmente desiguais*), no desenvolvimento das relações sociais e a sua importância para o desenvolvimento do capitalismo. O fizemos utilizando como referências: Saffioti (1976, 1981), Hirata (2002), Engels (1974). Assim como nos utilizamos de outros estudos que trataram da configuração da força de trabalho feminina a partir da década de 1990 em diante, como: Bruschini (2007), Nogueira (2004), Ferreira (2005). Para tratar da emergência do *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*, foi preciso voltar o olhar também para a questão do desenvolvimento regional, localizando-o dentro da dimensão do desenvolvimento nacional. Para tal, passamos por Caio Prado Júnior (2006), Francisco de Oliveira (1977, 2003), Tânia Bacelar (2002), Ruy Mauro Marini (1973), de forma a incluir elementos dos debates sobre a *dependência*, que marcaram profundamente a compreensão sobre o desenvolvimento do Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960. Adentrando mais na dinâmica do *Pólo*, aproveitamo-nos da vasta literatura já existente, que inclui desde dissertações e teses, artigos científicos, peças de comunicação (principalmente vídeos), compiladas pelo esforço conjunto do GPTDPP e que nos subsidiaram com informações de sua formação histórica, cultural e econômica.

O segundo momento constou da pesquisa de campo, como forma de nos colocarmos diante das teias que enredam o *Pólo de Confecções*. Para nós, a entrevista

colocou-se como uma técnica privilegiada, neste campo de investigação, na linha de Minayo (1995, p. 57):

O pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Utilizamos entrevistas em profundidade, procurando adentrar nas histórias de vida das mulheres costureiras, como forma de melhor compreender a realidade que as cerca. Associar a técnica da entrevista à história de vida (também considerada outro instrumento para pesquisa de campo) nos permitiu passear de forma mais abrangente nas questões que nos colocávamos, sobretudo, na perspectiva de perceber como os sujeitos interferiram na realidade do *Pólo* e, por sua vez, como foram impactados pelas relações constitutivas da produção de confecção no Agreste pernambucano.

Nas entrevistas, trabalhamos com cinco mulheres e seus núcleos familiares, residentes tanto na região do *Pólo* como no Cariri da Paraíba. Na Paraíba, delimitamos a abordagem às pessoas que residem em um Assentamento de Reforma Agrária situado na cidade de Prata. Estamos utilizando codinomes para identificar as (os) entrevistadas (os), com vistas a preservar suas identidades. Às mulheres, demos nomes de flores e aos homens mesclamos entre nomes de flores e de sua atividade produtiva atual. Ao todo foram realizadas 14 entrevistas, sendo 05 (cinco) com as nossas “costureiras agricultoras” (Dona Margarida, Dona Dália, Dona Rosa, Dona Violeta e Dona Hortência); 04 homens: 01 filho de Dona Rosa (Assalariado do Fabrico C), 01 filho de Dona Dália (Dono do Fabrico C), os maridos de Dona Violeta (Seu Jasmim) e de dona Hortência (Seu Cravo); mais 02 (duas) com as filhas de Dona Margarida, que moram em Pernambuco (Orquídea e Dona Benedita), 02 (duas) com as filhas de Dona Dália (Açucena) e Hortência (Crisântemo) e 01 (uma) sobrinha e afilhada de Dona Rosa (Maravilha), que iniciou o trabalho com confecção recentemente. As entrevistas foram realizadas entre os dias 08 de novembro de 2010 a 14 de abril de 2011.

Além das entrevistas, viajei a Santa Cruz do Capibaribe, junto com Dona Rosa, nos dias 07 e 10 de novembro de 2010, percorrendo o mesmo caminho feito por ela nos ônibus da *Transbraz*⁶, que faz a linha São José do Egito – Santa Cruz do Capibaribe e

⁶ O ônibus mais parece um “pau-de-arara” recauchutado. Além das cadeiras desconfortáveis, transporta-se de tudo o que imaginar: sacos com roupas ou retalhos, galinhas, peixe, bicicleta, entre outros. A linha vem de São José do Egito (PE), passando pelas cidades de Tuparetama (PE), Ouro Velho (PB), Prata

que consiste no principal meio de transporte para quem, morando no Cariri da Paraíba, mantém uma relação com as cidades do *Pólo*. Hospedei-me na casa e Dona Margarida, no distrito de São Domingo e fiquei por lá durante quatro dias. A vivência com as mulheres foi muito importante para observar como elas lidam com o trabalho dentro da confecção. Visitamos o *Moda Center* e acompanhamos Dona Rosa vendendo suas mercadorias no “poeirão”⁷. Todas as entrevistas feitas com os parentes que residem na região do *Pólo* ocorreram neste período. De volta à Paraíba, permanecemos no Assentamento Serrote Agudo, para estabelecermos conversas com as costureiras e suas famílias que lá residem. Devido à dinâmica delas em relação ao trabalho na agricultura e a questões climáticas⁸, precisamos voltar várias vezes para completar as entrevistas. Ainda em relação ao trabalho de campo, nos utilizamos incessantemente da observação direta, tentando captar o “não dito”, que, por vezes, enunciava mais do que o verbo pronunciado. Foram muitas as visitas ao Assentamento Serrote Agudo e às casas das entrevistadas e entrevistados, as conversas informais.

Com material em mãos, procedemos (após as transcrições) à leitura e tratamento dos dados empíricos, para construir as reflexões propostas. Resgatar a história destas mulheres encerra um momento muito especial e desafiador da pesquisa, pois as mesmas muitas vezes não conseguem por conta própria, “fazer o caminho de volta”, remontando suas trajetórias de vida, seja por esquecimento ou pelo desejo de omitir determinados acontecimentos. Por vezes, na seleção dos elementos para a fala, elas desconsideraram situações que para nós se colocam cruciais para o entendimento da dinâmica do *Pólo* e de suas inserções em tais atividades.

No que se refere às reflexões aqui propostas, ressaltamos a importância do trabalho conjunto desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa (GPTDPP), pelas oportunidades coletivamente criadas, pelos elementos suscitados, que nos tirou da “solidão” na elaboração das partes finais deste trabalho.

Além da Introdução, o texto encontra-se organizado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo enfrentamos o debate sobre o trabalho a domicílio, na sua conformação histórica, tentando trazê-lo para o diálogo com os elementos atuais. Organizamo-lo em quatro seções, sendo a primeira dedicada ao resgate histórico sobre o

(PB), Sumé (PB), Congo (PB), Jataúba (PE), até chegar em Santa Cruz. A viagem dura em média quatro horas e parte é feita em estrada de barro.

⁷ Como é conhecida a área onde se localizam as barracas de madeira e lona, no entorno do *Moda Center*. Destina-se à comercialização de produtos de confecções de mais baixa qualidade e preço.

⁸ As chuvas ocorridas na região este ano, por vezes, inviabilizaram nosso acesso, por causa das péssimas condições das estradas e dos atoleiros.

trabalho a domicílio; na segunda tratamos do trabalho realizado nos domicílios, a questão de gênero e sua interface com o trabalho doméstico; no momento seguinte tratamos dos aspectos do trabalho a domicílio referidos ao desenvolvimento da indústria de confecções no Brasil e no mundo; na última seção nos voltamos à atualidade do trabalho a domicílio, buscando indicar suas transformações mais recentes.

O segundo capítulo tem como propósito principal situar o *Pólo de Confecções* no contexto mais amplo da dinâmica socioeconômica regional. Tratamos, inicialmente, do debate sobre desenvolvimento e, na sequência, sobre a questão do desenvolvimento do Nordeste. Em seguida, abordamos mais diretamente o *Pólo*, percorrendo seus aspectos históricos para entender como foram se conformando as relações sociais, em especial, as relações de trabalho e a participação feminina, de modo a problematizar essas relações na atualidade.

No terceiro capítulo refletimos sobre a inserção das mulheres do Cariri Paraibano nas ações produtivas para o *Pólo*. Nele, fazemos uma contextualização do Cariri e do Assentamento Serrote Agudo. Em seguida, nos debruçamos de forma mais detida nas histórias de vida de cinco mulheres (Dona Margarida, Dona Dália, Dona Rosa, Dona Violeta e Dona Hortência), para melhor compreender a dinâmica do *Pólo* no Cariri da Paraíba, a partir de suas trajetórias de vida. Na última seção, discutimos aspectos suscitados por sua inserção na dinâmica produtiva do *Pólo*.

O capítulo seguinte se propõe a problematizar os elementos encontrados na pesquisa, a partir das dimensões do trabalho *domiciliar familiar*, das *relações de gênero* e da *interface rural-urbana*. Ao final tecemos algumas reflexões em forma de síntese, pretendendo identificar as diferenciações e as singularidades na dinâmica produtiva do *Pólo*.

Por fim, procuramos tecer nossas reflexões a partir de uma visão dialética da realidade (mesmo não sendo este um exercício nada simples), não como uma forma acabada, conclusiva, determinada, mas, fundamentalmente, como um exercício de compreensão da realidade social a partir da “luta contraditória” entre a ofensiva do capital e a ação dos sujeitos, as determinações sociais e os indícios de resistência. Nas palavras de Minayo (1998, p. 24-25): “encontrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos”.

CAPÍTULO 1 – O FIO DA MEADA: O TRABALHO A DOMICÍLIO ONTEM E HOJE

A mulher e o trabalhador tem em comum o fato de serem oprimidos desde tempos imemoriais. Apesar das modificações que sofreu na forma, esta opressão se manteve invariável. Ao longo da história, tanto a mulher como o trabalhador raras vezes tiveram consciência clara de sua servidão; menos ainda a primeira, que era colocada em nível mais baixo que o operário porque foi e ainda é considerada por este como um ser inferior.

August Bebel

1.1 – Emergência e desenvolvimento do trabalho a domicílio

Nosso intuito nesta primeira parte do texto é traçar um panorama dos vários momentos do trabalho a domicílio, recuperando, em linhas gerais, seu percurso histórico. Utilizaremos como referência principal o trabalho *O Averso da Moda*, de Alice Rangel Abreu, que estudou a indústria de confecções e o trabalho a domicílio no Rio de Janeiro, nos fins dos anos 1970 e até meados dos anos 1980. Também dedicaremos um olhar especial à questão de gênero, atentando, no que se refere a tal dimensão, para as diferenciações do trabalho a domicílio, em sua edição histórica e atual, uma vez que é notória a importância das mulheres nessa forma de organização da produção e a persistência deste tipo de trabalho na indústria de confecções.

A definição conceitual de trabalho a domicílio diz respeito a uma atividade realizada dentro do ambiente familiar, de forma remunerada, inserida no contexto das relações de trabalho enquanto uma forma de subcontratação. Caracteriza-se por “uma subordinação técnica e/ou econômica, tendo em vista que o TD⁹ se encontra em uma situação de dependência em relação a um ou mais contratantes, não se relacionando, portanto, com o mercado de bens finais” (RUAS, 1993, p.27).

A literatura existente sobre o trabalho a domicílio apresenta, como o “divisor de águas” da sua transformação, de uma ocupação baseada na economia doméstica, camponesa e artesanal, para uma atividade ligada à grande indústria capitalista, a Revolução Industrial. Principalmente durante o primeiro momento da Revolução Industrial, o trabalho a domicílio, ainda fortemente marcado pelas características

⁹ Trabalho Domiciliar, conforme Ruas (1993).

artesanais, coexistiu com o desenvolvimento da indústria, sendo fundamental para a consolidação do capitalismo moderno.

Abreu (1986) enfatiza que as inovações tecnológicas ocorridas com a introdução de maquinaria simples, inicialmente afetaram a indústria têxtil, enquanto vários outros ramos produtivos mantiveram as manufaturas e as formas simples de produção. E citando Hobsbawn:

Grande número de atividades – como as que produziam vestuário, calçados, móveis e material de construção – continuava a empregar métodos inteiramente tradicionais, havendo tão-somente a utilização aqui e ali de novos materiais. No máximo, procuravam atender à enorme expansão da procura complementando sua produção fabril com a utilização de algo semelhante ao sistema domiciliar, que transformava artesãos independentes em trabalhadores espoliados e cada vez mais especializados em porões e sótãos (HOBSBAWN, *apud*, ABREU, 1986, p. 40).

A utilização do trabalho a domicílio pela indústria alterou a situação dos trabalhadores que antes eram artesãos (marceneiros, couteiros, sapateiros, entre outros) e que passaram a trabalhar para a indústria, seja realizando determinados trabalhos nas suas residências, seja trabalhando em oficinas de outras pessoas. Assim, temos uma característica fundamental da presença do trabalho a domicílio na economia capitalista emergente, que é a exploração desses trabalhadores, sob diversas formas de vínculos subordinados e precários de trabalho frente à indústria emergente. Marx já havia observado essa situação quando afirmou:

Essa indústria a domicílio moderna só tem o nome em comum com a antiga, que pressupunha o artesanato urbano independente, a economia camponesa independente, e a casa da família do trabalhador. A indústria a domicílio se converteu hoje na seção externa da fábrica, da manufatura ou do estabelecimento comercial. (MARX *apud* ABREU, 1986, p.41).

Na Inglaterra, “o berço da Revolução Industrial”, é possível ver os primeiros *outworkers* que, segundo Abreu (1986), se referem aos trabalhadores a domicílio que desenvolviam as atividades na sua própria residência. Com o desenvolvimento do sistema de subcontratação, ou os *sweating-system*, o termo passa também a tratar dos trabalhadores a domicílio que trabalham em oficinas (*outdoor factories*) e desenvolvem apenas uma parte do processo produtivo sob a encomenda de empresas maiores. Conforme Abreu (1986, p.44), “para evitar confusão entre as duas situações, a literatura mais moderna sobre trabalho a domicílio distingue entre os *outworkers*, que seriam os

trabalhadores destas pequenas oficinas, e *homeworkers*, trabalhadores a domicílio propriamente ditos”.

Nas primeiras décadas da Revolução Industrial (entre 1780 e 1830) foi crescente o número de trabalhadores a domicílio, com uma notável expressão feminina. De acordo com Marx, em 1861, das 150.000 pessoas envolvidas na produção de renda, 140.000 eram trabalhadores a domicílio, na sua imensa maioria eram mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos que exerciam suas ocupações em péssimas condições, como a extensa jornada de trabalho em quartos pequenos e superlotados (MARX *apud* ABREU, 1986, p.41-42).

Ainda conforme Abreu (1986), a França experimentou a expansão do trabalho a domicílio na segunda metade do século XVIII, especialmente na indústria têxtil, pois na fiação do linho o trabalho manual era indispensável, isto porque as primeiras máquinas não conseguiam produzir com uma qualidade superior ao trabalho realizado pelas fiandeiras. Outro fator que fazia com que o trabalho a domicílio se mantivesse na organização do trabalho nas fábricas era a baixa remuneração da força de trabalho na produção domiciliar, sem contar com os aspectos relacionados à resistência a contratação fabril pelos camponeses. Mais uma implicação importante para a situação das mulheres que necessitaram migrar para as cidades.

A segunda fase da Revolução Industrial, mais ou menos na segunda metade do século XIX, trouxe o declínio do trabalho a domicílio, inicialmente na Inglaterra, muito em função da perda da liderança mundial de que o país gozava. Esta situação ocorreu também devido ao aperfeiçoamento da maquinaria e à mudança na organização da produção, que começava a dar lugar à “administração científica”:

A primeira mudança, a mais profunda a longo prazo, se relaciona ao papel da ciência e tecnologia no processo produtivo. Ao contrário da primeira fase da industrialização, quando as invenções mais importantes foram na realidade fruto muito mais da experiência prática e da disposição de experimentar novos processos e produtos do que de um conhecimento complexo, na segunda metade do século XIX os principais progressos técnicos foram essencialmente científicos (ABREU, 1986, p.54-55).

Outro fator relacionado a este “declínio” relaciona-se à mudança da composição sexual da força de trabalho, com a substituição do trabalho dos homens pelo das mulheres, observada em fins do século XIX.

Essa nova estrutura do trabalho a domicílio, que se caracteriza pelo emprego maciço de mulheres e imigrantes, pelo desenvolvimento da produção de artigos baratos e pela exacerbada concorrência e preços baixos, leva a uma deterioração nas condições de trabalho, que contrastam cada vez mais com a situação do operariado fabril em geral (ABREU & SORJ, 1993, p.12).

Contudo, o trabalho a domicílio não desapareceu, apenas passou a ter menos importância nesta fase da industrialização, ficando restrito a alguns nichos, para ressurgir com força após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento da importância da indústria de confecção. Nos termos de Thompson, não se pode pensar o avanço da industrialização desvinculado do trabalho a domicílio e nem encarar esses trabalhadores como pertencentes a uma velha ordem “pré-industrial” (THOMPSON *apud* ABREU, 1986, p. 51).

A constatação da existência de concentração da força de trabalho feminina em alguns *nichos* das ocupações industriais suscita a necessidade de pensarmos o papel das mulheres nesse cenário e sobre como se articula com o processo mais geral de desenvolvimento da indústria capitalista. Por isso, abordaremos a seguir a conformação das relações de gênero como forma de compreender as transformações e a permanência do trabalho a domicílio no Brasil, fundamentalmente na indústria de confecções que é o foco do nosso trabalho.

1.2 – O trabalho a domicílio, o trabalho doméstico e a “questão de gênero”

Discorrer sobre a questão da inserção da mulher no mundo do trabalho sempre trouxe aos estudiosos do tema uma grande dificuldade, uma vez que faltam fontes históricas que sustentem análises mais abrangentes. Como nos aponta Nogueira (2004), os recenseamentos até o século III d.C. omitiam informações sobre as mulheres. Os estudos sobre a mulher nos dizem que sua participação no trabalho vem desde as sociedades pré-capitalistas, mesmo antes da Era Cristã, onde, dentro da divisão do trabalho social, elas não eram responsáveis apenas pela subsistência da sua família, mas também por criar riqueza social.

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas (SAFFIOTI, 1976, p.32).

No período da Idade Média se estabeleceu uma divisão do trabalho por categorias: “as solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, as mães ocupavam-se dos cuidados relativos às crianças pequenas e as mulheres de meia idade *entretinham-se* com as tarefas com os adolescentes e com a cozinha” (NOGUEIRA, 2004, p.6). No período de formação dos burgos nos países da Europa, as mulheres desempenharam um importante papel no comércio e há registros delas exercendo atividades tidas como *masculinas*.

Contudo, data-se do surgimento da propriedade privada a marginalização da mulher na sociedade. Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, afirmavam que havia uma divisão desigual do trabalho e de seus produtos baseada na propriedade privada, cujo núcleo de sustentação era a família:

Na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas as outras, dá-se ao mesmo tempo a ‘distribuição’ e, com efeito, a ‘distribuição desigual’, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade, que aqui aliás, já corresponde perfeitamente à definição dos economistas moderno, segundo a qual *a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outros* (MARX & ENGELS, 1996, p.46, grifo nosso).

Engels afirma ainda que, o primeiro antagonismo de classes surgido na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homens e mulheres é a primeira opressão de classe, com a opressão do feminino pelo masculino (ENGELS, 1974, p.70).

Com o advento da Revolução Industrial, as mulheres não só entram maciçamente no mundo do proletariado fabril, como também aumenta a sua importância no trabalho a domicílio. A maquinaria relativizou a necessidade do uso da força física, possibilitando o ingresso definitivo da mulher no mercado de trabalho. Na época havia cerca 50% de mulheres trabalhando para a indústria têxtil: “em 1790 a mão-de-obra ocupada na indústria de lã na França se distribuía da seguinte forma: 45,6% de mulheres, 35% de crianças e 19,3% de homens” (ALVES & PITANGUI, 1981, p.126).

A feminização do trabalho a domicílio se deu conforme esta ocupação foi ficando marginalizada no desenvolvimento do capitalismo. A entrada das mulheres no mundo do trabalho remunerado não ocorreu de modo igual ao dos homens, pois estes tinham vivenciado, no período pré-capitalista, um processo de qualificação em diversos

ofícios, através da sua participação nas Corporações do Ofício. Ou seja, os homens, nas referidas Corporações, começavam a trabalhar como aprendizes e, conforme adquiriam habilidades, passavam por “promoções” até conseguirem ser *mestre-artesão* e poder montar e gerir sua própria oficina. Às mulheres não era permitido percorrer este mesmo caminho, pois elas não podiam participar das Corporações, muito menos ser uma mestra-artesã. Por isso, a mudança do trabalho artesanal em manufatura fez com que a mulher perdesse a oportunidade de especialização em alguns ofícios e fosse convertida em força de trabalho desqualificada e com remuneração inferior. Tal situação possibilitava aos donos das indústrias uma rápida implementação de maquinaria necessária à substituição dos trabalhadores adultos qualificados por mulheres sem qualificação (ABREU,1986). Resultou daí um rebaixamento salarial da força de trabalho masculina, causando, por parte desta, hostilidade ao emprego feminino.

Trabalhadores franceses nas indústrias gráficas da segunda metade do século passado deflagram greve toda vez que uma mulher é admitida numa oficina do ramo. Desejam a supressão pura e simples do trabalho feminino, invocando o papel de guardiã do lar (SAFFIOTI, 1976, p.42).

Cabe ressaltar aqui que, historicamente, as organizações dos trabalhadores sempre tiveram grande dificuldade em reconhecer o trabalho a domicílio, assim como de incluir as trabalhadoras em suas estratégias de sua ação. Apenas no início do século XX observa-se uma preocupação (inicialmente na Inglaterra) das organizações de classe com a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras a domicílio. Um dos elementos que podem contribuir na reflexão do porque desta omissão refere-se ao modo como foram construídas as relações sociais A forma como foram organizadas as relações entre homens e mulheres nos indica uma clara desigualdade extremamente vantajosa aos homens. Tal situação está ancorada em categorias fundamentais, como *gênero*, *patriarcado* e *divisão sexual do trabalho* com as quais trabalharemos a seguir.

Quando falamos em *patriarcado* nos referimos a uma “formação social em que o homem detém o poder, ou ainda, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de *dominação masculina* ou de *opressão das mulheres*” (DELPHY, 2009, p. 173). Esta é a definição adotada pelo movimento feminista a partir da década de 1970. Mas, historicamente, como nos traz o *Dicionário Crítico do Feminismo* (2009), há pelo menos três utilizações do termo *patriarcado*. O primeiro (e de origem mais antiga) é o sentido religioso, designando os dignitários da Igreja onde “os patriarcas são os

primeiros chefes de família que viveram antes e depois do Dilúvio” (*idem*, p.174). O termo vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). Portanto, *patriarcado* é literalmente *poder do pai*. Um segundo sentido foi utilizado por autores do século XIX quando se referem ao modo de vida camponês, das pequenas comunidades agrícolas compostas de unidades de produção familiar regidas pelo chefe de família, sob a autoridade dos antepassados. A terceira forma de conceber o *patriarcado* surge do debate de autoras feministas mais contemporâneas, a exemplo de Kate Millet¹⁰, que trouxe o conceito para o *campo das relações sociais* (DELPHY, 2009). Para nós esta forma de conceituar é a mais adequada ao uso que iremos fazer neste trabalho, entendendo o *patriarcado* como uma construção social baseada em uma autoridade masculina, que impõe seu poder sobre as mulheres em nome de uma cultura que desvaloriza o feminino. O *patriarcado* também reforça a noção de hierarquia de poder entre homens e mulheres, onde o que está referido a eles é mais importante, mais valorizado, sobrepondo-se às mulheres.

Ainda nesta linha de raciocínio, outra noção que nos ajuda a compreender a situação da mulher na sociedade é o conceito das *relações sociais de gênero*. *Gênero* é uma categoria relativamente nova, criada por volta dos anos 1980, pela estudiosa estadunidense Joan Scott. Ela propôs o *gênero* como uma categoria histórica, enfocando o cotidiano “como o lugar onde a história acontece” (SCOTT, 1980) e no qual se efetiva a opressão vivida pelas mulheres. Ao utilizar esta categoria ela se opôs ao determinismo biológico, normativo e positivista, na abordagem sobre as diferenças entre os sexos. *Gênero* é assim concebido como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder. Em outras palavras, é uma categoria relacional, que contém em si quatro dimensões: simbólica, normativa, organizativa e subjetiva, que indicam as construções sociais, a criação social das ideias sobre os papéis atribuídos aos homens e as mulheres. Saffiot (1976) acrescenta ao conceito de *gênero* as dimensões de *classe* e *raça*, defendendo que são dimensões inseparáveis para a compreensão da opressão vivida pelas mulheres. Para Cisne (2006, p. 01), estas categorias “não podem ser vistas de forma isolada das suas macrodeterminações”.

¹⁰ Atribui-se a Kate Millet a invenção do sentido contemporâneo do termo patriarcado.

Mais recentemente, algumas estudiosas têm abordado esse tema a partir da noção de *consustancialidade*, o que significa, inclusive, tratá-las como fonte de antagonismos e/ou solidariedade. Para Danièle Kergoat, a noção de consustancialidade:

Não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca (KERGOAT, 2006, p. 100).

Essas formas de conceber as dinâmicas das relações sociais referidas a gênero são fundamentais para que se entenda a importância da mulher no mundo do trabalho, e mais especificamente a relação da questão de gênero com a expansão e permanência do trabalho a domicílio, é preciso pensar nos termos da divisão sexual do trabalho. Segundo Abreu (1986, p. 66):

A manufatura pode ter estabelecido as condições econômicas para a hierarquização da força de trabalho, mas foi a transferência da divisão sexual do trabalho da família para a produção social que assegurou que fossem as mulheres as que se transferissem para as posições subordinadas e auxiliares dentro dela.

O movimento histórico que conformou as relações de gênero nos termos que as conhecemos atualmente nos mostra que a divisão sexual do trabalho é fruto da organização do capitalismo, uma vez que este, ao dividir a sociedade em classes sociais (burguesia e proletariado), utilizou-se do patriarcado para também orientar e consolidar um padrão de relações sociais de sexo. Danielle de Kergoat (2009, p. 67) nos diz que *divisão sexual do trabalho* é:

A forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado.

Ainda, de acordo com a autora, a *divisão sexual do trabalho* tem dois princípios norteadores, um é o da separação entre trabalho de homens e de mulheres e o outro é o da hierarquia que pressupõe que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher. Portanto, o desenvolvimento do modo de produção capitalista incorporou essa dimensão no seu processo de acumulação. O mesmo não pode prescindir desta diferenciação da força de trabalho das mulheres, uma vez que a explora duplamente: no trabalho

assalariado colocou as mulheres em postos mais precários e com remuneração menor em relação a dos homens, proporcionando uma maior extração de mais-valia; na reprodução social continuou mantendo sob a responsabilidade das mulheres todo o trabalho de cuidados, ou seja, as tarefas realizadas na esfera no lar, sem remuneração.

Em relação ao objeto do nosso estudo (o trabalho a domicílio), a industrialização aproveitou as habilidades adquiridas pelas mulheres no espaço de socialização do lar (bordar, costurar, lavar, passar), incorporando-as e marginalizando-as¹¹. Conforme Safiotti (1976, p.36),

A inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos.

Uma incursão pelo processo de introdução da atividade feminina no mundo fabril nos ajudará a compreender o movimento de inserção e exclusão (ou até mesmo redirecionamento) da força de trabalho feminina nas formas de organização do trabalho, especialmente o trabalho a domicílio, que orientaram a acumulação capitalista no século XX, bem como compreender o movimento da ocupação masculina na atualidade da indústria de confecções.

Abordar, no entanto, o tema do trabalho a domicílio em sua edição histórica e nas configurações que assume atualmente não pode ser feito sem levar em consideração a questão do trabalho doméstico, principalmente, porque esta é uma dimensão da vida das mulheres que permanece, em muito, intocável. Ávila (2005) nos traz que mesmo com as transformações ocorridas nos últimos dois séculos para o trabalho remunerado feminino, ainda se tem uma conjuntura de invisibilidade do trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres, principalmente relativo às tarefas domésticas. Os estudos sobre o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, são recentes e ainda há um grande desafio no que diz respeito a uma compreensão das dimensões do trabalho doméstico não remunerado.

¹¹ Ilustrando esta afirmação, trazemos o caso da França em que, nos anos de 1951-53, cerca de 66% da sua força de trabalho ocupada na produção de vestuário feminino era formada por trabalhadoras a domicílio. (ABREU, 1986, p. 99)

Dominique Fougeyrollas-Sscwebel (2009, p. 257) define *trabalho doméstico* como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio, conjugal e parentela –, trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. Parte da divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico para Christine Delphy determina a condição da mulher na sociedade, sobretudo porque a família durante muito tempo foi definida como lugar de consumo e de forte naturalização das diferenças de atividades entre homens e mulheres. Ainda mais porque o tempo despendido na execução das tarefas ligadas ao contexto familiar não é lavado em consideração na contabilidade do tempo social. Logo, as mulheres acumulam uma dupla jornada e, em geral, a segunda não é remunerada. Nas palavras de Ferreira (2005, p. 36):

O tempo de trabalho com a esfera da reprodução não é contabilizado e nem considerado na organização social do tempo. Este tempo, que toma grande parte do tempo de vida das mulheres, não existe para o capital e para o Estado e sua inexistência é instrumental para a acumulação capitalista, para a desresponsabilização do Estado e para a sujeição das mulheres.

Portanto, estamos partindo do pressuposto de que, ao olharmos para a condição de inserção das costureiras na indústria de confecção e, mais precisamente, na dinâmica produtiva do *Pólo do Agreste de Pernambuco*, devemos preparar nossas “lentes” para levar em consideração os elementos que orientam as relações sociais de sexo na sociedade.

1.3 – O trabalho a domicílio na indústria de confecções no Brasil e no mundo: conformações históricas e atuais

A indústria têxtil e de vestuário teve uma grande importância para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo moderno, pois foi um dos ramos responsáveis por impulsionar a industrialização nos principais países nos séculos XVIII e XIX.

A indústria de confecções tem o trabalho a domicílio fortemente associado à sua forma de organização da produção. Como adiantamos na primeira parte deste capítulo, a permanência do trabalho a domicílio nos fins do século XIX até depois da Segunda Guerra Mundial deveu-se notadamente à presença preponderante da força de trabalho das mulheres impulsionada pelo crescimento da indústria de confecção.

A literatura sobre o assunto explica a existência de algumas características presentes na indústria de confecções que contribuem para a permanência e um uso, na atualidade, cada vez mais recorrente do trabalho a domicílio neste campo. A primeira delas refere-se à baixa inovação tecnológica do setor, haja vista que as inovações têm abrangido apenas a parte da modelagem (proporcionando uma maior economia de tecido), do bordado e o segmento de máquinas computadorizadas para alguns tipos de pontos. Por isso, o desenvolvimento da produção de confecções ainda está calcada no binômio máquina de costura/costureira (ABREU, 1986). A segunda característica é a heterogeneidade deste ramo da indústria, com a produção de diversos produtos, para públicos e épocas diferenciados. Esse fator permite a coexistência de vários tipos de empreendimentos, que vão desde as grandes indústrias até as pequenas unidades familiares (aliás, estas ocorrem em maior quantidade) (ABREU, 1986). Por fim, uma última caracterização da relação trabalho a domicílio e indústria de confecções é a alta divisibilidade do processo produtivo, proporcionando que “todas as tarefas de criação e preparação, incluindo aí corte e modelagem, possam facilmente ser separados do processo de costura propriamente dito” (ABREU, 1986, p.101). Além do que, o próprio momento da costura pode ser subdividido.

O crescimento da indústria de confecções sempre esteve referido ao desenvolvimento do capitalismo. Abreu (1986) nos mostra que a importância da indústria de vestuário na Inglaterra dá-se fortemente no final do século XIX, quando por volta de 1880 já era possível ver fabricação industrial de roupas para homens. No caso do vestuário feminino, sua produção de forma industrial só vai ocorrer depois da Primeira Guerra Mundial. A produção de roupas prontas tinha como base as indústrias domiciliares, com a utilização de maquinário simples.

A criação da máquina de costura, por Elias Howe nos Estados Unidos¹², possibilitou uma revolução na produtividade do trabalho a domicílio, afetando de maneira significativa o trabalho da mulher, isto porque até então os trabalhadores e trabalhadoras a domicílio só dispunham das máquinas de pedal para desenvolver a costura. Foram as inovações surgidas no início do século seguinte que proporcionaram o crescimento do setor de confecções, a partir da invenção da máquina de costura *blindstsch* (que permitia costuras invisíveis) e de máquinas de casear e pregar botões. Seu uso fora pensado para fabricação de roupas prontas masculinas, mas esta inovação

¹² A máquina de costura criada por Elias Howe foi uma versão aprimorada da de Isaac Singer, de 1851 (ABREU, 1986, p. 90).

foi a base para que, no período entre as duas Grandes Guerras, a fabricação de vestuário para mulheres sofresse um grande impulso na Inglaterra. Até a Segunda Guerra Mundial a forma de produção da confecção ainda guardava características artesanais, onde cada costureira domiciliar produzia uma peça inteira. Entretanto, tal situação sofreu modificações significativas após esse período. O aumento da competitividade e a necessidade de produção em larga escala, com diminuição de custos, fez com que, assim como os demais ramos da indústria, o setor de confecções na Inglaterra adotasse o padrão de organização da produção do *taylorismo/fordismo*, que estava em franca expansão.

Não é nosso intuito fazer uma discussão pormenorizada e aprofundada sobre o *taylorismo/fordismo*, mas cabe lembrar que este foi o principal modo de organização da produção no século XX, com seu auge sendo atingido justamente no período pós Segunda Guerra Mundial. De forma sintética, podemos dizer que a característica central do *taylorismo/fordismo* é a separação entre as tarefas de concepção e execução, a parcelização, a hierarquização, a mecanização, a produção em massa, que propiciam um maior controle, pelo capital, do *tempo de produção* (do ritmo e intensificação do trabalho), como forma de maior extração de mais-valia.

Segundo Wray ([1959] *apud* ABREU, 1986, p.97),

Em meados da década de 50, a estrutura da indústria do vestuário feminino na Inglaterra abrange as mais variadas situações, com grandes empresas produzindo em larga escala com métodos modernos de organização da produção e um grande número de empresas menores concentradas nos grandes centros urbanos como Londres, onde as dificuldades de espaço e de mão-de-obra são superadas pelas vantagens decorrentes da proximidade do mercado. Entre as empresas menores, uma proporção bastante alta trabalha num sistema de subcontratação, como fábricas externas dedicadas apenas à produção de artigos criados e comercializados por empresas maiores.

A importância destas fábricas externas era tamanha que chegava a representar 57% dos estabelecimentos envolvidos na produção para o vestuário feminino, em 1951, em Londres. Nos Estados Unidos, em 1972, também havia a existência de pequenas unidades de produção de confecções. A característica deste tipo de produção desde o início é “uma divisão entre fábricas internas, que realizam todos os estágios de produção, e fábricas externas, que apenas produzem artigos cortados e comercializados pelas firmas principais” (ABREU, 1986, p.99). Também na França, nos anos de 1951-53, o trabalho a domicílio representava um importante papel na composição da força de

trabalho industrial, chegando a atingir 66% do total da força de trabalho ocupada no vestuário feminino, sendo 78% ocupadas por mulheres (ABREU, 1986).

No Brasil, indústria se desenvolveu tardiamente em relação aos países desenvolvidos. A chegada dos primeiros empreendimentos fabris no país ocorreu apenas cerca de 50 anos depois do início da Revolução Industrial na Inglaterra. O século XIX é o marco do desenvolvimento da indústria brasileira, isto porque os primeiros intentos manufatureiros no Brasil Colônia foram suprimidos pela Corte (WEID, 1995, p.9). O setor têxtil foi o responsável pelo impulso industrial no país e a Bahia abrigou primeiro centro têxtil, tendo sido beneficiada com a produção do algodão, fontes de energia e mercados rurais e urbanos para o consumo da produção: “tanto na cidade como o interior da Bahia contavam com uma enorme população escrava e um grande contingente de trabalhadores livres para consumir os tecidos grossos” (ABREU, 1986, p.11).

Nos anos de 1880, já havia no Brasil muitas pequenas fábricas espalhadas produzindo tecidos grossos de algodão que concorria com similares importados da Inglaterra. Segundo *O Industrial*, de 18 de junho de 1881, publicado pela Associação Industrial, “a abundância e o preço baixo da matéria-prima e a perfeição e o preço baixo dos produtos acabados, aliados a uma demanda adequada, asseguravam um futuro estável à indústria têxtil nacional” (FOOT & LEONARDI, 1982, p.12). Em 1882, registrava-se 48 fábricas espalhadas no país, sendo que destas 69% estavam localizadas no Centro Sul, com destaque para a Companhia Brasil Industrial, sediada no Rio de Janeiro, a qual empregava 400 operários.

Desde o surgimento da indústria no Brasil, a presença da força de trabalho feminina é perceptível. Por exemplo, em 1872 quase a totalidade dos trabalhadores da indústria eram mulheres: “Dos 137.033 trabalhadores da indústria têxtil, nada menos que 131.886, ou seja, 96,2% eram mulheres” (SAFFIOTI, 1981, p.21). No setor de confecções, realizada basicamente em moldes artesanais, o quantitativo de costureiras chegava a 498.775 (SAFFIOTI, 1981).

Em 1922, funcionavam 243 fábricas de tecidos com capital empregado de 600 mil contos, 60 mil teares, 1.700.00 fusos e 130 mil operários. A produção seguiu aumentando, de modo que em 1926 os sete maiores produtores têxteis possuíam 205 fábricas com mais de 2 milhões de fusos e cerca de 93.000 operários (FOOT & LEONARDI, 1982). Também no início do século XX a produção de vestuário e calçados possuía uma grande importância no Brasil, chegando a representar 14,9% do

número de estabelecimentos, 10,7% do pessoal empregado e 8,2% do valor da produção industrial total (ABREU, 1986, p.104).

Do ponto de vista da indústria de vestuário brasileira, até a década de 1950 temos uma predominância da produção calçadista, mas, a partir de 1960, essa tendência começa a ser revertida pelo crescimento da indústria de confecções. “Assim, em 1970, a produção de roupas e agasalhos já representava 42,9% dos estabelecimentos e empregava 47,3% da mão-de-obra, superando neste último indicador a produção de calçados” (*idem*, p. 107). Portanto, é na década de 70 que assistimos a consolidação da produção industrial de roupas no Brasil com um rápido crescimento do emprego.

Ainda de acordo com ABREU (1986), dados do Censo Industrial de 1940 demonstram que havia 45% de trabalhadores a domicílio em relação ao total da força de trabalho da indústria do vestuário. Demonstram ainda que, dos 5.393 trabalhadores a domicílio empregados pelo setor de vestuário e toucador, 77,6% eram mulheres, ou seja, cerca de 4.187 operárias.

Schmitz nos traz que nos anos de 1960 e 1970 para cada trabalhador empregado na indústria de confecção, havia três trabalhadores produzindo fora dos estabelecimentos e acrescenta:

Além da costureira subcontratada pelas fábricas capitalistas, temos a costureira que trabalha para lojas ou butiques, o alfaiate ou costureira que trabalha diretamente para o consumidor e os proprietários e empregados de empresas clandestinas: enfim, trata-se de um conjunto de produtores que pertencem ao chamado setor informal (Schmitz, *apud* ABREU, 1986, p.111).

Portanto, também, podemos observar no Brasil uma intrínseca relação entre o setor de confecções/vestuário e a utilização do trabalho a domicílio, ou seja, a utilização deste como peça fundamental do desenvolvimento e consolidação daquele. Por outro lado, o processo de afirmação da indústria de vestuário no país e a utilização da força de trabalho externa indicam a utilização cada vez maior do trabalho feminino tanto no setor formal como informal. Segundo os dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, em 1970 tínhamos 65.740 mulheres empregadas na indústria de vestuário, para 27.880 homens. Dez anos depois temos quatro vezes mais o número de mulheres, frente a um aumento de apenas 10% no emprego masculino (ABREU, 1986, p.115).

Quando levamos em consideração apenas as funções de costureira e alfaiate, em primeiro lugar, atentamos para o fato de que eles estão em maior número no “setor de prestação de serviços” do que nas atividades industriais, o que nos sugere ser a

informalidade uma das principais características deste espaço. Em segundo lugar, a maioria esmagadora do pessoal ocupado na indústria e na prestação de serviços são mulheres. De acordo com Abreu (1986), o aumento do número de costureiras na indústria, de 83%, em 1979, para 97,2%, em 1980, mostra que o manejo da máquina de costura nas fábricas estava cada vez mais com as mulheres, enquanto os homens, no mesmo período, passavam a exercer atividades de modelagem e corte, consideradas mais qualificadas.

Analisando o percurso histórico do desenvolvimento da indústria de confecções no Brasil (e no mundo), temos que três dimensões foram fundamentais para conformar este setor, são elas: o *trabalho a domicílio*, a *informalidade* e a *feminização* da força de trabalho. Admitimos como hipótese que tais dimensões permanecem essenciais na organização deste tipo de indústria na atualidade. Entretanto, para aprofundar esta questão é necessário levar em consideração as transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1980. Sobre estes aspectos nos deteremos na seção a seguir.

1.4 – As transformações no mundo do trabalho pós anos 1970: a reedição do trabalho a domicílio e informal

A segunda metade do século XX inaugura uma série de transformações societárias responsáveis por mudanças profundas na forma de organização da sociedade, em outras palavras, na forma como as pessoas pensam, sentem e agem. Falamos assim, pois a “acumulação flexível”, para utilizarmos os termos de Harvey, não impactou apenas a dimensão econômica. Como observa Buonfiglio (1997, p.13): “essa lógica se estende também a outros domínios da vida social. Assim, a educação, saúde e o próprio Estado são reestruturados, reengenheirizados”.

Para Harvey (1993), a “acumulação flexível” consiste em um novo regime de acumulação capitalista:

Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entres setores como entre regiões geográficas (HARVEY, 1993, p. 140).

A *reestruturação produtiva*, enquanto processo de implantação das bases do novo padrão de *acumulação flexível*, teve seu ápice, no Brasil, na década de 1990, com a consolidação do *neoliberalismo* como modelo econômico e doutrina política e ideológica. Também marcou profundamente as relações sociais, com suas novas (e velhas) formas de organizar o trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras. O estopim deste processo, em termos mundiais, foi a década de 1970, mais precisamente o ano de 1973, quando se instalou uma profunda crise econômica nos países centrais, ao mesmo tempo em que se evidenciaram os sinais do esgotamento do *taylorismo* e do *fordismo* como padrões de organização da produção e de regulação social.

A *reestruturação produtiva* no Brasil trouxe o uso intensivo da tecnologia, aumentando a mecanização dos postos de trabalho e contribuindo para aprofundar a *crise do emprego* na década de 1990. As estatísticas do DIEESE (2005) mostram que em 12 anos o desemprego no país cresceu 74,8%, chegando a atingir cerca de 9 milhões de brasileiros no início dos anos 2000. No período que vai de 1993 a 1996, o estado de São Paulo, por exemplo, apresentou um aumento do desemprego na ordem de 40,6% para o segmento do vestuário, calçados e artefatos (ARAÚJO & AMORIM, 2002). Porém, as proporções assumidas pelo desemprego na referida década atingiram muito mais as mulheres, com um aumento de 4% entre as trabalhadoras e de apenas 2,4% entre os homens. Para se ter uma ideia, em 1991, a defasagem do desemprego entre homens e mulheres era de 0,08% favorável para as mulheres, mas no final da década essa defasagem atingiu a casa de 1,58% em favor dos homens (NOGUEIRA, 2004, p. 81).

O aumento do desemprego é um dos efeitos contraditórios do neoliberalismo, pois, como nos diz Hirata (2002), os estudos realizados recentemente sobre “os efeitos diferenciais da crise sobre o emprego de acordo com os sexos”, apontam uma diferenciação no impacto da crise entre homens e mulheres, nos anos 1990, fundamentalmente por duas constatações:

De um lado, uma maior fragilidade do emprego feminino em um período de demissões e de reestruturações de empresas; por outro, uma permanência das mulheres no mercado de trabalho e até mesmo um aumento das taxas de atividade feminina apesar da crise (HIRATA, 2002, p. 174).

Os dados do Brasil mostram que com o avanço da liberalização do mercado, também houve uma maior inserção das mulheres nos postos de trabalho, provocando o

que algumas autoras chamam de feminização do mundo do trabalho. Nas duas últimas décadas, registrou-se, no Brasil, a mais alta taxa de ocupação feminina, chegando a 47,5% em 1998. (BRUSCHINI & LOMBARDI, *apud* NOGUEIRA, 2004, p.68).

Para Hirata, os movimentos de inserção e exclusão da força de trabalho feminina estão ligados a três fatores indissociáveis: “a conjuntura do mercado de trabalho (de *boom* econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, em fim, à subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de entrar e se manter no mercado de trabalho” (HIRATA, 1998, p. 12).

Ainda de acordo com Hirata (1998), isso ocorre em nível mundial, porque cresceu a concorrência entre as empresas e as trabalhadoras aparecem como opção para a ocupação de postos cada vez mais precários e de remuneração menor em relação aos homens. No caso brasileiro, em 1998, as mulheres representavam 25,8% de quem recebia até um salário mínimo, enquanto que os homens na mesma faixa eram apenas 18%. Quando são analisados os dados da parcela que não possui nenhum rendimento, a desvantagem para as mulheres chega a quase 10 pontos percentuais (NOGUEIRA, 2004, p. 71). Ainda, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD, analisados por Bruschini & Lombardi (2001-2002, p. 193), constatou-se que, na década de 90, as mulheres estiveram nos postos mais precários. No ano de 1993, o total de homens em posições precárias girava em torno de 11,2%, enquanto o índice de relativo às mulheres na mesma situação chegava a 40%. Cinco anos depois, observou-se uma ligeira queda dos dados relativos à ocupação precária para as mulheres (36%). Mesmo assim, em patamares muito superiores aos dos homens (10,1%) (BRUSCHINI & LOMBARDI, *apud*, NOGUEIRA, 2004, p. 76).

Constatamos, com isso, que a sociedade capitalista não incorpora da mesma maneira a força de trabalho de homens e mulheres e, conseqüentemente, os impactos das transformações do atual modo de acumulação capitalista (reestruturação produtiva, flexibilização, informalidade etc.) são vivenciados de forma diferenciada pelos sujeitos. Essas formas de (re)organização das relações de trabalho revelam a natureza complexa e contraditória do modo de acumulação capitalista, marcado por uma variável de gênero e pela forte divisão sexual do trabalho.

No Brasil, as crises enfrentadas nos anos 1980, decorrentes das medidas neoliberais, com crescimento do desemprego industrial, impulsionou a criação de formas de ocupação informais, reeditando, inclusive, “antigas” formas de trabalho, como o domiciliar, por conta própria, entre outros. Segundo Cacciamalli, a perda do

emprego nos anos 1990 vem acompanhada, no Brasil, do aumento de ocupações sem registro formal e por conta própria:

El empleo industrial, en el total de las áreas metropolitanas brasileñas, entre 1989 y 1999, pierde aproximadamente 8,4 puntos porcentuales, el empleo asalariado registrado disminuyen 13,5%, mientras la proporción de desempleo abierto aumenta en 4,6%, la participación de asalariados no registrados y de trabajadores por cuenta propia aumentan en 7,7% y 6,2%, respectivamente. Las tasas de crecimiento de los ingresos del trabajo se muestran favorables a los trabajadores por cuenta propia y a los asalariados no registrados (CACCIAMALLI, 2000, p. 103).

No caso, da indústria de confecções, assistimos à abertura de inúmeras unidades familiares ligadas ao setor do vestuário (confecções e ateliês), alimentando o crescimento do trabalho domiciliar, fazendo com que velhas e novas formas de produção reaparecessem num modelo globalizado (LIMA, 1999, p.5).

Esta é, sobretudo, uma das características atuais da acumulação capitalista, ou seja, a reedição de formas de trabalho consideradas “pré-capitalistas”, como é caso do trabalho domiciliar. O trabalho a domicílio em sua edição histórica estava fortemente baseado na economia doméstica, camponesa e artesanal até a Revolução Industrial, quando foi incorporado à grande indústria e hoje é um dos pilares fundamentais para a continuação da exploração do capitalismo. A contemporaneidade do trabalho a domicílio aponta que a indústria de confecções ainda é o setor que possui características mais propícias para a manutenção deste tipo de relações de trabalho.

Para ilustrar esta situação levemos em consideração a indústria de confecções que no Brasil faturou, no ano de 2004, US\$ 25 bilhões o que equivale a 4,1% do PIB nacional e 17,4 % do PIB da indústria de transformação. Em relação à geração de empregos, o setor de vestuário ocupava, em 2004, 1,7% da PEA – População Economicamente Ativa (ARAÚJO; PEREIRA, 2006, p. 01). Este setor industrial tem como base relações de trabalho por subcontratações e domiciliares, devido em grande parte ao uso intensivo de mão-de-obra, com poucas inovações tecnológicas, “limitadas à máquina de costura industrial e ao trabalho manual” (ARAÚJO & AMORIM, 2002).

A subcontratação e a terceirização constituem-se como elementos centrais dos novos modelos produtivos e vêm sendo utilizada em grande escala na indústria de confecções:

A utilização da subcontratação ou terceirização na indústria brasileira tem como objetivo a redução de custos com pessoal ocupado, transferindo para as empresas terceiras apenas os encargos com a mão de obra, ou utilizando essa mesma mão de obra sem encargo algum como no caso do trabalho a domicílio (LIMA, 1999, p.3).

A indústria da moda continua organizando sua produção mantendo funcionários próprios e trabalhadores(as) a domicílio (faccionistas), que realizam tarefas de acabamento, ou mesmo confeccionando parte das peças. Para Lima (1999, p. 09), o trabalho a domicílio na indústria do vestuário define-se pela precarização: “a utilização do espaço doméstico para a produção, a ausência de limites à jornada de trabalho e a utilização do grupo familiar, crianças, jovens velhos, no trabalho em casa”.

Segundo ARAUJO & AMORIM (2002), existem duas formas de subcontratação: a parcial e a completa. A subcontratação parcial é caracterizada pela transferência de parte da produção do contratante para uma terceira parte, com o fornecimento da matéria-prima (em alguns casos, contemplando o fornecimento também de máquinas). Na subcontratação completa, a empresa terceiriza a fabricação completa do produto, fornecendo apenas as etiquetas e embalagens.

Essas formas de organização da produção combinam-se mutuamente e contêm em si distintos processos de subordinação.

Pesquisas realizadas nas cadeias produtivas e nas redes de subcontratação têm permitido salientar a natureza complexa e contraditória dos processos de reestruturação. É igualmente uma característica central destes processos a reprodução de condições desiguais de trabalho entre mulheres e homens (ARAUJO & AMORIM, 2002).

Ainda segundo Araujo & Amorim (2002), as partes externalizadas da produção são aquelas com forte presença das mulheres nas pequenas e micro empresas e, principalmente, no trabalho a domicílio. Isto porque as habilidades necessárias à execução das tarefas subcontratadas estão ligadas a funções adquiridas pelas mulheres nos processos de socialização do trabalho doméstico.

Como já assinalamos, com a reedição das formas de trabalho a domicílio e subcontratado sob um regime de acumulação flexível, aumentou a participação da mulher no mercado de trabalho. Contudo, tal situação indica, por outro lado, uma face negativa dessa feminização do mundo do trabalho, relacionada à precarização, ou seja, houve uma intensificação da forma de inclusão de força de trabalho que permite às

trabalhadoras executarem atividades produtivas ao mesmo tempo em que mantêm sob sua responsabilidade todas as tarefas no campo da reprodução social, ou seja, aquelas que estão restritas ao espaço do lar.

Quando o trabalho produtivo é realizado em casa, o capital explora duplamente a força de trabalho feminina: ao apropriar-se dos atributos desenvolvidos nas atividades domésticas coloca-as em ocupações com menor remuneração, aumentando a extração da mais-valia e a não responsabilização pelos custos da reprodução social, além de dividir com as trabalhadoras os custos de manutenção da produção.

As habilidades necessárias à execução das tarefas externalizadas são, em geral, adquiridas pelas mulheres através do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico. Mas o grande estímulo à subcontratação das tarefas nas quais predomina a mão-de-obra feminina vem também do fato de que as empresas podem se beneficiar dos salários mais baixos que são pagos às trabalhadoras nas pequenas e micro empresas e no trabalho a domicílio (ARAUJO & AMORIM,2002).

O ramo industrial têxtil e de confecções abriga, histórica e atualmente, um grande contingente de mulheres. Ao longo dos últimos 12 anos (1985 / 1997), por exemplo, nota-se que a indústria têxtil e de calçados (fio, tecido, vestuário e calçados) ainda permanece como espaços predominantemente de trabalho feminino, atingindo cerca de 50% ou mais do total de trabalhadores em cada um desses segmentos (NOGUEIRA, 2004, p. 69).

Isto se deve ao fato de que este tipo de produção necessita de uso intensivo da força de trabalho e de habilidades manuais, que historicamente foram atribuídas às mulheres. A indústria de confecções não pode prescindir do binômio: costureira-máquina de costura, como forma de organização do trabalho, convivendo com a manutenção de unidades produtivas descentralizadas, caracterizadas pelo trabalho a domicílio, remuneração por peças produzidas e ausência de salário fixo e de garantias sociais.

O trabalhador a domicílio é o último elo da cadeia produtiva e este mercado mostra cada vez mais que é diferenciado quanto às relações de gênero, ou seja, é marcado pelas desigualdades de entre homens e mulheres. Do ponto de vista das mulheres, a sua predominância neste ramo também relaciona-se com uma característica atrativa para elas, que é conciliar o trabalho gerador de renda com as atividades domésticas.

A intensa imbricação do universo doméstico com o trabalho remunerado realizado no domicílio não é generalizável aos trabalhadores a domicílio homens. Não somente o significado que cada um dos gêneros atribui à sua atividade a domicílio é diferente, como também suas práticas cotidianas estão marcadas pela construção de identidades sociais e sexuais que se encontram mais além do mundo específico do trabalho (ABREU & SORJ, 1993, p.24).

Os trabalhadores a domicílio homens o são como forma de valorização profissional, visto que realizam trabalhos mais qualificados e de melhor remuneração. No caso das mulheres, as autoras acima citadas chamam a atenção para o fato de que elas geralmente estão nas ocupações temporárias, sem qualificação e associadas à dupla jornada de trabalho.

Essas formas de organização da produção (baseadas na subcontratação e no trabalho a domicílio) estão intimamente ligadas à questão da informalidade, que, por sua vez, também possui uma variável de gênero. Dados da pesquisa de Emprego e Desemprego realizada na Região Metropolitana de Salvador apontam para uma inserção maior das mulheres no setor informal em relação aos homens. Ainda de acordo com a pesquisa, as mulheres representam 55,9% do setor informal e entre as atividades exercidas por elas, 46,5% se localizam no setor informal, enquanto entre os homens apenas 30,9% das atividades são informais. Soma-se a isso o fato de que o rendimento médio dos informais é inferior a 50% dos formais (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). De forma mais abrangente, a década de 1990 vivenciou o aumento da informalidade em todo mundo, como mostra os dados da Cepal para os anos de 90 a 95:

... de cada 100 empleos generados durante 1990-1995, 84 corresponden al Sector Informal. Aproximadamente 16 millones de empleos fueron creados en América Latina (...) e nel período 1990-1994, aproximadamente 14,4 millones correspondieron a dicho sector que contuvo así 56% del total de los ocupados de la región (incluyendo aquellos que trabajan en el servicio doméstico). El sector informal más dinámico es de los pequeños negocios (52% de crecimiento anual para 1990-1995), sector que hoy representa 22,5% del empleo total del la región, frente a 20,2% em 1990. Los trabajadores informales por cuenta propia aumentan también (44%), representan 26,5% del total de los ocupados em la región, casi dos puntos porcentuales más que en 1990. (CEPAL, *apud* CACCIAMALLI, 2000, p.101).

No ramo das confecções a utilização da subcontratação e do trabalho a domicílio se intensificou na década de 1990, sendo a principal estratégia das empresas para a redução de custos. Este dado demonstra a capacidade do capital de criar e se (re)criar. Conforme comenta Ianni (1997 p. 48): “O capital dissolve, recobre ou recria formas de vida e trabalho, de ser e pensar, em âmbito local, regional, nacional e internacional”. Nesses termos, o trabalho a domicílio das costureiras vem sendo revitalizado nos segmentos mais inferiores das redes de subcontratação, como é o caso da produção de *sulanca*, no *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco*.

CAPÍTULO II – O PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Para compreender a dinâmica econômica experimentada pelo *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco* é preciso entender a própria dinâmica do desenvolvimento econômico adotado no Brasil e seu reflexo na região Nordeste. Aqui não pretendemos discorrer de forma aprofundada sobre a questão do desenvolvimento, mas apenas apontar os sentidos, segundo a interpretação aqui adotada, em que este processo foi se dando e como se articulou (ou não) com o surgimento e desenvolvimento do *Pólo*. Não podemos deixar de situar nesta contextualização o papel da SUDENE para a industrialização do Nordeste e do estado de Pernambuco.

Nesta parte do trabalho também situaremos o *Pólo de Confeções* historicamente, suas características geográficas, abrangência econômica e a configuração atual das relações de trabalho, em especial, o papel do trabalho a domicílio.

2.1 – O desenvolvimento do Nordeste pelo prisma do *desenvolvimento nacional*

O desenvolvimento do Brasil sempre esteve intrinsecamente ligado à expansão do capitalismo mundial. Em outras palavras, o desenvolvimento das nossas “forças produtivas” ocorreu de maneira dependente das grandes potências do globo. Caio Prado Júnior, em seu livro *a História Econômica do Brasil*, enfatiza que o sentido da colonização brasileira foi unicamente fornecer gêneros tropicais para o comércio europeu e que a nossa economia se subordinou de tal maneira que se voltou completamente à produção e exportação tais gêneros: “Tudo mais que nela existe, e que, aliás, será sempre de pequena monta, é subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele objetivo inicial” (PRADO JUNIOR, 2006, p.41). Esses traços marcaram profundamente o desenvolvimento brasileiro numa dinâmica que ficou conhecida como “desigual e combinada” (FOOT & LEONARDI, 1982) e, nos termos de Florestan Fernandes, sob uma dinâmica de “dependência da dependência”.

No Brasil e na América Latina produziram-se diversas maneiras de compreensão sobre a condição de subdesenvolvimento das economias da região, o que trouxe consequências importantes para o pensamento social, principalmente na segunda metade do século XX. Entre as quatro correntes mais expressivas nesse período, encontram-se: o *foquismo*, a Cepal, os partidos comunistas ligados à Terceira Internacional e a Escola

da Dependência (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p. 17). Para nós, no entanto, interessa apenas fazer um pequeno apanhado do debate travado entre a Cepal e os teóricos da Escola da Dependência, pois, no caso brasileiro, foram os que mais influenciaram a nossa forma de entender e conduzir o desenvolvimento, trazendo consequências especiais para o Nordeste.

A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) surgiu nos fins dos anos 40 e início da década de 50. Foi criada pela Organização das Nações Unidas. Adotou como eixo central de explicação para o *atraso* da América Latina o desenvolvimento desigual entre os países do *centro* em relação à *periferia*. Para a Cepal, a desvantagem da periferia em relação ao centro ocorria devido à:

deterioração dos termos de troca de seus produtos. Isso significa que os preços dos produtos da periferia eram sempre menos vantajosos em relação aos preços dos produtos do centro, devido à incorporação menor do progresso técnico nos produtos daqueles e maior nos produtos destes. A deterioração dos termos de troca para a periferia é o elemento central na desigualdade entre países com diferentes processos de desenvolvimento econômico. (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.23).

Com isso, os *cepalinos* criticavam a teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, um dos principais pilares do pensamento liberal clássico, denunciando que nunca haveria um equilíbrio natural dos preços no mercado mundial porque os preços dos produtos primários produzidos pela periferia sempre eram mais baratos em relação aos dos produtos industrializados dos países do centro. Como saída para os países em situação de subdesenvolvimento, a Cepal defendia a necessidade do Estado intervir na promoção do desenvolvimento, estimulando a industrialização nacional, a geração de um mercado interno, uma estratégia de incorporação do progresso técnico e a modificação na pauta das exportações.

No caso brasileiro, a SUDENE aparece como uma das principais políticas de Estado orientadas pelo ideário *cepalino* para desenvolver o Nordeste *atrasado*. Ressaltamos neste caso a presença do economista membro da Cepal, Celso Furtado, que, na gestão de João Goulart, influenciou a criação da SUDENE.

A principal crítica feita à forma de compreender o problema do desenvolvimento pela ótica da Cepal vem de um grupo de intelectuais do Brasil e da América Latina que, em meados da década de 60, criou a Escola da Dependência. Esse movimento emergiu num contexto de derrota da ação de esquerda, das propostas da Cepal e da consequente

manutenção das desigualdades socioeconômicas, agravadas pela existência de regimes ditatoriais em vários países latino-americanos.

Neste cenário ganha importância a iniciativa de um grupo de intelectuais de esquerda, brasileiros, argentinos e mexicanos, a maioria já vivendo no exílio, que retoma o debate das características da dependência latino-americana e, a partir de uma discussão intensa considerada sob métodos e enfoques distintos, fazem uma crítica profunda dos principais limites e avanços da escola cepalina latino-americana. Fazem também uma dura crítica ao marxismo revisionista. E procuram, justamente, aplicar as categorias do materialismo histórico dialético, da economia política, para explicar a essência do que está encoberto pela essência das relações sociais e materiais de produção em nossas sociedades. (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.28).

A Escola da Dependência era composta por duas vertentes: uma considerada marxista, com Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Augustin Cueva, e a outra composta por Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto. As duas correntes concordavam nas críticas à receita *cepalina* para desenvolver os países latino-americanos e também quanto aos equívocos das análises dos Partidos Comunistas. Sem querer adentrar nas particularidades do pensamento destas duas vertentes, cabe-nos aqui tão somente sintetizar que a principal divergência girava em torno do debate sobre a possibilidade ou não da superação da dependência nos moldes do desenvolvimento capitalista.

O grupo capitaneado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso defendia a necessidade de um desenvolvimento integrado e que “o problema do atraso da América Latina e, conseqüentemente, do desenvolvimento desigual no cenário internacional era interno e não externo” (TRASPADINI & STEDILE, 2005, p.29). Portanto, sob tal ótica, seria viável um desenvolvimento *interdependente* entre os países mais avançados e os menos avançados tecnologicamente, para que ambos pudessem obter resultados qualitativamente satisfatórios no mercado mundial e acrescentavam que o atraso tecnológico de países como o Brasil era fruto da visão pouco criativa do empresariado nacional.

Já para a outra vertente, a situação de dependência dos países da América Latina assentava-se em características particulares e permanentes, constituídas historicamente, e tais características foram necessárias para que o capitalismo mundial se desenvolvesse. Para os teóricos desta vertente, as questões centrais que explicavam o atraso da América Latina se fundamentam na apropriação privada da riqueza e da renda

e na superexploração do trabalho. Por conseguinte, a mudança desta realidade passava pela superação do sistema capitalista, através de uma revolução protagonizada pelos trabalhadores desses países em situação de dependência. A vertente marxista da Escola da Dependência atribuía muita ênfase à questão da superexploração dos trabalhadores das periferias pelos capitalistas do centro, sendo, para eles, o elemento central da situação de dependência do Brasil e da América Latina. Isto se dava devido à existência (dentro da Divisão Internacional do Trabalho) do aumento da produtividade do trabalho nos países periféricos e a um deslocamento da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa.

Em seu texto, *Dialética da Dependência*, Ruy Mauro Marini argumenta que a América Latina surgiu no contexto da expansão comercial do século XVI de forma *sui generis*, o que a levou a “adotar o capitalismo dependente latino-americano” (MARINI, 1973, p. 139). Seu desenvolvimento ocorreu em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Ainda segundo o autor, num primeiro momento, a função de nações como o Brasil era contribuir com o aumento do fluxo de mercadorias e com a expansão dos meios de pagamento. Com isso, o capital comercial na Europa se desenvolveu, propiciando a criação da grande indústria e conseqüente aprofundamento e especialização dos países industrializados como produtores mundiais de manufaturas.

Para o referido autor, foi a partir do século XIX que a relação de dependência da América Latina frente aos países capitalistas se consolidou. O caso do Brasil é revelador desta situação, pois “a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: dos 50% que representava sobre esse saldo nos anos de 1860, se eleva para 99% na década seguinte” (SODRÉ, *apud* MARINI, 1973, p. 140). Portanto, o surgimento da grande indústria nos países centrais inaugura uma forma de divisão do trabalho que submete os países do sul a uma relação de dependência estrutural. A questão da troca desigual seria apenas a forma aparente de apresentação do problema, a superexploração do trabalho nos países periféricos a forma particular do desenvolvimento do capitalismo latino-americano.

O que parece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações,

mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 1973, p.153).

Com isso temos que o conceito de *dependência* para o autor que é: “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p.141).

Francisco de Oliveira também enfatiza que o subdesenvolvimento (ou a dependência dos países periféricos em relação ao centro) é uma produção da expansão do capitalismo mundial. Esta relação de subordinação seria estrutural e marcará permanentemente o desenvolvimento brasileiro e todas as fases de acumulação capitalista. Para o autor, a Revolução de 30 representa o fim da hegemonia agrário-exportadora e o começo da predominância da produção de base urbano-industrial, caracterizado pela:

... nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2003, p.35).

Após a II Guerra Mundial, o capital acumulado na indústria do Centro-Sul aumentou significativamente e fez com que o produto industrial no país crescesse a taxas de 11% ao ano (OLIVEIRA, 1977, P.64). Um traço marcante na alavancagem da industrialização brasileira está na “política de substituição de importações”, que se constituiu a partir da necessidade de consumo imposta de fora para dentro (configurando-se com a crise na oferta de produtos industrializados que se estabeleceu nos momentos das duas guerras mundiais), e não seguindo uma necessidade de produção interna. Neste sentido, Francisco de Oliveira reforça que todo este processo ocorreu em consonância com a expansão da acumulação capitalista naquele momento.

Com o impulso industrializante estabelecendo-se hegemonicamente em São Paulo, o modelo de *substituição de importações* provocou dentro do país uma forma de divisão regional do trabalho, colocando o Norte-Nordeste em uma relação de inferioridade frente ao Centro-Sul:

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão regional do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar uma *divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo pelas suas relações com o exterior (OLIVEIRA, 1977, p.64).

Configura-se, no país, um quadro dispare: de um lado, São Paulo e o Sudeste como símbolos do “moderno”, urbanizado e industrializado; de outro, o Nordeste e o Norte simbolizando o “atraso”, com uma economia ainda fortemente referida a uma base agrícola. Nesse contexto, o Nordeste logo se converte em fornecedora de força de trabalho barata para os grandes centros urbanos do Centro-Sul. Esta disparidade regional não é fruto de uma estagnação econômica da região Nordeste, mas de uma ressignificação territorial trazida pelo desenvolvimento capitalista. Como nos traz Oliveira:

Em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das “economias regionais”, o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital [...]. As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os “Nordestes” e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos “Nordestes”, em todos os setores (OLIVEIRA, 1977, p.66).

Daí porque Francisco de Oliveira não trata a questão das “desigualdades” regionais sob a ótica do “moderno” e do “atrasado”. Para ele, muito além de uma dicotomia existe “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’” (OLIVEIRA, 1977, p.32). Veja-se, por exemplo, o papel que passou a exercer as economias agrícolas situadas na Região:

Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital trabalho, que ampliou as possibilidades de acumulação industrial, na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinaram esse elemento com o próprio volume de oferta da força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta (OLIVEIRA, 1977, P.46).

Por fim, esse processo introduzido no Brasil inaugurou uma nova forma de acumulação capitalista quantitativa e qualitativamente distinta do que vinha se dando até então.

2.2 – O Nordeste como problema e a emergência da SUDENE

A dinâmica empreendida pelo modelo de industrialização no Brasil, como abordamos no item anterior, criou um fosso entre o Centro-Sul e o Nordeste e agravou a situação de crise econômica pela qual passou a região na década de 1950. Some-se a isto os períodos de secas¹³, o êxodo rural, as migrações e consequente *inchaço* das grandes cidades e os movimentos de luta pela terra, que projetaram o Nordeste como problema a ser resolvido pelo governo federal.

Sob a ótica da necessidade de uma intervenção estatal planejada para o desenvolvimento regional e questionando a dinâmica que orientou a industrialização para o Centro Sul, surge, em 1959, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. A estratégia do desenvolvimento regional implementada pela SUDENE esteve de acordo com a lógica mundial da industrialização, tendo esta como seu principal instrumento. Isso fez com que, a partir da intervenção do Estado, houvesse uma retomada da indústria na economia da Região. Para esta, a questão do “problema do desenvolvimento” explica as políticas industrializantes como forma de levar à “modernização”, leia-se à industrialização.

Segundo Jacob Lima, o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN¹⁴ – apontava a necessidade de reorganização das indústrias tradicionais da região, modificando a estrutura industrial do país com indústrias de base de caráter germinativo e que utilizassem a matéria-prima da Região. E acrescenta:

A meta seria a constituição de um centro industrial autônomo regional dada a existência de matérias primas, mercado e mão-de-obra abundante e barata. Isso possibilitaria reeditar a política de substituição de importações, feita pelo Sudeste anteriormente, reduzir

¹³ Três grandes secas foram registradas neste período: nos anos de 1951, 1952 e 1958.

¹⁴ O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN – foi criado em 1956 com o objetivo de elaborar um relatório sobre as potencialidades regionais. O GTDN foi coordenado por Celso Furtado e é considerado o embrião da SUDENE. Segundo Tânia Bacelar Araújo, esse relatório constatava que a base produtiva da região Nordeste era caracterizada pelo seu fraco dinamismo: “Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico” (ARAÚJO, 2002, p.3).

o desemprego urbano, criar nova classe empresarial e fixar capitais na região (LIMA, 1996, p. 53).

Ainda segundo o autor, a criação da SUDENE “significou a racionalização da intervenção estatal na produção das condições gerais da acumulação capitalista” (LIMA, 1996, p.50), pois antes de sua criação a intervenção estatal se dava de forma assistemática e pulverizada. A principal ferramenta de investimento ofertada pela SUDENE foi o 34/18 que eram incentivos financeiros operados pelo Banco do Nordeste para desenvolver a indústria na Região. Este sistema ficou conhecido desta maneira por conta dos artigos 34 e 18 que regulamentaram o primeiro e o segundo Planos Diretores do órgão.

O resultado desta política de planificação regional foi uma mudança radical do perfil do parque industrial nordestino, que, até então, se concentrava nos setores têxtil e alimentício:

Entre 1967 e 1989, a agropecuária reduziu sua contribuição ao PIB regional de 27,4% para 18,9%, sendo que, em 1990 (ano da seca que afetou consideravelmente a produção da zona semi-árida), esse percentual caiu para 12,1%. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3% e o terciário cresceu de 49,9% para 58,6%, segundo os dados da SUDENE para o período (ARAÚJO, 2002, p. 4).

Também, Araújo (2002, p. 4) aponta que o Nordeste, nesse período, foi a região que experimentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB no país: “De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do país em cerca de 10%”.

Contudo, uma consequência das políticas planificadoras da SUDENE foi a incorporação do Nordeste na divisão do trabalho nacional, atendendo à lógica hegemônica do Centro-Sul. O Nordeste foi praticamente “invadido” pelos produtos do Sudeste, devido à implantação da indústria pesada, de bens intermediários, colocando em xeque a expansão por que vinha passando o setor têxtil. A consequência disto foi que:

O Nordeste passou, a partir de então, a registrar significativo *déficit* no seu balanço comercial com as demais regiões, o que se explica, em grande parte, pela dupla perda de mercados: o próprio mercado regional e o das demais regiões nas quais colocava alguns dos seus produtos (GOODMAN & ALBUQUERQUE, *apud* NETO, 1990).

Portanto, podemos dizer que, de certa forma, o Nordeste se tornou uma periferia dentro da economia nacional, reproduzindo a relação da divisão internacional do trabalho com o Centro-Sul, sendo este o centro hegemônico. Por isso, conforme Oliveira (1977, p. 102), “perde qualquer sentido continuar a falar de *economias regionais*” no Brasil, uma vez que a integração do Nordeste ao Centro-Sul ocorreu de forma complementar e subordinada:

A SUDENE traz inscrita, desde a sua origem, a marca da invenção “planejada” no seu programa, que se reflete mesmo nos textos das leis de sua criação e de seus planos-diretores, isto é, de uma tentativa de superação do conflito de classes intra-regional e de uma expansão, pelo poder de coerção do Estado, do Capitalismo do Centro-Sul (OLIVEIRA, 1977, p.102).

Esse modelo de desenvolvimento coordenado pela SUDENE foi, dentro desses propósitos, bem sucedido até início da década de 1980, quando se “integra” plenamente à dinâmica de acumulação de capital que tinha como base hegemônica o Centro-Sul do país. Porém, a partir daí, foi afetado pelo processo de *reestruturação produtiva*, expresso na crise econômica, em um contexto internacional de eliminação das barreiras comerciais e de abandono das políticas centralizadas no Estado. Essa situação, num primeiro momento, reconcentrou a indústria no Sudeste, especialmente em torno de São Paulo, mas com o aprofundamento do neoliberalismo provocou um movimento de descentralização.

No início dos anos 90 (mais precisamente, no governo Collor de Melo), os diversos estados da federação brasileira passaram a disputar investimentos industriais para “sobreviver” no mercado globalizado, conformado um fenômeno que ficou conhecido como a “guerra fiscal”. Para Lima (2002, p.30):

Na “guerra fiscal” desencadeada entre os diversos estados da federação, os incentivos incluem a renúncia fiscal, o fornecimento de infra-estrutura, preços subsidiados (com tarifas de água e energia elétrica) a montagem da fábrica, e mesmo o pagamento de salários dos trabalhadores por determinado tempo.

Tal situação contribuiu para o movimento de desconcentração industrial, que ocorreu em detrimento das áreas de industrialização tradicional como a região metropolitana de São Paulo. Por outro lado, levou à industrialização de outras regiões como o caso do Nordeste. Assim, o novo impulso industrializante do Nordeste está integrado a essa lógica de incorporação de territórios através da disputa de

investimentos, mas: “Sem cacife em termos de infraestrutura, capital, além da distância dos mercados consumidores, a guerra fiscal empreendida pelos estados nordestinos dirige-se para os setores de trabalho intensivo, situados no Sul-Sudeste do país” (LIMA, 2002, p. 30).

Neste contexto, o Ceará foi o primeiro estado nordestino a abandonar, na década de 1990, a concepção de pólos industriais regionais centralizados, tal como preconizava a SUDENE, como irradiador do desenvolvimento. Ainda segundo Lima:

O estado passou a investir nos setores industriais, afetados diretamente pela concorrência internacional provocada pela abertura econômica iniciada no governo Collor: confecções, calçados, metalurgia e eletro-eletrônicos. Enviados do governo procuraram empresas do sul-sudeste do país oferecendo uma série de vantagens para se transferirem para o Ceará: infra-estrutura, prédios, isenção fiscal, mão-de-obra abundante, treinamento e qualificação de trabalhadores, baixa organização sindical desses trabalhadores e a possibilidade de terceirização da produção em cooperativas. De fato, os incentivos chegavam a isenção de 75% do ICM por até 15 anos, e quanto maior a distância da capital, maior a quantidade de incentivos (LIMA, 2002, p. 52).

A indústria têxtil foi uma das mais beneficiadas com tal situação, aproveitando-se da existência de um pólo de fiação e do setor de confecções consolidados, cabendo apenas aos empresários investir para fortalecer a cadeia produtiva como um todo. Com isso, o Ceará se constituiu como um importante “pólo” de confecções na região, inserido no novo padrão de acumulação do capital.

Para alguns autores, uma das particularidades da formação econômica nordestina é a conformação de “pólos dinâmicos” ou “frentes de expansão” industrial, mas com a manutenção de estruturas tradicionais (ARAÚJO, 2002). Contudo, estas “frentes de expansão” podem se consolidar a partir de uma ação orientada pelo Estado ou empresas privadas, mas também podem estar referidas a aptidões e partirem de iniciativas locais. Esta parece ser uma questão importante, uma vez que o nosso estudo, sobre o *Pólo de Confecções* pernambucano, o coloca como um possível pólo dinâmico do desenvolvimento regional. Mas, como veremos mais adiante, seu surgimento não está orientado *strictu sensu* a uma dinâmica tipicamente capitalista, referida à acumulação, embora hoje esteja totalmente integrado a ele. Para Vêras de Oliveira, nem a estratégia da SUDENE, nem a “guerra fiscal” repercutiram diretamente sobre a emergência e desenvolvimento do *Pólo* (2001, p. 11). Dito isto, nosso intuito neste momento é,

levando em consideração esse contexto mais amplo, buscar situar a emergência do fenômeno produtivo do *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*.

2.3 – Os caminhos da constituição do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco

Na origem da sociedade pernambucana tem-se até a primeira metade do século XIX o açúcar como principal motor de sua economia e também da sua forma de organização social e política. Com a guerra de secessão nos Estados Unidos e o interesse das indústrias têxteis da Inglaterra por novas fontes de abastecimento de matérias-primas, a partir de 1860 a produção de algodão no Semi-Árido nordestino e em Pernambuco veio a se constituir em um importante frente econômica (LIMA, 1996, p.41).

Há registros de que já nas primeiras décadas do século XIX Pernambuco possuía uma fábrica têxtil. De acordo com o relatório da Comissão de Inquérito Industrial, publicado em 1882, afirma-se que a “primeira fábrica regular de fiação e tecidos de algodão foi fundada em Pernambuco logo depois da Independência” (FOOT & LEONARDI, 1982, p.32). Esta fábrica era bem rudimentar e tinha oito teares manuais de madeira e a fiação era operada com uso da força de trabalho escrava. Apenas em fins do século XIX é que as fábricas têxteis em Pernambuco se consolidam, sendo instaladas na cidade do Recife e em seu entorno.

De acordo com Jacob Lima (1996), o surto industrial no início do século XX deveu-se à existência de matéria-prima em abundância e de mercados consumidores. O que se produzia nestas fábricas era basicamente sacaria para açúcar e tecidos grossos para consumo popular. Importante notar que em 1907 Recife possuía 6 das 35 maiores fábricas têxteis do país. Ainda segundo o autor, em 1918 o conjunto da indústria do estado possuía 3.237 teares, 11.960 fusos e 6.723 operários, consumindo cerca de 6.130.000 quilos de algodão. Mesmo dentro da concorrência com o Sudeste, a indústria têxtil de Pernambuco acompanhou o crescimento nacional, assumindo posição importante.

Ao lado da indústria açucareira era a que mais ocupava força de trabalho, sendo a segunda atividade industrial no estado nas primeiras décadas do século XX. Açúcar e têxteis representavam 77% do valor da transformação industrial de Pernambuco em 1907 e 79% em 1934 (LIMA, 1996, p.45).

Destacam-se neste momento a *Cia de Fiação e Tecidos de Pernambuco*, a *Cia Industrial de Pernambuco*, a *Cia Paulista de Tecidos*, do grupo Lundgren, sendo esta a maior e mais importante do estado, entre outras.

Porém, esta situação de êxito não se manteve no período seguinte, que foi do ano 1930 até 1945, em decorrência da crise mundial após o *crash* da bolsa em 1929. Com a diminuição das exportações, o Brasil teve que diversificar sua produção e o Sudeste passou a aumentar a produção de algodão, tornando-se um forte concorrente do Nordeste. Esta situação agravou-se com a intervenção do Estado, que impediu a importação de máquinas para as indústrias têxteis da região Nordeste:

As indústrias têxteis passaram a enfrentar cada vez mais concorrência do produto do Sudeste. Tiveram sua expansão bloqueada no início da década pela proibição pelo governo federal, a pedido dos industriais do Sudeste que alegavam a existência de uma hipotética “superprodução” têxtil. Essa proibição foi atribuída aos conflitos intra-industriais, onde os empresários do Sudeste reclamavam da concorrência das fábricas nordestinas, que pela utilização de mão-de-obra barata, tornava seus produtos competitivos em termos de preço (LIMA, 1996, p.27).

O auge da crise do setor ocorreu na década de 1950, com o fechamento de fábricas, a redução da produção e o aumento do desemprego. A retomada do desenvolvimento industrial no estado de Pernambuco ocorreu já nos moldes dos investimentos da SUDENE. Pernambuco, aliás, foi um dos estados mais beneficiados com a política de incentivos 34/18 e o que mais teve projetos aprovados pelo órgão no período de 1960 a 1977. Neste período, a indústria pernambucana beneficiou-se do principal programa de modernização da SUDENE, implementado a partir de 1971, voltado para a indústria têxtil. Os resultados dessas iniciativas foram significativos no que diz respeito à melhoria da capacidade tecnológica e organizacional e quanto à produtividade: “Em 1973, Pernambuco concentrava 41,8% dos fusos da região Nordeste e 34% dos estabelecimentos industriais, 36% das têxteis nordestinas” (Sindicato Ind. Fiação e Tec. de Pernambuco, *apud* LIMA, 1996, p.69). Mas, novamente, o setor experimenta transformações importantes no limiar da década de 1980, passando por uma crise, fruto das transformações ocorridas com a *reestruturação produtiva* e também da ineficiência das políticas implementadas pela SUDENE para o estado.

Na periferia do processo de industrialização, sem contar com recursos da SUDENE, nem qualquer outra forma de incentivo por parte do Estado, mas compondo o desenvolvimento econômico do estado como um todo, surge uma das mais importantes

e intrigantes experiências produtivas do Nordeste ligadas ao setor de vestuário. Referimo-nos ao *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*, que, atualmente, abrange os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Taguatinga do Norte. As três primeiras cidades são responsáveis por 60% da produção do vestuário no Estado (LIMA & SOARES, 2002, p.168).

Aproximadamente 45 mil pessoas circulam pelas feiras de confecção que ocorrem nas segundas em Caruaru, nas terças no município de Toritama e às quartas-feiras em Santa Cruz do Capibaribe. De acordo com o estudo realizado pela Universidade Federal de Pernambuco, existem 12 mil unidades produtivas no *Pólo* e destas apenas 8% são formais. As empresas produzem 57 milhões de peças por mês e têm um faturamento mensal superior a R\$ 144 milhões (RAPOSO & GOMES, 2003, p.9).

O *Pólo de Confeções* situa-se na Mesorregião do Agreste Pernambucano, em uma área de transição entre a Mata úmida e o Sertão semiárido (LIRA, 2006, p.100). Esta é uma região tida como de grande importância para o estado, pois agrega atividades desde a lavoura diversificada até a pecuária leiteira e contém diversos subsistemas com faixas mais secas, mas também regiões de brejos, propícios para a agricultura. Esta também é uma área que sofreu com a intensa migração sazonal de sua população para o trabalho na monocultura da cana de açúcar.

Caruaru é a segunda cidade do estado fora da área metropolitana do Recife. Está situada na Microrregião do Vale do Ipojuca, a 120 km a oeste da capital do estado, às margens da BR-232. A população é estimada em 314.912 habitantes em uma área de 920,6 km² (IBGE, 2010). Por ser caminho para o sertão, a cidade surgiu no século XIX a partir das feiras realizadas por comerciantes e que se tornaram a principal atividade econômica da cidade (LIMA & SOARES, 2002, p.168). Caruaru é um dos municípios mais importantes do *Pólo de Confeções*, cumprindo uma função mais comercial.

Santa Cruz do Capibaribe é considerada o maior pólo de confecções do Norte e Nordeste. Localizada mais ao norte do Agreste de Pernambuco (quase fronteira com o estado da Paraíba), a cidade dista 180 km do Recife e 56 km de Caruaru. Possui uma área de 335,3 km² com uma população estimada pelo IBGE (2010) de 87.582 habitantes e seu clima é típico do semi-árido, registrando temperatura média de 26° C.

O município de Toritama possui uma área de 25,7 km², localizando-se no Agreste Setentrional pernambucano e distando 167 km da capital e 36 km de Caruaru. A população do município é de 35.554 habitantes (IBGE, 2010) e sua principal atividade

econômica, até fins da década de 1970, era a produção de chinelos, sandálias e sapatos a base de couro ou borracha. Atualmente é a principal produtora de *jeans*¹⁵ da região do *Pólo* e possui um aglomerado de lavanderias com 50 indústrias, que realizam o processo de *lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração* do *jeans* (RAPOSO & GOMES, 2003, p.11).

O surgimento da atividade produtiva da confecção na região é datado da década de 1950 do século passado. Como assinalamos acima, neste momento, a cultura algodoeira no Nordeste passava por uma situação de crise. A crise na produção do algodão em Pernambuco deixou milhares de famílias em situação de miséria, sem alternativas para sobreviver da agricultura. Muitos se aventuraram na migração para as cidades do país. Para aqueles que não migraram, a produção de *sulanca*¹⁶ apareceu como alternativa de geração de renda: “confecção que teve seu início quando as mulheres começaram a usar aparas de tecidos dispensados das fabricas para costurarem lençol, colcha e capa de colchão e venderem na feira livre da cidade” (MELO, 2009, p. 30)

Segundo Lira (2006), existem duas versões para o início da produção de confecção no Agreste de Pernambuco. Uma delas é a de que três comerciantes, Manoel Caboclo, Pedro Diniz e Dedé Moraes, iam a Recife vender galinhas, queijo e carvão vegetal e de volta traziam retalhos de tecido que eram utilizados para confeccionar roupas de uso das famílias. A outra versão aponta que já havia a venda de retalhos na feira comercializados a preços baixos e estes comerciantes apenas a incentivaram.

Também Lima & Soares (2002, p.169) nos trazem que na década de 1960 caminhoneiros vindos de São Paulo traziam retalhos de helanca (fio de malha sintético), de tecelagens paulistas, que eram costurados em Santa Cruz e vendidos na feira e “com o sucesso da feira, pelo baixo custo dos seus produtos, outros produtores passaram a costurar peças de vestuário”.

Inicialmente os retalhos para a produção de *sulanca* vinham das indústrias têxteis de São Paulo e da grande Recife e as pessoas os adquiriam gratuitamente, porém, quando a atividade aumentou estes passaram a ser vendidos a um preço muito baixo. Com estes retalhos eram confeccionados inicialmente colchas e tapetes. Depois, se passou a produzir pequenas peças de vestuário, como roupas infantis e também peças

¹⁵ Estima-se que a produção de *jeans* no município chegue a 800.000 peças por mês (Lima, 2006, p.14).

¹⁶ O termo *sulanca* tem origem na derivação da palavra Sul (referindo-se a São Paulo) e helanca (LIMA & SOARES, 2002, p. 169). Também de acordo com informações da população local, o nome *sulanca* surgiu por não-haver outra palavra que definisse aquela atividade produtiva.

rústicas para o trabalhador do campo. A *sulanca* ficou conhecida pela inferioridade na qualidade dos seus produtos, pois eram de tipo simples e de baixo custo, acessível às camadas da população de baixa renda (LIRA, 2006, p.102).

Uma das características do *Pólo de Confeções* é a origem rural dos municípios que hoje estão envolvidos na produção de confecção e na oferta dos/as confeccionistas, muitos dos quais, mesmo participando da atividade industrial, preferiam manter-se no campo montando seus próprios fabricos ou facionando sua produção para outras unidades produtivas e ou trabalhadores a domicílio. O capital acumulado para o início da atividade veio muitas vezes da atividade agrícola, da venda de terras e de benfeitorias, quando o agricultor migrava para as cidades do entorno e se inseria na atividade de confecções. Veio também das remessas de dinheiro enviadas às famílias por parentes que migraram para outras regiões, assim como do comércio de outros produtos, pois as feiras destas cidades já possuíam relativa importância para a economia local. Para Lima & Soares (2002), o surgimento da produção de *sulanca* está ligado a dois fatores: “a situação geográfica, pois se trata de uma área de solos pouco favoráveis à agricultura comercial e de subsistência, e a proximidade de Caruaru, centro comercial situado na ligação capital-interior”.

De acordo com LIRA (2006), hoje os municípios do entorno encontram-se bastantes urbanizados, com taxas de urbanização superiores a 90%. A média de crescimento anual das décadas, de 1950 até mais ou menos 2005, foi de 7,03% para Santa Cruz do Capibaribe, 5,00% para Toritama e 3,32% para Caruaru. Dados do estudo de RAPOSO & GOMES (2003) mostram que em relação ao crescimento populacional, entre os anos de 1991 e 2000, houve um aumento de 18,7% em Caruaru, 54% em Santa Cruz e de 46,2% em Toritama. O crescimento populacional destes municípios foi superior às médias do Brasil (15,6%), do Nordeste (12,3%) e de Pernambuco (11,1%), sendo que, no caso dos municípios de Toritama e Santa Cruz, este crescimento é atribuído ao dinamismo econômico da *sulanca*.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de Pernambuco, para o ano de 2000, é considerado de médio desenvolvimento humano (0,705) e, dentro do estado, Toritama é o 35º município mais desenvolvido, com um índice igual a 0,670. O estudo feito por Sobel *et al* (2008), utilizando a metodologia de análise de *cluster*¹⁷ para

¹⁷Aqui estamos adotando a noção de *cluster* como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, que apresentam vínculos entre si, mesmo que incipientes. Neste sentido, estamos entendendo como sinônimo de APL – Arranjo Produtivo Local (*cf* VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011, p. 20).

discutir o desenvolvimento regional, aponta que mesmo os municípios que se configuram como de alto desenvolvimento humano (como o caso de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) apresentam uma forte concentração de renda.

A renda per capita média entre os municípios de alto desenvolvimento humano é cerca de 500% superior àquela das cidades de baixo desenvolvimento e cerca de 232% superior à dos municípios de médio desenvolvimento humano. Contudo, deve-se atentar ao fato de que esta renda está sendo distribuída de forma bastante concentrada (SOBEL *et al*, 2008, p.16-17).

Isto se torna mais evidente quando olhamos para o índice de *Gini* que, de acordo com dados do trabalho acima citado, para os municípios do *Pólo de Confeccões* fica em torno de 0,58 (SOBEL *et al*, 2008). Já os dados de Raposo & Gomes (2003), apresentam que, no Brasil, o PIB – Produto Interno Bruto cresceu 31% entre 1991 e 2000 e nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama os índices ficaram em 35,2%, 60,4% e 41,9%, respectivamente. Esses dados demonstram um crescimento para os municípios do *Pólo* superior à média nacional, em contraposição a uma alta concentração de renda.

Também no ano de 2000, o setor de confeccões registrava 9.760 postos de trabalho, destes 1.831 estavam em Caruaru, 737 em Santa Cruz do Capibaribe em e 234 postos em Toritama (RAPOSO&GOMES, 2003, p.19). Estudos sobre o emprego na região apontam para uma taxa de ocupação elevada, gerando um *mito* de que, no território produtivo do *Pólo*, o desemprego é nulo. É muito comum ouvir da população local que em Santa Cruz, por exemplo, “tem trabalho para quem quer trabalhar”:

Muita gente vem, tem *trabaio* porque dentro de Santa Cruz hoje só fica parado quem não tem coragem de *trabaiar*. Hoje a pessoa pode vir de onde quiser, ele pode não saber fazer nada no mundo, ele arruma um *trabaio*, pelo menos ir pegando de pecinha em pecinha dessa e ir arrumando num canto, tirando uma pontinha de linha, uma coisinha, tem *trabaio* pra todo mundo dentro de Santa Cruz. Uma pessoa que disser “fui pra Santa Cruz e passei um mês e não arrumei serviço”, eu digo: você não tem coragem de *trabaiá!* Não falta serviço dentro de Santa Cruz, não! (Jasmim¹⁸, Entrevista em 08/11/2010).

¹⁸ O entrevistado é motorista de transporte alternativo na linha Santa Cruz do Capibaribe – Caruaru.

Analisando a situação do mercado de trabalho em geral, na região de Caruaru e Entorno, no período de setembro a novembro de 2006, o estudo do DIEESE (2010)¹⁹ aponta que há uma diferenciação na participação de mulheres na força de trabalho, em relação aos homens, com taxas para estes em torno de 71,6% e para as mulheres de apenas 50,7% (embora crescente, esta taxa é bem menor do que a que se verifica para os homens). Em relação ao desemprego, segundo Campos *et al* (2009), em 2006, a Fundação SEADE realizou pesquisa de emprego e desemprego, envolvendo o último semestre, na qual constatou o seguinte:

No período de análise da pesquisa o desemprego aberto foi de 7,5% e o desemprego total de 13,7%. A título de comparação, a região metropolitana de Recife apresentou na mesma época desemprego aberto de 13,2% e total de 21,1%. Dentre os municípios pesquisados pela fundação estão Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, os principais do PCA²⁰ (CAMPOS *et al*, 2009, p. 4).

Nos dados do DEESE sobre o desemprego, vemos uma diferenciação relacionada a sexo. São as mulheres que acumulam maiores percentuais de desemprego, com taxa registrada de 15,5%, enquanto em relação aos homens a taxa é de 12,2%. Essa diferença de três pontos percentuais pode ser um indício da presença de discriminação de gênero no mercado de trabalho na região, ainda mais quando se considera que o nível de escolaridade das mulheres é superior ao dos homens. Podemos compreender os meandros desta realidade do “desemprego zero” a partir da leitura da população local:

Aqui nós temos muitas pessoas autônomas. (...) Quando ela veio crescendo mesmo e se modernizando com máquinas pra cortar e tudo, foi quando começou a surgir esses boatos aí pra todo mundo que aqui ninguém era desempregado! Por quê? Porque todo mundo que chegava aqui começava a tirar ponta de linha, depois ia aprendendo a fabricar como eu de início. Começava a costurar, aí da costura já ia comprando sua máquina, assim por diante, fazendo outro fabricozinho no fundo de quintal (Professora, Entrevista em 08/11/2010).

Observe-se, no entanto, que predomina nas atividades do *Pólo* o trabalho informal. Em Santa Cruz do Capibaribe, das 42 mil pessoas ocupadas, 33 mil são

¹⁹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, que aqui citamos, foi realizada pelo Dieese, contando com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, e teve como objetivo conhecer o mercado de trabalho urbano situado fora das regiões metropolitanas do país. Para tal, foram escolhidas duas regiões pilotos, em Pernambuco (a região de Caruaru e entorno) e o Rio Grande do Sul (Aglomerado Urbano Sul). A região de Caruaru e entorno foi delimitada pelos municípios de Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, utilizando uma amostra de aproximadamente 4.500 domicílios no período entre setembro e novembro de 2006.

²⁰ Pólo de Confeccões do Agreste, nos temos de Campos *et al*.

informais e apenas 07 (sete) mil são formalizadas. No caso de Toritama estes números são 20 mil, 15 mil e 4,9 mil, respectivamente. Já o município de Caruaru possui um índice de formalização maior, com 6,5 mil das 16, 5 mil pessoas ocupadas, embora a informalidade ainda chegue a casa dos 10 mil (RAPOSO & GOMES, 2003). Este é um elemento de fundamental importância para compreender a dinâmica produtiva do *Pólo*, não apenas pelo que demonstram os dados estatísticos em termos de crescimento e permanência da informalidade, mas, sobretudo, pelo que representa a informalidade nas relações sociais de produção referenciadas no trabalho a domicílio, no papel das relações de gênero e na imbricação rural-urbana.

2.4 – O trabalho a domicílio no *Pólo de Confeccões*

A produção no *Pólo de Confeccões de Pernambuco* é caracterizada pela existência de unidades produtivas denominadas *fabricos* e *faccões*, de tipo predominantemente familiares, que empregam de 01 (um/uma) a 30 trabalhadores (as). De acordo do Vêras de Oliveira (2011, p. 01), “os *fabricos* são unidades produtivas familiares, com funcionamento indissociado do local de moradia dos proprietários, de caráter informal, mas que incorporam dimensões variadas”. Enquanto os *fabricos* têm o domínio do processo produtivo, podendo faccionar sua produção, as *faccões* se caracterizam por serem subcontratadas de fábricas e *fabricos*, dedicando-se a executar apenas uma parte da produção e podem se diferenciar entre em si de acordo com o tamanho (nº de trabalhadores (as), nº de máquinas e volume de produção), formalização (ou não), que momento do processo produtivo executa (parte ou o todo), familiar ou não familiar, industrial ou artesanal e se é domiciliar ou não domiciliar. Mas, fundamentalmente o que difere os *fabricos* das *faccões*, é que estes são subordinados a outras unidades ou empresas, enquanto que os *fabricos* trabalham de forma mais independente. Mas, muitas vezes, os *fabricos* também faccionam seu trabalho para outras unidades produtivas maiores, o que torna essa distinção bem mais difícil na prática.

A maioria dos *fabricos* e *faccões* é notadamente informal, chegando a 7.000 nos três municípios (RAPOSO & GOMES, 2003). Os *fabricos* podem comercializar diretamente nas feiras e para sacoleiras, mas também trabalham por encomenda, subcontratados para empresas maiores (LIMA & SOARES, 2002). A malha de trabalhadores(as) envolvida na produção de confeccões é basicamente formada por costureiras e agentes ligados ao comércio (camelôs, lojistas, etc.).

Esse traço notadamente informal da produção de *sulanca* está presente desde o seu surgimento. Tradicionalmente, na região, a utilização da formalidade na contratação de força de trabalho era algo presente apenas nos órgãos públicos (LIMA & SOARES, 2002). Hoje temos um nível de informalidade mais sistêmica e integrada ao crescimento do setor. Além disso, o fato dos *fabricos* e *facções* possuírem na constituição de sua força de trabalho, predominantemente, membros da família, torna a questão do assalariamento e da garantia de direitos previdenciários secundária.

Geralmente, o(a) proprietário(a) do “fabrico” ou da “facção” e sua família administram a produção, a compra e venda de mercadorias e trabalham conforme a demanda. As unidades são instaladas na própria casa, que vai sendo expandida conforme as necessidades da produção. Assim, no espaço de muitos “fabricos”, misturam-se cômodos com máquinas, outros com camas para trabalhadoras e outros que se constituem propriamente na residência (LIMA & SOARES, 2002, p.172).

O caráter familiar manifesta-se, também, na forma de recrutamento dos funcionários, que é feita por indicação de conhecidos, uma vez que a qualificação exigida para trabalhar é o conhecimento básico de costura. Como apontamos no item anterior, a produção da *sulanca* teve início com as costureiras, que muitas vezes, por não possuírem máquinas, recebiam-nas emprestadas de confeccionistas da cidade para poder costurar. Esta dinâmica disseminou o trabalho domiciliar local, na cidade e no campo, tendo como principal agente produtivo as mulheres.

A produção de confecções na região do Agreste possui um alto grau de diversificação e especialização da produção, o que torna o trabalho faccionado, especialmente a domicílio, um fator decisivo para o sucesso do aglomerado produtivo. Do número total de empresas de confecções na região do *Pólo* (12.141), 3.377 são facções e o município que possui mais facções é Santa Cruz do Capibaribe, com 1.698 unidades (RAPOSO & GOMES, 2003).

Estudo realizado por Campos *et al* (2009) mostra que, no caso de Toritama, a maior parte da produção de *sulanca* está localizada em unidades produtivas nos domicílios, chegando a 37% da produção do município. As tarefas realizadas nos domicílio são partes do processo produtivo, muitas vezes executa-se apenas um tipo de atividade:

Os trabalhadores a domicílio costumam executar poucas etapas do processo produtivo (52,4% realiza até duas atividades) e, na maioria

das vezes, muito simples como: limpar a peça (isto é, cortar os fios sobrantes); cortar a aba do bolso; colocar elástico; costurar zíper, entre outras (CAMPOS *et al*, 2009, p. 16).

Parte dos *fabricos* facionam sua produção contratando mulheres, sendo que no caso de Toritama esse contingente representa 84,1%. Aí reside um elemento importante para a nossa análise, demonstrando a relevância da participação das mulheres no surgimento e desenvolvimento da confecção no *Pólo do Agreste*:

A mulher teve um importante papel no desenvolvimento da confecção em Santa Cruz, pois a atividade de costurar, tida como característica feminina, desenvolvida no âmbito da pequena e micro empresa familiar, funciona como pilar principal de sustentação, assim elas utilizaram essa “habilidade feminina” como alternativa econômica para sobreviver, e transferiram sua capacidade de administrar o lar para administração das pequenas fábricas domésticas (PEREIRA, 2004, *apud* MELO, 2009, p.40).

Apoiando-nos em Sorj & Abreu (1993), já apontamos que a existência do trabalho a domicílio está intimamente ligada a uma variável de gênero. No caso das atividades do *Pólo Confecções*, esta realidade se comprova, pois se apresenta como possibilidade das costureiras desenvolverem uma atividade remunerada sem alterar suas obrigações domésticas. Ruas (1993, p.30) também concorda com esta constatação:

No caso das mulheres atuando no TDD²¹, é tácita a necessidade de compatibilizar a jornada de trabalho doméstico com as encomendas de trabalho recebida da empresa contratante, via distribuidor. Neste sentido, os limites entre uma e outra jornada são muito tênues; confundem-se, assim, dois tipos de atividades originadas de áreas de demanda bastante diferenciada, mas que em termos de conteúdo de trabalho podem apresentar alguma interseção.

No que tange à jornada de trabalho, esta fica, na maioria dos casos, acima das 40 (quarenta) horas semanais, mesmo para as empresas formais, como preconiza a CLT²². A única função em que a jornada média se situa abaixo das 40 (quarenta) horas semanais nos três municípios é a de *manutenção*, quando realizadas nas empresas formalizadas. No caso dos empreendimentos informais, os municípios de Caruaru e Toritama apresentaram jornada de trabalho abaixo da regulamentada nas ocupações de *manutenção* e *expedição* (RAPOSO & GOMES, 2003). Porém, se nos detivermos na função de produção, também veremos uma média superior a 42,9 horas. Este dado é

²¹ Trabalho Domiciliar Distribuído

²² Consolidação das Leis Trabalhistas

importante, pois está diretamente ligado com a forma de remuneração da força de trabalho no *Pólo*. Os (as) trabalhadores(as) ganham por produção, portanto, quanto mais produzirem maior será sua renda. Ainda, a forma de remunerar por peça produzida torna a renda muito instável e variável. Partindo dos dados da pesquisa (RAPOSO & GOMES (2003), as unidades informais remuneram melhor do que as formalizadas²³, pagando um salário um pouco acima dos R\$ 400,00. Porém, o município de Santa Cruz apresenta remuneração muito inferior a este montante, tanto nos empreendimentos formais como nos informais. Na maioria dos casos nas unidades informais o salário é pago por semana.

Tabela 1- Valor pago por unidade produzida, Toritama

Atividade	Valor R\$
Corte à mão	R\$ 0,20
Corte com máquina	R\$ 0,25
Costura dos bolsos traseiros	R\$ 0,16
Costura do zíper	R\$ 0,09
Revés do bolso	R\$ 0,03
Abanhado do bolso	R\$ 0,03
Abanhado da perna	R\$ 0,08
Lixar	R\$ 0,25
Espanjado	R\$0,25 a R\$0,30

Fonte: Fundaj, *apud* CAMPOS *et al*, 2009.

No caso de Toritama, os (as) trabalhadores (as) domiciliares recebiam, por semana, em 2004, R\$ 113,90 Reais, o que representava 9% a mais do salário mínimo vigente na época (Campo *et al*, 2009). Esse salário pode ser considerado como razoável, dada a realidade da região, porém o custo de vida é tido como alto para a região, expresso nos elevados preços dos aluguéis e na escassez de água, que obriga a população local a comprar água para suprir as necessidades básicas.

A formalidade, ou seja, o registro em carteira é vista pelos trabalhadores como uma ameaça de rebaixamento do salário real, uma vez que podem ganhar mais com os contratos *off*. Conforme Lima & Soares (2002, p.177):

²³ A única exceção neste caso é o município de Santa Cruz do Capibaribe aonde as empresas informais remuneram melhor do que as informais.

Como grande parte da força de trabalho é constituída por mulheres, a carteira assinada é percebida como necessária a apenas um membro da família, o que reforça a constatação, presente nos estudos sobre informalidade, sobre a simultaneidade do trabalho formal e informal como estratégia do grupo familiar para garantir sua reprodução.

Com isso, ressaltamos a importância de compreender as diversas configurações que assume a produção de *sulanca* na região do *Pólo de Confecções* como indicadores da forma como vem se dando a imbricação formal-informal (com foco no trabalho domiciliar), referida às relações de gênero e à dimensão rural-urbana. Insistimos que tais conformações não podem ser tomadas de forma dicotomizada, pois se apresentam como uma trama imbricada de relações sociais contraditórias.

O nosso próximo esforço é situar a expansão do *Pólo de Confecções do Agreste* para a região do Cariri Paraibano

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DAS MULHERES DO CARIRI PARAIBANO NO CONTEXTO DO PÓLO DE CONFECÇÕES DE PERNAMBUCO

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
– Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.
(...)
Todas as vidas dentro de
mim:
Na minha vida –
a vida mera das obscuras.
Cora Coralina*

3.1 – A inserção do Cariri Paraibano nas atividades do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco

Como destacamos anteriormente, o *Pólo do Agreste* vem se configurando como uma realidade em expansão. Considerado o segundo maior *Pólo de Confeções* em importância econômica do país, ele colocou o estado de Pernambuco em uma posição de destaque no cenário da moda e da confecção. Essa importância, por exemplo, demonstra-se no crescimento do número de estabelecimentos e de trabalhadores no setor, que ficou em torno de 17,0% e 21,2% respectivamente, entre os anos de 2006 e 2008, ultrapassando os dados do estado e do país para o mesmo período (DIEESE, 2010, p. 38).

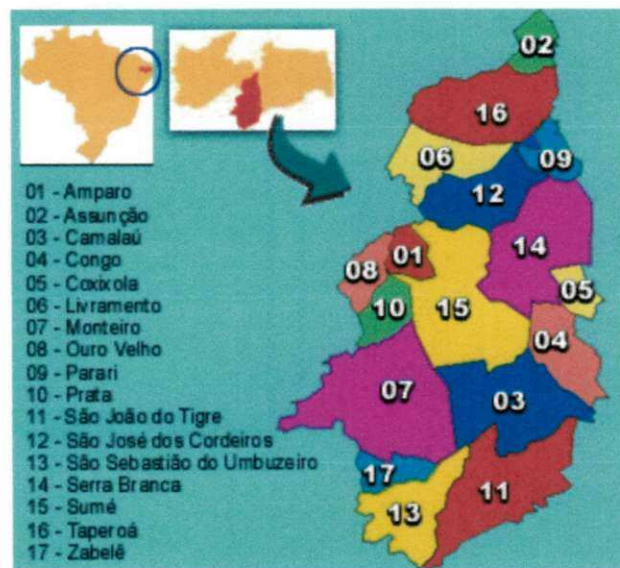
Fruto deste crescimento, a produção do *Pólo* necessita cada vez mais da incorporação de força de trabalho com as mais variadas formas de vínculos: flexíveis informais, subcontratados. E esta incorporação não se dá apenas localmente, nem nos municípios no entorno do *Pólo*, atinge também cidades e estados vizinhos. Uma das direções para onde o *Pólo* historicamente vem se expandindo é o estado da Paraíba, mais precisamente para a região conhecida como Cariri Paraibano.

3.1.1 - Breve Caracterização do Cariri Paraibano e do Assentamento Serrote Agudo

O Cariri é uma região inserida no bioma da caatinga, zona semi-árida nordestina, situada no Planalto da Borborema (centro do estado da Paraíba), recortada pela parte alta do Rio Paraíba e pelo seu principal afluente, o Rio Taperoá. Possui uma área de 7.075 km², composta, ao todo, por 29 municípios, divididos entre o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental²⁴, sendo que o primeiro possui 74.826 habitantes urbanos, 45.483 habitantes rurais. De acordo com Abramovay *et al* (2010), os institutos oficiais de pesquisa consideram este um território rural, uma vez que possui baixa densidade populacional.

É um ambiente marcado pela aridez, onde as chuvas são escassas e irregulares (uma média de 400 a 600 mm/ano), em contraposição ao alto volume de evaporação, que chega a 3.110mm/ano. Possui um solo com um forro pedregoso quase impermeável e, ainda, abaixo dele, há uma pedreira de um milhão de quilômetros quadrados, dificultando a infiltração da água. Por ser uma região árida é acometida por frequente escassez hídrica, decorrente menos das condições climáticas do que das históricas relações de poder calcadas na sua rígida estrutura político-econômica.

Mapa do Cariri Ocidental Paraibano - Municípios



Fonte: PEREIRA, 2008, p.54

²⁴ Essas regiões são também conhecidas, respectivamente, como “Cariris Novos” e “Cariris Velhos”.

De acordo com os registros históricos, a região foi habitada pelos índios Cariris, mas a ocupação oficial desta localidade denominada Cariri (Ocidental e Oriental) foi iniciada no ano de 1663, através de um requerimento que solicitava a delimitação de 30 léguas da sesmaria de propriedade de Antônio de Oliveira Lêdo, Custódio de Oliveira Lêdo, Constantino de Oliveira Lêdo, Maria Barbosa Barradas e Sebastião Barbosa de Almeida, os quais: “solicitavam 30 léguas de terras, que começarão a correr pelo rio da Paraíba..., com declaração que correrão para o sul duas léguas e para o norte dez léguas...” (ALMEIDA, *apud* PEREIRA, 2008, p. 31).

Essa sesmaria doada pela Coroa Portuguesa formou o que hoje é o município de São João do Cariri, por onde foi iniciado o processo de ocupação no território.

São João foi elevado à categoria de vila em 1800 e, neste momento, era o principal centro de uma vasta área que cobria praticamente um terço do que hoje é o Estado da Paraíba, envolvendo, além do Cariri, a área conhecida como Planalto da Borborema, de transição entre as terras baixas do litoral – onde predominou a lavoura canavieira - e as terras altas do sertão - onde se concentrava uma crescente atividade pecuária (ABRAMOVAY *et al*, 2010, p.6).

Traços existentes no território comprovam a existência das tribos indígenas desde 5.000 anos a.c, como os inúmeros sítios arqueológicos, lajedos, pinturas rupestres e urnas com cemitérios indígenas com esqueletos envoltos em esteira de caroá espalhados por toda região (CANIELLO & DUQUÊ, 2006, p. 630-631). Segundo os autores:

Quando da chegada dos europeus à América Tropical, o território era dominado pelos índios Cariris, povos caçadores-coletores falantes de uma língua do tronco Macro-Jê, cuja origem provavelmente remonta, segundo Urban (1998, p. 90), a 5 ou 6 mil anos antes do presente. Até meados do século XVII, a região permaneceu praticamente intocada pelos colonizadores.

Alguns estudiosos destacam o enfrentamento dos índios Cariris à colonização, revolta conhecida como Confederação dos Cariris ou “Guerra dos Bárbaros”, uma das primeiras formas de luta em defesa do território e se estendeu entre os anos de 1680 a 1730:

A penetração do processo de colonização em direção ao interior foi também acompanhada pelo rastro do sangue nativo. A reação do indígena sertanejo à sua transformação em cativo e pela defesa de suas

terras deu origem à chamada Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris (MOREIRA & TARGINO, 2007, p. 7).

Tamanha foi a violência da ocupação, que chegou a impressionar os próprios colonizadores:

O processo foi de tal maneira cruento que D. Filipe III chegou a dirigir uma carta régia ao Capitão-mor da Paraíba em 16 de setembro de 1699, solicitando-lhe advertir o fundador de Campina Grande por 'estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos dos índios que tomou em sua guerra' (CANIELLO & DUQUÉ, 2006, p.631).

Para Moreira & Targino (2007), o processo de ocupação das terras tomadas dos índios deu-se com a instalação de currais e capelas, constituindo assim os núcleos de povoamento:

Se a de Nossa Senhora do Rosário representou, entre 1701 e 1721, no arraial do Piranhas, embrião da futura vila e cidade de Pombal, as capelas de Cabaceiras, em 1730, Jardim do Rio do Peixe (Souza), em 1732, Piancó, em 1748, Patos, em 1772, Catolé do Rocha e Santa Luzia, em 1773, e Monteiro, em 1800, significaram o elemento gerador dessas cidades (MELO, *apud* MOREIRA & TARGINO, 2007, p.72-93).

Esse processo de ocupação da região foi fortemente marcado pela separação entre a atividade canvieira, reservada ao litoral, e a criação de gado, que se estendeu para o interior do estado, nas áreas semi-áridas, tornando-se a principal motivação econômica da região. A pecuária inicialmente bovina e depois caprina e ovina foi, portanto, a principal economia dessa região durante mais de 340 anos após a ocupação oficial do território demarcando profundamente sua estrutura político-econômico-cultural.

Além do ciclo da pecuária, o território vivenciou outros, como o algodão, o caroá, o sisal e a irrigação. Contudo, a tríade principal de seu desenvolvimento esteve calcada, até fins da década de 1970, no algodão, na agricultura alimentar e na pecuária.

Até a década de setenta no século XX, as áreas rurais do Semi-árido, Cariri incluído, tinham sua atividade econômica praticamente reduzida à convivência conflituosa entre as grandes fazendas de gado e minifúndios. Com o objetivo de formar os pastos e garantir a manutenção da fazenda, as primeiras contratavam moradores e minifundistas para plantarem fibras e alimentos. Elas representavam praticamente a única fonte de emprego, de geração de alimentos e de

renda monetária para pequenos proprietários e trabalhadores sem-terra (ABRAMOVAY *et al*, 2010, p. 7).

A literatura existente sobre a região (CANIELLO & DUQUÉ, 2006; MOREIRA & TARGINO, 2007; PEREIRA, 2008, entre outros estudos) afirma que uma das principais características do Cariri é a concentração fundiária, com a figura do “fazendeiro” sendo o expoente do poder político e econômico (aliado ao patriarcado que acrescenta a esta situação as desigualdades entre homens e mulheres):

Deles, historicamente dependeu o acesso a qualquer renda monetária, pelo controle que exerciam sobre o mercado de trabalho e de produtos alimentares. Deles dependia o acesso a serviços básicos, como o provimento dos meios para acessar hospitais ou atendimento médico. E deles dependia, ainda, o acesso ao sistema político formal, dos serviços cartoriais ao voto, passando pela administração de conflitos locais numa espécie de personificação da lei e do poder (ABRAMOVAY *et al*, 2010, p.7-8).

A produção de algodão ou cotonicultura surgiu, em fins do século XVII, como uma necessidade de abastecimento da indústria têxtil, principalmente da Inglaterra, e mesmo mantendo uma articulação com o setor industrial não proporcionou um impulso inovador às relações de produção nas lavouras do algodão. A cultura do algodão, não sendo incompatível com a produção de alimento, permitindo o plantio consorciado com as culturas alimentares, possibilitou a convivência dessa com a agricultura de subsistência, conforme observou Caniello & Duqué (2006, p.631-632).

De fato, a cotonicultura requer grandes contingentes de mão-de-obra e, ao contrário de outras culturas de exportação, não é incompatível com a economia camponesa, pois o algodão pode ser cultivado em associação com as culturas de subsistência e seu restolho serve como alimento para o gado no período mais seco do ano.

Portanto, a produção dos alimentos básicos necessários para o sustento das famílias era oriunda dos minifúndios, embora atrelada e dependente ao grande latifúndio, que controlava a compra e a venda da força de trabalho existente, pois era a única possibilidade de emprego temporário e precário. O modelo de exploração econômica a partir da cotonicultura entrou em decadência em meados dos anos 1970, devido à concorrência do algodão cultivado em São Paulo e à praga do bicudo, que dizimou as plantações do semi-árido nordestino, assim do desenvolvimento da indústria de fios sintéticos na região Sudeste do país. Conforme Moreira & Targino (2007, p.9),

“entre 1990 e 2000, a redução da área plantada com algodão correspondeu a 99,8% na mesorregião do Sertão Paraibano e 97,6% na mesorregião da Borborema”. A produção de alimentos na região sempre foi limitada pelas dificuldades hídricas e de fertilidade do solo e, por isto, a cultura do algodão aparecia como a única fonte de renda de agricultores pequenos proprietário de terras, parceiros e arrendatários. Somam-se a isso as secas ocorridas nos anos de 1983, 1989-93, 1998-99, agravando o problema da produção de alimentos²⁵. Esta situação intensificou a saída de agricultores do campo rumo às cidades, especialmente do Centro Sul do país, em busca de sobrevivência:

Com a derrocada da economia algodoeira provocada pela praga do bicudo e pela ausência de políticas públicas voltadas para este segmento da economia no momento da crise, o camponês se viu sem a sua principal fonte de renda monetária. Tanto é que na década de 1980 assistiu-se a uma forte migração campo-cidade na região, por falta de alternativas dos pequenos agricultores se manterem na terra (MOREIRA, 2011, p.8).

Os deslocamentos experimentados pelas populações desta região rumavam principalmente para o Sudeste do país, mas já se apresentavam indícios de um fluxo migratório para as cidades do entorno do que hoje se configura como o *Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano*.

Retomando um traço da formação socioeconômica da região, a concentração fundiária e, por conseguinte, de poder se manteve sempre nas mãos das elites agrárias:

A estrutura produtiva do Cariri permaneceu altamente concentrada e com baixo grau de diversificação, tornando-se não só vulnerável a crises, como a que atingiu a atividade algodoeira no passado, como também sem constituir bases locais de acumulação dos diferentes capitais (econômico, cultural e social) capazes de sustentar uma reestruturação produtiva diante da crise ou das oportunidades que se abrem hoje, caso das maciças transferências ou das possibilidades abertas aos novos usos sociais dos recursos naturais, como a produção de energia solar ou eólica ou a valorização da biodiversidade local (ABRAMOVAY *et al*, 2010, p.3-4).

A concentração fundiária configurou e continua a configurar um problema para o Cariri. Não é nosso objetivo aqui discorrer densamente sobre a questão agrária, sistematizando os debates que permeiam este enfoque, apenas pontuar o surgimento dos primeiros processos de desapropriação. Para efeito de síntese, observa-se que as

²⁵ De acordo com Morcira & Targino (2007, p. 9), na seca de 1998, em alguns municípios do Cariri Paraibano a produção agrícola foi praticamente nula, como no caso de São Sebastião do Umbuzeiro.

primeiras ações voltadas para a Reforma Agrária tiveram início na primeira metade da década de 1990.

Durante a década de 1990, em virtude da consolidação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Sebastião do Umbuzeiro, do avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e da crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da Sudene, os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela Reforma Agrária (CANIELLO & DUQUÉ, 2006, p. 632).

A primeira desocupação para fins de Reforma Agrária ocorreu na Fazenda Santa Catarina, na cidade de Monteiro, no ano de 1993, o qual veio a se tornar o primeiro assentamento²⁶ de Reforma Agrária no Cariri paraibano. Em seguida, formaram-se os assentamentos Estrela D'Alva, em São Sebastião do Umbuzeiro (1997), Novo Mundo, em Camalaú (1997), Mandacarú, em Sumé (1999), e Serrote Agudo, compreendendo os municípios de Sumé, Prata e Amparo (2001). Ao todo foram criados 12 projetos de assentamentos entre os anos de 1993 e 2001 (PEREIRA, 2008).

Veiga (*apud* PEREIRA, 2008, p.80) aponta como sendo a definição mais usual de Reforma Agrária: “a modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”. Para Silva (*apud* PEREIRA, 2008, p.80), a Reforma Agrária é “um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade”.

Para Moreira & Targino (2007), a criação dos assentamentos na região semi-árida da Paraíba foi resultado da conjunção dos seguintes fatores: a crise da economia impulsionada pelo declínio da produção de algodão e pelas secas; a presença de movimentos sociais possibilitando, a organização social dos trabalhadores rurais; a atuação da federação dos sindicatos de trabalhadores rurais com uma ação mais burocratizada dos pedidos de desapropriação.

O assentamento Serrote Agudo tem uma área de 2.370,70hectares e situa-se entre os municípios de Sumé, Amparo e Prata, na microrregião do Cariri Ocidental. O

²⁶O termo *assentamento* surgiu pela primeira vez no ano de 1960, no processo de Reforma Agrária da Venezuela. “Ele se refere a unidades de produção agrícola resultantes do processo de Reforma Agrária, constituindo-se no lugar de vida e trabalho das famílias beneficiadas, visando à justa distribuição da terra, condicionando o seu uso ao bem estar social” (VEIGA, *apud* FERREIRA et al, 2008, p.4).

imóvel foi declarado de “interesse social para fins de Reforma Agrária”, no dia 6 de dezembro de 2001 (FERREIRA *et al*, 2008).

Os proprietários do imóvel eram o senhor Hortêncio Ribeiro de Luna Filho e sua esposa Maria Odáisa da Silva Ribeiro. Segundo a documentação consultada, o INCRA repassou o equivalente a R\$ 259.408,00 aos proprietários, como forma de indenização pelo imóvel, mais R\$ 665.179,95 pelas benfeitorias nele existentes (FERREIRA *et al*, 2008, p.6).

Um dos beneficiários do assentamento, Seu Cravo, nos conta que esta é uma propriedade antiga, de herdeiros, perpetuada de geração em geração, até meados da década de 1980:

Só vejo falar de história, assim, que foi de Paulo Guerra, de Major Alfredo, de outros aí que eu não sei o nome deles. Aí, quando a gente começou a *trabaiá* aqui dentro, aí era de Valfredo Siqueira [se eu não me engano!]. Então a gente *trabaiou* de 71... o ano de 79 até 84. Aí foi quando ele morreu. No ano que ele morreu começaram a vender (Seu Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Ainda segundo o agricultor Seu Cravo, a desapropriação das terras ocorreu sem conflito, através de um cadastro via correio:

Era o seguinte: quando a gente soube aqui, foi pelo prefeito, pelo prefeito da Prata. Aí ele disse que a gente fosse pro correio se cadastrar, que esse assentamento aqui ia ser desapropriado. Essa fazenda né! Aí a gente foi. Ficamos esperando e nada, nada, nada! Mas aí veio o Movimento MST. Aí já sabia, já tinha sido denunciado. Aí veio pra gente ir que ia ter uma reunião, quem quisesse ir pra fazenda. Aí a gente foi. Aí depois numa segunda... [nós fomos numa segunda], quando foi numa quinta-feira um contato do povo aí na fazenda já veio cadastrar. Não terminou nem de ser chamado pelo correio (Seu Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Em suma, a Fazenda foi colocada à disposição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, sem que tivesse ocorrido conflito ou mobilização social. Mesmo assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra organizou um acampamento com as famílias pretendentes à terra para pressionar o cadastramento.

Hoje a área conta com cerca de 86 famílias assentadas, divididas em quatro agrovilas: Lajinha, Cumarú, Formigueiro e Macacos. Possui uma razoável infraestrutura, com casas, cisternas, acesso a projetos produtivos, entre outros. Como homenagem a um importante poeta da região, os (as) assentados (as) nomearam a

associação do assentamento de Zé Marcolino, que imortalizou a Fazenda Serrote Agudo em uma de suas composições²⁷.

Atualmente, as famílias do assentamento estão envolvidas em várias atividades econômicas, que vão desde as culturas tradicionais (milho, feijão, batata doce etc.) até projetos experimentais de manejo produtivo. Além do plantio dos roçados, criação de bovino, caprinos²⁸, ovinos e aves, a área conta com o cultivo de uma horta coletiva, coordenada pelas mulheres, com a produção e armazenamento de suporte forrageiro na ordem de mais de 1 tonelada por ano, com campos de produção consorciada de algodão orgânico, amendoim e mamona, com projeto de manejo sustentável da caatinga, entre outros. Parte destas ações é acompanhada por organizações governamentais e não governamentais, a exemplo do Projeto Dom Helder Câmara, Embrapa, Universidade Federal de Campina Grande, Fundação Universidade Camponesa, Centro da Mulher 8 de Março, Cunha - Coletivo Feminista, entre outros.

A presente contextualização faz-se necessária para compreendermos as condições sob as quais as atividades do *Pólo de Confecções* vêm se estabelecendo na região. Não é possível ainda precisar o número de pessoas e unidades produtivas situadas no Cariri da Paraíba que se encontram vinculadas ao *Pólo de Confecções de Pernambuco*. Entretanto, há indícios de que esses vínculos começaram a se estabelecer desde o surgimento da *sulanca*. No desenrolar da nossa pesquisa, estabelecemos contato, no Cariri Paraibano, com várias costureiras de uma mesma família que fabricam peças para Santa Cruz do Capibaribe desde a década de 1970. É sobre suas trajetórias que nos deteremos a seguir.

3.2 – Vidas ligadas à costura e a diversas outras atividades: trajetórias das costureiras a domicílio

Quem mora ou passa com frequência pelas estradas do assentamento Serrote Agudo costuma encontrar-se com um senhor a percorrer os mesmos caminhos numa velha bicicleta. Referimo-nos aqui a um antigo mercador da região que há anos negocia de casa em casa sua mercadoria: a *sulanca*. Longe de ser uma mera caricatura, ou

²⁷ Zé Marcolino é um dos mais respeitados poetas da região. Nascido em Sumé, no ano de 1930, compôs várias canções em parceria com Luiz Gonzaga, entre elas: Cacimba Nova, Maribondo, Numa Sala de Reboco e Cantiga de Vem-Vem. Morreu aos 57 anos, vitimado por um acidente automobilístico.

²⁸ A atividade voltada para caprinocultura leiteira é uma das principais fontes de renda para as famílias assentadas.

imagem figurada no passado, o “mercador” é apenas um exemplo dos vários moradores da localidade que de alguma forma relacionam-se com atividades vinculadas ao *Pólo de Confeções do Agreste pernambucano*. O referido comerciante faz parte de toda uma geração envolvida com a produção de *sulanca* desde os seus primórdios.

Encontramos em Serrote Agudo várias gerações de uma mesma família que vem se dedicando à produção de confeções por anos e anos. Primeiramente, ressaltamos o protagonismo das mulheres costureiras inseridas sob várias formas na produção, cujo trabalho foi fundamental para a expansão e consolidação das atividades do *Pólo* na região do Cariri da Paraíba.

Dona Margarida é uma destas mulheres. Nascida nos idos de 1927, na zona rural no município do Congo²⁹ (Cariri Paraibano), desde cedo começou a trabalhar nas tarefas domésticas e junto ao pai na agricultura: “quando eu era solteira trabalhava na agricultura mais meu pai” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). A escola ela só frequentou até a segunda série do ensino fundamental, pois para continuar os estudos era necessário se deslocar para mais longe e sua família não tinha condições para tal: “Por que a gente era pobre, meu pai era pobre. Depois acabaram os professores na Ribeira³⁰ e a gente não podia ir pra longe (...)”. Mesmo assim, nos garante que sabe ler e escrever.

Aos dezoito anos casou-se com um também agricultor da cidade de Ouro Velho³¹ (igualmente situada no Cariri paraibano), dando à luz no ano seguinte ao seu primeiro filho (ao todo, foram 15 filhos, sendo que, destes, quatro faleceram ainda crianças). Seguiu a vida com o marido, trabalhando e morando no campo em regime de arrendamento de *meia e terça* para proprietários rurais da região, pois eles não possuíam terra e o que ganhavam supria apenas o sustento da família.

A admiração pelo marido é um traço forte da narrativa da costureira, enfatizada em vários momentos do resgate da trajetória dos dois:

Meu marido era o agricultor mais forte que tinha. Trabalhava com os braços. Não tínhamos boi, não tinha nada, ele trabalhava e lucrava. Não tinha quem lucrasse mais, quem desse nele no lucro. Ele lucrava,

²⁹Segundo os dados do IBGE (2010), o Congo possui uma população de 4.692 habitantes, com quase metade (1.748) residindo na área rural. Há indícios de que este é um município remanescente de quilombos, pelas características fenotípicas da população e a cultura, como a habilidade com o artesanato de palha.

³⁰ Este é um povoado da região onde Dona Margarida nasceu.

³¹O município de Ouro Velho possui uma extensão de 129,4km², com uma população em torno de 2.928 habitantes e uma densidade demográfica 22,6 hab/km² (IBGE, 2010).

ganhava de todo mundo no lucro naquele lugar. Ele era muito trabalhador (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Junto com ele Dona Margarida também trabalhava no cultivo agrícola e na criação de animais: “ele cavava, a gente plantava, semeava feijão, ele plantava o milho. E na colheita a gente ia ajudar. Limpar mato eu não limpava não, porque não tinha tempo, que tava cuidando da *fiarada*” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

O fato de não possuírem terra e de enfrentarem longos períodos de colheita ruim, fazia com que a família mudasse constantemente de lugar: “Morando nas terras dos outros, passava um ano numa terra, outro ano noutra, que as terras eram fracas e num dava” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Depois de quase dez anos casados, foram morar em Ouro Velho, cidade natal do marido, sempre trabalhando arrendando em terras de outros proprietários: “Meu marido alugava, arrumava aquele terreno pra ele trabalhar e a gente morar. E ele trabalhava praquela patrão na agricultura e recebia aquele saldozinho por semana e fazia a feira”, lembra Dona Margarida.

Anos mais tarde, conseguiram comprar dois hectares de terra no sítio chamado Cabeça-do-Boi³², município da Prata³³, com a renda obtida da venda de 60 sacas de feijão, colhidos em uma das safras: “Aí depois nós encontramos um lugar muito bom pra *trabaiá*. Ele *trabaiou*, só em feijão ele fez sessenta sacas, milho ele fez muito e vendeu, nós compramos terra, um terrenozinho” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Como a produção agrícola não era suficiente para a família sobreviver, pois tinha ano que a safra era suficiente e outros em que perdiam tudo, o marido de Dona Margarida passou a trabalhar de forma temporária no Sudeste, numa espécie de migração sazonal. Seu filho mais velho nos conta que a partir dos anos de 1970 o pai ficava os meses de inverno trabalhando na terra e durante seis meses do ano trabalhava em uma empresa da construção civil no Rio de Janeiro. “Ele *trabaiava* o inverno todinho mais a gente aqui, eram três *mêis*. Daí, assim, onde tivesse lucrado ou não tivesse, ele ia pro Rio *trabaiá* mais seis *mêis*! Aí quando chegava o inverno ele vinha *simbora!*” (Seu Cravo, Entrevista em 17/01/2011). E continua: “Quase todo ano ele ia!

³² Esse sítio fazia parte da fazenda que se transformou no assentamento Serrote Agudo.

³³ A cidade da Prata faz divisa com os municípios de Amparo, Ouro Velho, Monteiro e Sumé. Possui 3.854 habitantes em uma extensão territorial de 192 km² (IBGE, 2010).

Aqui em casa apertava uma coisinha e ele não ficava sem ganhar nada! Onde tivesse serviço ele ia atrás *trabaiá* lá!”.

Numa destas idas ao Rio de Janeiro, o marido de D. Margarida faleceu vítima de um acidente de trabalho:

Ele já tinha telefonado, tinha mandado uma carta, que nesse tempo telefone era difícil. No dia vinte de outubro eu recebi uma carta dele dizendo que, depois que passasse o carnaval, ele vinha *simbora* pra num ir mais, pra ficar em casa agora. Num ia mais, não! Aí quando foi no dia vinte e quatro de outubro ele morreu acidentado! (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

A costureira relata que passou por muitas dificuldades após a morte do marido, pois ainda ficaram sete filhos menores dos onze que o casal tivera e ela teve que assumir toda a manutenção da casa sozinha:

Só era a luta pra viver, somente. Quando eu tinha meu marido, tinha a vida boa, porque ele virava o mundo, andava por todo canto. Ele ia pra lá, *trabaiá* no Rio que *ném* ele foi, mas não deixava ninguém sofrer em casa. Aí depois que ele morreu, eu fiquei com sete filhos, quatro casados e sete solteiros. E assim tirei o tempo até hoje! (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2011).

Foi então que, influenciada por seus filhos, decidiu vender a terra em que morava, inicialmente para morar em uma casa na cidade de Prata:

Aí papai morreu. Aí mamãe, pra ela ficar lá, morava num canto e noutro. Ficava na terra de um, na terra de outro, dos filhos que foi se casando. Aí nós decidimos vender e comprar uma casa pra ela na rua aí na Prata. Aí ela vendeu, comprou uma casinha pra ela e ela ficou lá. E a gente ficou *trabaiando* nessa fazenda aqui mesmo³⁴! (Seu Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

D. Margarida passou alguns anos morando nessa cidade com as filhas solteiras, até atender o chamado do seu filho mais velho e mudar-se para a região do *Pólo de Confecções*:

Foi assim: [Cravo] ele morava aqui. Depois ele morava lá. Depois a sogra dele morava aqui [em Santa Cruz], aí ele veio praqui.[...]. Aí eles vieram pra cá e pegaram um incentivo lá pra *nóis vim*. Aí eu vendi a casa que eu tinha lá [que justamente hoje é essa], eu vendi a

³⁴ A fazenda que o entrevistado está se referindo é a Serrote Agudo, que se transformou no assentamento aqui citado.

casa que tinha lá e comprei! Ai eu vim (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

O local escolhido para morada foi o distrito de São Domingos, no município de Brejo de Madre de Deus³⁵, o que facilitou a D. Margarida inserir-se logo em seguida na confecção de *sulanca*, na condição de costureira artesanal, com vistas à venda de seus produtos na Feira de Santa Cruz do Capibaribe.

Na verdade, os primeiros contatos da costureira com a produção para o *Pólo* ocorreram em dois momentos, quando ela ainda estava na Paraíba. Primeiro, adquirindo peças trocadas por produtos agrícolas (ovos, galinhas) através dos revendedores que vinham vender *sulanca* de porta em porta, como ela mesma nos relata: “Eu trocava [...]. Os meninos *tavam* nú, eu dava graças a Deus quando chegava, pegava uma galinha, trocava em três shortinhos; pegava outra, trocava numa cobertinha de pano desse tamanho, uns quadrinhos [...].” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Uma das filhas de Dona Margarida também se lembra desta época: “Nós já *comprava* em Lagoa de Cima e eu me lembro. Eu era bem pequenininha, a gente já *comprava* com os galinheiros daqui [...]. Mamãe já trocava por galinha, por ovos, essas coisas... e já ia cheio de roupa feita. Mamãe já *comprava* roupa feita pra nós [...].” (D. Dália, Entrevista em 08/11/2010). Em outro momento, quando ainda morava na cidade de Prata, Dona Margarida trabalhou costurando peças para um comerciante de Santa Cruz, o que possibilitou a ela reunir um pouco de capital para investir na atividade: “Antes deu *vim* praqui [São Domingos], que eu morava lá na Cabeça-do-Boi, eu já tinha patrão aqui, porque eu *comprava* uns pedacinhos de coisa, de tecido, e ia vender lá, pra ajudar a vestir meus moleques, minhas coisas...” (Dona Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Esse momento também é relembrado por sua filha: “Quando nós viemos morar aqui, já fazia uns cinco ou seis anos que mamãe já *comprava* coisa pra vender lá” (D. Dália, Entrevista em 08/11/2010).

A confecção veio como necessidade de desenvolver um trabalho remunerado para prover o sustento da família, porém as habilidades de costureira Dona Margarida adquiriu ainda jovem, na zona rural da Paraíba: “Eu tinha uma maquinazinha só pra

³⁵O Distrito de São Domingos foi criado depois dos anos de 1975 e hoje conta com uma população de aproximadamente 13 mil habitantes, situando-se na fronteira com Santa Cruz do Capibaribe. Essa proximidade faz com que grande parte da população desenvolva atividades ligadas à confecção. De acordo com a população local, já houve disputa política para transferir o Distrito da cidade do Brejo de Madre de Deus para Santa Cruz do Capibaribe. Um dado interessante é que essa é uma localidade com forte presença de paraibanos (as).

cuidar das roupas da família... calcinha, *short*, vestidinho, sainha, eu fazia tudo” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

A costureira fixou-se na região de Santa Cruz do Capibaribe, participando de vários momentos da confecção, inserindo-se sob diferentes vínculos e relações de produção dentro da dinâmica do *Pólo do Agreste*, dimensão que nos deteremos mais detalhadamente no item a seguir. Antes, porém, traremos a trajetória de outras quatro mulheres, pertencentes à família de Dona Margarida e que, assim como esta, tiveram suas vidas fortemente marcadas pela confecção de *sulanca*.

Dona Rosa é a segunda filha de Dona Margarida. Nasceu em 1951, quando o casal morava na cidade do Congo. Aos sete anos de idade mudou com a família para um lugarejo de nome Boa Vista, na cidade de Ouro Velho: “Papai arrumou um homem que tinha uma fazenda e chamou ele pra *trabaiá*. Aí ele veio do Congo com *nois* tudinho *prai*, pra *trabalhaiá*” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Desde cedo ela teve que trabalhar ajudando a mãe nos afazeres domésticos e cuidando de seus irmãos mais novos:

Eu comecei a *trabaiá* muito nova no serviço de casa, que mamãe todo ano era um menino e eu era a mais *veia*. Quem criava era eu. Minha luta era grande demais, era em casa. Era botando água na cabeça, nessa época. Pegava água na cabeça. Era levando menino no moinho pra fazer xerém, fazer fubá. Era levando milho numa máquina pra fazer cuscuz. Eu *trabai* demais, *trabai* muito (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Os estudos, ela parou logo cedo, cursando apenas até a terceira série do ensino fundamental, devido às dificuldades de escolas e professores na região. Mesmo assim, quando podiam, seus pais pagavam pessoas para ensinar os filhos:

Não tinha Grupo Escolar. Quando *nóis* chegava no sítio que tinha uma *muié* sabida de leitura, mamãe pagava a ela pra ensinar a *nóis*. Era assim! Não é como hoje em dia, não, que os carros vêm buscar na porta e vêm trazer e aquelas vantagens, não! E ganha caderno, ganha farda, ganha tudo! Não era assim, não, no tempo da gente, não! (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Como a família não possuía terra, a migração em busca de lugar para trabalhar era uma constante e D. Rosa lembra que, passados dois anos morando em Ouro Velho, eles foram para a cidade de Coxixola, ficando apenas um ano. Depois se instalaram em um povoado chamado Lagoa de Cima. Estando nesse lugar, foi quando o pai de Dona Rosa

conseguiu comprar a terra no sítio Cabeça-do-Boi, em Prata: “Aí de lá *trabaiô* mais, arrumou uns bichinhos, aí comprou uma terrinha aqui. Aí *nóis* viemos praqui, num *paremo* mais! Também no ano que ele chegou ele morreu!” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Dona Rosa nos conta que seu pai era pedreiro e logo que chegou ao sítio da família construiu uma casa, mas não pôde usufruir da mesma, pois veio a falecer em seguida.

Ele fez uma casa aí no outro lado na Cabeça-do-Boi, aí a gente *fiquemo* morando. Aí meu irmão morava no Rio [esse que mora no Rio!], comprou um terreno lá e ia fazer uma casa. Aí chamou ele pra ir ajudar, aí ele foi. Aí quando terminou a casa do meu irmão (...). Quando terminou foi *trabaiá* lá numa firma. *Trabaiô* dois meses, quando um poste caiu em cima dele (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Na ocasião da morte do pai, Dona Rosa e mais três irmãos já estavam casados, com famílias constituídas. O seu marido, ela conheceu quando chegou na região da Cabeça-do-Boi, e não demorou muito eles namoraram, casando-se sete meses depois. Ficaram no sítio, cuidando da produção agrícola, até se mudarem para Prata, três anos depois. A primeira casa eles adquiriram com o trabalho do esposo desfibrando sisal com um motor que conseguiu comprar na época: “Carmim³⁶ tinha um motor de agave, nessa época tinha muito agave, sabe?! Assim que a gente casou, ele comprou um motor. Aí, com esse dinheiro, desse motor do agave, a mulher vendeu a casa e a gente ia pagando a ela por mês” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Chegando à cidade, D. Rosa fez um estágio para trabalhar no hospital municipal, sendo admitida em seguida: “nessa época era assim. A gente ia pro hospital e estagiava com as enfermeiras que já sabia. Aí quando você aprendia, aí pronto, eles contratavam você” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2010).

Mas, após cinco anos residindo na Prata, Dona Rosa acompanhou o movimento de sua mãe e do seu irmão mais velho (Seu Cravo) e também foi morar em Santa Cruz do Capibaribe, já com 14 anos de casada. Chegando a Santa Cruz ela conseguiu emprego em um hospital renomado da cidade, o Souza Aragão, atuando no setor de obstetrícia: “Era mais na sala de parto, de cirurgia. Eu tenho muita experiência em sala de parto e em sala de cirurgia” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Para se estruturar na cidade, a

³⁶ Também estamos utilizando nome fictício para identificar as pessoas que aparecem nas narrativas.

família vendeu a casa que tinha na Prata, comprou um terreno no Distrito de São Domingos e, enquanto construía a nova moradia, pagava aluguel:

Comprei o chão com o dinheiro da casa daqui e, com a rendinha do hospital e do fabriquinho da gente, a gente foi levantando devagarzinho. Quando entrei pra ela, não era nem rebocada. Depois que ajeitou com o pedreiro lá e rebocava de noite, que a gente não tinha tempo de dia cirurgia (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Assim como a maioria das pessoas que migram para Santa Cruz, D. Rosa também trabalhou na confecção de *sulanca*, conciliando a jornada no hospital com a produção do *fabrico* que ela e seu marido montaram: “eu só dava dois plantões. Dava um plantão de 48hs e folgava 60hs. Aí eu folgava três dias [...]. Aí eu fabricava. E Carmim [seu marido] também fabricava, que a gente ficava a noite no salão. Aí começamos a fabricar umas coisinhas lá”(D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).O galpão onde funcionava o *fabrico* da família também serviu diversas vezes para abrigar parentes e amigos que precisavam de ajuda, inclusive uma das irmãs de Dona Rosa. Ela nos conta que, para poder acolher as pessoas, dividia com uma cortina o local onde ficavam as máquinas de costura e o espaço que as pessoas ocupavam.

Nesse salão, meu, morou muita gente. Morou Lavanda, uma cunhada de Carmim, lá! Eu acolhi eles lá! Morou, Babosa, aí da Prata. Morou Hiacinto, aí da Prata, também. Aquela mulher que tem aquela loja da Laís Moda, logo na chegada, ela morou muito tempo lá no meu salão. E morou umas seis pessoas lá! (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

D. Rosa passou cerca de doze anos trabalhando no hospital e no *fabrico* da família, mas seu marido quis voltar para cuidar da terra que eles haviam deixado na Paraíba, tendo retornado ao sítio Cabeça-do-Boi na Prata. Ela ainda passou um ano trabalhando como enfermeira e morando com os filhos em Santa Cruz, porém foi em seguida para o sítio:

Carmim veio *praqui*, num quis ficar mais lá, que Carmim nunca gostou de lá! Aí os meninos cresceram e ele veio *simbora praqui*, porque nós *tinha* a terra e a casa aí! Eu inda passei quase um ano lá só! Os meninos vinham *praqui*, gostavam muito do sítio, aí faltava a escola lá, ficava aquele negócio, prá lá e pra cá. Aí eu preferi *vim embora!* (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Durante mais ou menos quatro anos o casal morou neste sítio, com Dona Rosa costurando e seu marido trabalhando na roça, até a desapropriação da Fazenda Serrote Agudo, quando eles fizeram o cadastro para acessar um lote de terra.

Nós *morava* ali, do outro lado, aí surgiu a história que esse terreno aqui o governo tinha comprado pro povo. Aí a gente tinha que escrever uma carta no correio e esperar a resposta. Você ia no correio, pegava aquele formulário, preenchia com todos os dados e colocava. Esperava *vim* o resultado! Aí eu fui lá, peguei, trouxe, a gente preencheu tudinho, Carmim assinou. Eu voltei, coloquei no correio, quando foi com quinze dias chegou! Que ele tava acertado (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Uma vez assentados, o casal passou a investir na propriedade, estruturando-a para comportar a criação de animais e o plantio de gêneros alimentícios e ração. Dona Rosa deixa transparecer certo alívio por morar em algo que é seu: “É uma vida boa! A pessoa trabalha pra pessoa mesmo, né?” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Além de trabalhar na agricultura e na costura e de ter exercido a profissão de enfermeira, Dona Rosa acumula no seu currículo o ofício de parteira, que desenvolve até os dias de hoje. Ela nos conta que aprendeu a fazer parto quando trabalhou no hospital de Prata, há 36 anos: “Já tava no hospital, aqui da Prata. Fiz mais a doutora. A doutora mandou eu fazer. Ela disse que eu podia ficar fazendo. Fiz, cortei, ponteei!” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Deste dia em diante ela passou a ser uma referência para as mulheres que vêm a ter filhos em casa ou no serviço de saúde: “Quando eu morava em Santa Cruz, mesmo de noite o pessoal: ‘a minha mulher *adoeceu*, não dá tempo de ir pro hospital!’. Aí eu ia” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Ela se orgulha da experiência que tem como parteira, demonstrando saber bem quais casos ela pode atender e quais só podiam ser resolvidos com o médico: “Quando eu tocava a mulher e que eu via que o parto tava muito complicado, eu já passava pro médico e ele já [levava] pra cirurgia. Eu tinha, nesse negócio de parto, muita experiência” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Acrescenta que os próprios médicos aprendiam com ela:

Outra vez eu tava mais o médico (ele era aprendiz, que tinha muito novato de Campina), aí parece que ele queria aprender *com eu* fazer o parto, né! Aí eu fiz o parto da mulher e ele ficou *amaciano* o parto da mulher, né! Quando o menino saiu, que eu cortei tudinho, aí eu olhei e disse: ‘ô doutor, tem outro’ e ele disse: ‘onde? Tem outro o quê?’, eu digo: ‘Tem outro menino aí!’, ele disse: ‘*Mai* tem mesmo?!’, eu disse:

‘Tem!’. Mas ele achou incrível de mais! (risos). Aí foi, fizemos o outro (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Acrescenta que, dos casos mais complicados, todos ela conseguiu encaminhar da melhor forma possível:

Agora, de romper colo de útero, mesmo, comigo só aconteceu uma vez! Em Santa Cruz, mas o cirurgião tava. Quando eu fiz o parto, tirei a placenta, apliquei a injeção, o útero se [des]contraiu, ficou tudo bonitinho, que ela ficou sangrando muito. Aí eu saí da sala de parto, chamei o médico, quando ele olhou, ela tinha rompido o colo do útero. Mas foi devido à contração que rompeu! O próprio processo do parto. Aí ponteou, sarou!(D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Recentemente (há cerca de oito meses) ela fez um parto de uma mulher do assentamento que estava grávida de gêmeos: “Fiz em casa. Ela adoeceu de madrugada. Dália foi me chamar, quando eu cheguei o menino tinha nascido, eu fiz o parto do menino e daí fui fazer o da menina. Cinco minutos a menina nasceu!” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). De acordo com suas contas, ela já realizou mais de mil partos e se orgulha de ter ajudado a sua família, facilitando o nascimento de muitas crianças.

Dona Dália é uma das filhas mais velhas de Dona Margarida, nascida em 1956, no sítio Lagoa de Cima, município de Serra Branca³⁷, no Cariri. Pertencendo a uma família de agricultores que não possuía terra, lembra a vida difícil que a família levava: “naquela época era muito difícil; quando a gente era pequeno, papai que sofria, que batalhava pela gente, trabalhando em terra dos outros, era de *meia*, de *terça*, era muito sofrimento [...]” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Dona Dália, quando criança, sofria também com a escassez de alimentos e a dificuldade de comprar roupas e sapatos, uma vez que a renda que o pai obtinha servia apenas para a comida. Dona Dália nos conta que para poder vestir a família sua mãe negociava com comerciantes, conhecidos como *galinheiros*³⁸, vindos de Santa Cruz do Capibaribe, quando realizava a troca de galinhas e ovos por roupas: “ela era muito esperta, criava muita galinha e tinha os galinheiros que viajavam daqui pra lá, passavam onde a gente morava, e ela comprava,

³⁷ Conforme os dados do IBGE (2010), Serra Branca é o 4º município mais populoso do território do Cariri Ocidental, com 12.973 habitantes. O nome da cidade faz referência a um enorme lajedo branco em formato de serra, presente na área. A existência de exóticas formações rochosas é um traço marcante na paisagem do município.

³⁸ De acordo com a entrevistada, os *galinheiros* eram comerciantes que viajavam em jumentos com caçuás carregados de mercadorias, como roupas e tecidos, para serem trocados por ovos, galinhas e leite.

trocava por ovos, as roupas, traziam essas roupinhas feitas [...] e a gente vivia era assim, era *trocado*” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). O pai de D. Dália, por sua vez, além das atividades na roça, trabalhava como marchante nos finais de semana, matando bode para vender a carne na feira e, assim, complementar a renda familiar.

Quando a família conseguiu comprar o pedaço de terra no sítio Cabeça-do-Boi, município da Prata, Dona Dália tinha 13 anos e seu pai já viajava para o Rio de Janeiro, para trabalhar nos períodos de seca. O fato de terem adquirido uma terra, não significou menos dificuldade para a família, que continuou trabalhando arduamente em serviços temporários e na produção agrícola:

Quando nós chegamos aqui, *fiquei trabalhando!* Continuou a mesma coisa, *trabalhando* só na roça, num tinha outro ganho, num aparecia naquele canto, porque era difícil, ninguém tinha ajuda de nada, num tinha não, era só o braço mesmo! Aí os meus irmãos já eram *mais grandes*, aí *trabalhavam* e ajudavam o meu pai [...] Tinha esses serviços da emergência [...]. Meu pai era pedreiro também, aí aparecia, *trabalhava*, recebia feira, recebia uma parte em dinheiro, outra parte em feira. E minha mãe criando, porque a vida toda ela foi trabalhadeira... criando porco, galinha, pra ajudar (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

A escola, D. Dália só frequentou até a quarta série do ensino fundamental, devido a dificuldade de ter escolas e professores na zona rural, mas também porque acabou casando ainda muito jovem: “eu casei nova também, aí deixei de estudar, porque naquele tempo a gente não se interessava muito, se fosse hoje era mais fácil, num: era? Mas só tinha uma professora aqui no sítio, aí eu estudei até a quarta série” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

O casamento veio aos dezenove anos com um jovem um ano mais novo que ela, vizinho de seus pais no sítio em que moravam. Namoraram durante um ano e depois decidiram casar. “Eu já conhecia ele há muito tempo e papai queria demais, era muito gosto dele. E nós *casou* [...]” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Já casados, ficaram morando na cidade de Prata, trabalhando na agricultura, no cultivo de feijão, milho e algodão e criando os filhos, que ao todo foram três.

Quando seu pai faleceu no Rio de Janeiro ela estava grávida de oito meses da primeira filha. Após dez anos de casados, venderam a casa que tinham e foram morar em Santa Cruz do Capibaribe, refazendo a mesma trajetória que sua mãe e alguns de seus irmãos já haviam feito: “Meu pai já tinha falecido. Aí meu irmão foi morar em Santa Cruz, depois achou bom lá, tinha mais serviço e tudo, aí foi e levou mamãe. Aí

Rosa foi, foram os outros, depois a gente foi também. Aí foi pra trabalhar porque tava muito difícil aqui [...]" (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Chegando à cidade, Dona Dália foi trabalhar em um hospital como atendente de enfermagem e o seu marido ocupou-se com a fabricação de bancos de madeira utilizados pelos feirantes de Santa Cruz. Como não tinha escolaridade suficiente, seu emprego ficou ameaçado e só permaneceu por mais um período devido à experiência comprovada no trabalho com enfermagem. Com o adoecimento do seu filho, ela tirou uma licença e depois retornou apenas para pedir demissão do hospital. Ela explica que estava muito difícil conciliar o trabalho fora de casa com o cuidado da casa e dos filhos e optou por envolver-se em outra atividade que proporcionasse que ela permanecesse mais tempo no lar. Com o dinheiro que recebeu da rescisão contratual do hospital ela investiu na compra de uma máquina de costura e ficou fabricando peças em seu próprio domicílio.

Durante o tempo em que esteve em Santa Cruz do Capibaribe o casal conseguiu comprar um pequeno pedaço de terra nas proximidades de onde os pais de Dona Dália tinham o sítio. Com isso, seu marido passou a ficar entre Pernambuco e Paraíba, se dividindo entre os cuidados do sítio, o aluguel dos bancos em Santa Cruz e a família. A saudade da terra natal fez com Dona Dália e seu marido desejassem retornar à cidade da Prata. Aproveitando a oportunidade do assentamento Serrote Agudo, eles decidiram fazer o cadastro e mudar-se definitivamente para a Paraíba: "Ele [marido] vivia de lá pra cá, de lá pra cá, aí surgiu esse assentamento, aí ele se cadastrou, aí nós viemos pra cá. Meus filhos *ficou* lá e nós *veio*" (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Dos três filhos do casal, dois já haviam se estabelecido na cidade, cuidando de seus próprios negócios. Sua filha (nomeada aqui por Açucena) já é casada, tendo se formado em História. Atualmente, é dona de uma escola particular de educação infantil. Seu irmão (denominado aqui "Dono do Fabrico C"), também casado, é dono de um *fabrico* no distrito de São Domingos.

Devido a problemas de saúde, D. Dália não pôde mais trabalhar na agricultura com seu marido:

Agora, por enquanto, não *tô* podendo mais trabalhar na roça, devido à minha doença (...). Só quem *tá* trabalhando agora é meu esposo. Aí amanhece o dia, aí eu ajudo ele aí com os bichos... assim, o que eu posso fazer. O que eu não posso, ele toma conta. E vou cortar meus panos pra mandar costurar, pra levar pra lá novamente, e continuo costurando sempre (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Mesmo assim, ela ainda desenvolve muitas atividades, inclusive a confecção, com apoio do seu filho, embora em um ritmo menor do que antes: “o meu filho é quem me dá a maior parte dos tecidos. Ele fabrica as calças grandes, aí tira as pequenas, tira os pedaços pequenos que ficam..., ele dá pra eu fazer pra mim” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Dona Violeta é a penúltima filha de Dona Margarida e, assim como a mãe, sua vida é marcada por várias adversidades, seja na época em que morava com os pais, seja depois da constituição de sua própria família. Ela nasceu em 1967, quando os pais ainda moravam na zona rural da região de Coxixola³⁹, permanecendo na Paraíba até fins da década de 1970. Após a morte do pai, mudou-se para Santa Cruz do Capibaribe, atendendo ao chamado do seu irmão mais velho, com vistas a trabalhar no ramo da confecção. Aos quinze anos começou a namorar um rapaz natural de Santa Cruz, mas que residia na cidade de São Paulo: “tava em São Paulo, aí quando chegou nós começamos a namorar, aí ele voltou, quando ele voltou pra trás a gente casou” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Os jovens tiveram que enfrentar a mãe de Dona Violeta para poder casar: “Mamãe não queria, não, o casamento da gente”.

O motivo pelo qual Dona Margarida não aceitava a união dos dois jovens era o fato do rapaz ser negro: “Ela não gostava, tinha preconceito, sabe! Ela queria que nós *casasse* com gente branca! Só que nós nunca gostamos de gente branca, tudo era gente preta [...]. Depois ela dizia: ‘tapioca não era pra nego’; e lá na casa dela era!” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Apoiada pelo seu irmão mais velho, Dona Violeta decidiu fugir com o namorado para casar:

Cravo, que é o mais velho, era quem tomava conta da gente, aí, quando foi um dia eu disse a Cravo e Cravo disse: ‘Ôxe! Vai-te *imbora* atrás dele, tu não gosta dele?’ Ele era bom demais pra gente, até hoje é. Eu fui, aí ele chamou pra fugir e nós fugimos, aí *casemo*. *Casemo* na igreja, no civil, *fumo* pra São Paulo (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

³⁹ Coxixola é um dos menores municípios do Cariri Ocidental, tanto no que se refere a sua extensão (169,9 km²), quanto ao número de habitantes (1.771 habitantes). Ainda, cerca de 66% de seus habitantes residem na zona rural (IBGE, 2010).

Casados, foram morar em São Paulo. O primeiro filho veio um ano e três meses depois do casamento e, em seguida, Dona Violeta engravidou novamente, dando à luz (sete meses depois) ao segundo filho do casal:

Ele tava, assim, com mais de sete meses, sabe! Que eu não esperava dele nascer de sete meses, não! Eu esperava ele nascer no mês de março [...]. Inclusive a gente previa assim: era bom que ele nascesse na data do outro, que quando fizessem aniversário eram os dois! Eu fui lá em São Paulo mais Jasmim no Brás [...] Aí eu comprava as coisas dele lá, aí comprei (nesse tempo não podia usar fralda descartável) daquelas fraldas de pano! Aí chegou em casa (já tinha uma máquina em São Paulo, uma maquinazinha!) Aí eu disse: vou deixar pra embanhar essas fraldinhas dele amanhã! Quando foi no outro dia eu amanheci doente pra ganhar [...]. Aí quando eu cheguei lá o médico disse que eu ia ter ele, só que não era de tempo não! Só que ele não me disse quanto tempo era. Naquele tempo era muito atrasado! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Em São Paulo, seu marido trabalhava como padeiro e confeitoiro em uma padaria, enquanto ela costurava peças para uma fábrica: “Era uma fábrica que tinha lá. A minha comadre, que é a madrinha do meu menino mais novo, ela pegava, era tipo uma confecção, sabe! Ela trazia peça pra ela fazer da firma, aí das dela ela me dava, *entendesse?!*” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

As dificuldades no cuidado dos filhos e os problemas de saúde fizeram Dona Violeta deixar a costura e manifestar o desejo de retornar para Pernambuco:

Eu já era doida pra vir embora, porque eu com esses dois meninos... e eu era doente. Eu tinha uns cistos no ovário e não sabia o que era, que naquele tempo eu era muito atrasada. Se ia com uma dor, o médico... o remédio... e você vinha pra casa. Aí já tinha comprado um terreno em Santa Cruz, mandado o dinheiro pra mamãe comprar (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

O que acelerou a volta da família para Santa Cruz foi um assalto que sofreram em casa quando dormiam:

Eu me acordei de madrugada, minha *fia*, um barulho! Aí, quando eu olhei, tava tudo liso! As portas abertas, os *ladrão* entraram lá em casa, meu menino acordou chorando. Menina, eu dei um grito tão grande! Aí Jasmim [marido] acordou [...]. Desse dia em diante eu fiquei com medo de ficar lá. Levaram tudo, entraram no quarto e nós num *vimo*! Aí eu disse: ‘eu não fico mais aqui não!’ (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Após o ocorrido, acordaram que o marido iria deixá-la em Pernambuco e voltaria para reassumir o trabalho, juntar dinheiro e reconstruir o que perderam, só então viria definitivamente para sua terra natal. Mas mudaram os planos de última hora:

Aí foi lá, fez acordo, veio *simbora*, veio me trazer. Aí depois não voltou mais! Só fez dá baixa (de cá mesmo) na carteira. Aí não voltou mais porque ele não queria ficar longe dos meninos, entendeu?! E ficava ruim *deu* ficar só cá também! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Com muito sacrifício (o marido trabalhando construindo bancos de madeira para a Feira de Santa Cruz), construíram uma casa, recebendo ajuda do seu irmão, que era pedreiro, pois os recursos que a família tinha não eram suficientes para comprar o material e pagar a mão-de-obra. Contudo, por ironia do destino, a família passa por mais uma tragédia: uma chuva forte colocou abaixo a casa que fora construída recentemente:

Foi uma tragédia! Deu uma chuva de vento, caiu a casa! Ela ficou só a sapata e as coisas em cima. Quebrou tudo, tudo! Chuva de vento, de pedra, de tudo! Aí pronto, e agora? *Nóis* sem nada. Nem o forro de cana aproveitou mais por causa da lama, ninguém achou por debaixo dos destroços as coisas. Aí muita coisa... não aproveitei nada. O berço dos meninos num *ficou* com um palmo. Dos pedaços, o maior não foi um palmo [...].! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Mais uma vez a família teve que reunir esforços para reconstruir a vida, após essa tragédia. A mãe dela não se conformava com a fatalidade e Dona Violeta relata emocionada a reação de um dos filhos: “Aquele meu filho [mais velho], a gente escutava ele pedir a Papai do Céu pra ajudar Cravo: ajude tio Cravo, Papai do Céu, pra fazer outra casinha pra nós” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Dona Violeta, seus filhos e o marido passaram a morar na casa de Dona Margarida, até se mudarem para um armazém cedido por uma de suas irmãs, D. Rosa: “Depois Rosa tinha um armazém... era de Carmim que ele botava as coisas lá. Aí depois ele deu pra gente morar, sabe! Aí a gente passou uns dias morando lá” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Porém, a moradia não durou muito e novamente a família mudou-se:

Era que ele [cunhado] criava bode, essas coisas... Aí colocava lá no muro do quintal [...]. Vendia! Matava e vendia carne, *entendesse?!* Criava porco... Aí, depois, quando chovia, entrava muita sujeira pra dentro [...] Aí depois nós fomos *simbora* pra casa de meu sogro, por causa dos meninos (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Já morando na casa do sogro, Dona Violeta e seu marido conseguiram reerguer outra casa para morar, com a colaboração de vários parentes:

Aí nós fomos pra casa do meu sogro e eles fazendo a casa. Todo mundo ajudava! Os meninos ajudavam, os cunhados dele ajudavam também, os irmãos... Aí foi que nós conseguimos fazer, levantar a casa [...]. Como é que nós fazia? Eu costurava, fazia a feira e pagava a energia. E ele *trabaiava* e fazia a casa, comprava material pra fazer (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

O desejo de ter um lar era tamanho que eles foram morar na casa nova antes que a construção da mesma estivesse totalmente concluída:

Aí nós conseguimos levantar, cobrir,, No dia que ele botou cimento grosso no chão e Cravo pregou a porta... 'pra dentro!' *Moiado* ainda o cimento... Tudo *moiado* ainda. Aí fomos *simbora*. Aí foi *coisando*, *trabaiando* e ajeitou, ajeitou, foi ficando...tava com a casinha pronta! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Neste momento (com a casa construída), o casal começou a investir na produção de confecções, com vistas a vender as peças em Santa Cruz. Para reunir o capital inicial venderam alguns bens, inclusive um porco que Dona Violeta ganhara de um conhecido:

Aí Antúrio levava uns porcos pra vender. Aí pediu a gente pra botar lá no quintal. Jasmim disse: 'não, pode botar!' Aí botou. Quando foi no outro dia Antúrio foi pegar e me deu um porco [...]. Aí, apareceram umas bancadas pra ele [o marido] comprar de madeira, o pobre endoideceu tudinho...pra botar na fera, que ele já *trabaiava* pros outro, por semana, entendeu?! Aí ele foi, o que ele fez? Vendeu o porco, vendeu a máquina, vendeu uma carroça de burro que ele tinha, aí não deu pra interar. Ficou faltando bem pouquinho pra interar. E cadê que ninguém tinha? "Mas rapaz eu vou perder de comprar meus bancos por causa de uma mixaria!" Eu penso que era cem *real*, cem cruzeiros na época! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Mais uma vez recorreram à família para completar o dinheiro que faltava, recebendo uma bicicleta cedida por um cunhado de Dona Violeta para convertê-la na quantia que necessitavam:

Compadre Angico, marido de Dália, que aquilo é um anjo, *visse!* Ele tinha uma bicicleta. Aí, pegou e disse: 'eu dou essa bicicleta pra você vender, você faz o dinheiro, depois você me dá!' Aí endoidou tudinho! Pegou a bicicleta de compadre João, vendeu, fez o dinheiro e

ai pagou! Ai, pronto! Acabou que comprou os bancos (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

A partir de então, Dona Violeta montou seu próprio *fabrico* e o marido continuou trabalhando alugando bancos de madeira para os feirantes em Santa Cruz do Capibaribe. Depois de anos e anos dedicados à confecção, a costureira decide retornar junto com a família para sua terra natal, motivada, em grande parte, pelo aumento da violência na região:

Começou um mata-mata, eles mataram muita gente, lá, de moto-táxi, inclusive até amigo da gente, assim! Ai foi, meu menino mais *veio*, que vive aqui [na Paraíba], gostava muito daqui, *mulé*, não queria ficar lá [em Santa Cruz], só queria tá aqui, só vivia na casa dela, na casa de Rosinha. Ai eu fiquei pensando: ‘aqui *tá* tão ruim, eu *tô* tão nervosa’. Uma vez meu menino foi, chegou em casa descalço, que os outros tomaram os tênis dele, era assim! Ai eu disse: ‘Oh! Jasmim, porque a gente não ajeita aquela casa e vamos *imbora* pra lá? Tu *comprou* a Toyota, tu vai trabalhar lá [...]’ (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Nesse período a família já havia investido na compra de uma casa na cidade de Prata e, com a troca da casa onde moravam em São Domingos, adquiriram uma *Toyota* para que Seu Jasmim trabalhasse com transporte alternativo entre as cidades de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Mesmo diante da recusa de um dos filhos de não querer sair da cidade, Dona Violeta e o marido retornaram à Paraíba, vindo a reconstruir a casa que eles possuíam em Prata: “Ai o outro: ‘eu fico na casa de tia Orquídea!’, ‘Fica nada!’ Trouxe ele a pulso!” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Chegando à Paraíba, ela continuou produzindo peças para Santa Cruz. Seu Jasmim dividia-se entre o ofício de taxista na região do *Pólo de Confecções* e o cultivo agrícola, no período do inverno, em terras cedidas por outras pessoas. Mas, não era fácil conseguir terras para plantar, mesmo em regime de *meia* ou de *terça*, pois o agricultor sempre ficava na dependência dos proprietários. Devido a esta situação, o casal passou mais uma frustração:

Ele ficou muito doido, porque ele gosta muito de sítio. Quando nós *cheguemos* aí na Prata, aí tanto que ele *teve* atrás de um roçado pra plantar e sem ter! A gente veio aí em Xique-Xique, aí Xique-Xique disse: ‘*Ói* eu dou, já que não tem serviço, eu dou um roçado pra você plantar’. Ai ele veio e disse: ‘*Ói*, eu não vou dar mais não, porque choveu muito, alagou...’ Inventou uma conversa. Ele já tava muito desgostoso, que ele *tinha* vindo *imbora* já nessa época. Ah! Como a paz voltou pra traz! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Diante da dificuldade de encontrar terra para plantar, Dona Violeta e o marido resolveram investir, mais uma vez, na confecção de roupas, adquirindo um empréstimo no Banco do Nordeste para a compra de máquinas e de matéria-prima e, assim, poder organizar um *fabrico*. “A gente tirou quatro [mil] e pouco[...], pra comprar máquina e pano” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Investiram no maquinário mais adequado ao tipo de peça que iriam fabricar, embora os tecidos não tivessem sido adquiridos em quantidade desejável: “Eu comprei três [máquinas]. Uma *Reta*, uma *Overlock* e uma *Vinte um*. Só que eu inteei o dinheiro, sabe!, pra comprar, que não deu. Só dava pra comprar duas. Aí saiu o dinheiro pra nós *comprar* os panos, aí deu muito pouco pano. Aí a gente começou fabricando...” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Com a vida reorganizada, seguiram tocando o empreendimento, contudo, o sonho do *fabrico* durou pouco, pois o que a família obtinha da produção de confecções não era suficiente para ir quitando a dívida com o Banco: “Tava até dando certo. Mas quando começou pagar, minha *fia!* [...] Se fosse só pra comer, dava, *entendesse?! A gente trabaçando, dava*” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Então, o casal precisou desfazer-se da unidade produtiva para poder pagar o empréstimo:

Nós *demo* o dinheiro das festas todinho lá no banco. Eu ainda vendi uma máquina e não paguei a metade do dinheiro. Você acredita?! [...]Deu pra pagar mais ou menos a metade do dinheiro e depois nós *fiquemo* sem nada e devendo no banco. E *tá* lá ainda a conta! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Sem conseguir pagar a dívida, a família seguiu a vida, Dona Violeta costurando, (agora sem o *fabrico*), com uma das máquinas que restara. Mas um problema na coluna a fez parar definitivamente: “a máquina *Reta* eu ainda deixei, que eu não ia ficar sem nada, e *tá* aqui! (...) Comecei costurando umas coisinhas, mas depois eu parei, desmantelei a coluna”(D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Depois de tantas investidas de sobrevivência, mais uma apareceu na vida do casal, agora, aquela que traria (ou pelo menos trouxe até agora) um mínimo de estabilidade: a conquista da terra através do processo de constituição do assentamento Serrote Agudo. Assim como os demais, ficaram sabendo da desapropriação da fazenda e das regras de cadastramento pelo rádio:

Eu já tinha pelejado pra Jasmim se inscrever no correio, aí Jasmim não queria porque disse que não tinha jeito, não, era perdido. Aí compadre Girassol foi e disse assim: ‘Você vai, homem, que dá certo, não dá *pros* outro?!’ Aí ele disse: ‘É mesmo!’ Aí, animou-se. Aí eu fui e peguei o formulário lá no correio, aí trouxe pra casa, aí *preenchemo*, aí *butemo* lá no correio (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Ao receberem o parecer favorável para morar no assentamento, o desejo de ocupar seu “pedaço de terra” foi tamanho que, antes mesmo da construção da infraestrutura necessária para comportar a família, o casal foi morar em instalações improvisadas no Projeto de Assentamento:

A gente veio, tinha esse salãozinho..., não tinha nem casa, ninguém tava aqui, ainda. Onde tem aquele quartinho que meu menino vive lá com a família dele, nós *viemo* pra lá morar lá, porque ele trabalhava aqui. Saiu o fomento⁴⁰, saiu a vaca pra gente esperar, ficava aqui no curral. Pra nós *tá* pra lá e pra cá, sem ter em quê, é ruim, *visse?* Aí ele disse: ‘*Ói*, nós vamo *simbora* morar lá naquele quartinho’, aí *viemo!* [...] *Fiquemo* por aqui, ele *trabaiando* mais os meninos, botando roçado, que ele já tinha lucrado já ali! Plantou feijão, milho-verde, feijão (risos), mas foi bom! Aí foi... passamos ainda um ano e... quase dois anos, naquele quartinho. Depois *saiu* as casas, nós *fizemo* e *vimos imbora* pra cá, até hoje, graças a Deus! (Dona Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

A partir de então a família estabeleceu-se no assentamento e passou a investir na propriedade. Dona Violeta foi obrigada a parar a costura, em função dos problemas de saúde que adquiriu: “eu comecei costurando umas coisinhas, mas depois eu parei, desmantelei a coluna, fiquei com problema na coluna” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Foi então que passou a comprar bijuterias em Santa Cruz e a vender no assentamento e entorno: “Eu fui, peguei minha irmã (ela vende coisa de jóia), fui mais ela! *Tô* vendendo umas jainhas, aqui acolá eu vendo uma peça” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Hoje ela mora no assentamento e participando integra como sócia a Associação, além de ser sindicalizada no STR⁴¹ de Prata. Faz parte, ainda, de um grupo de mulheres existente na comunidade. Não costura mais porque foi proibida pelo médico, mas ainda demonstra o desejo: “Eu não quero porque eu não posso! Se eu pudesse, queria” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Dona Hortência é mais uma das mulheres paraibanas e da família aqui em foco que também tem sua história de vida entrelaçada com a dinâmica do *Pólo de*

⁴⁰ O Fomento é um tipo de crédito inicial que as famílias recebem logo que a emissão de posse da área é publicada, para permitir o investimento na propriedade enquanto as infraestruturas vão sendo construídas.

⁴¹ Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Confecções do Agreste. Ela nasceu na zona rural da Paraíba, em um lugarejo denominado Campo do Velho, município de Coxixola. As terras onde a família morava pertenciam aos avós paternos de Dona Hortência e ela lembra que aquela era uma época tranquila, de “vida boa e inocente”, assim como as brincadeiras de criança e os tempos da escola. Foi neste local que ela aprendeu as “primeiras letras”, aos cinco anos de idade, facilitada por uma professora que o pai pagava para lhe ensinar e aos seus irmãos, em casa. Porém, a impossibilidade de continuar os estudos das crianças fez o pai de Dona Hortência decidir morar na cidade do Congo, quando ela ainda tinha sete anos:

Pai era uma pessoa, assim, que o estudo dele foi pouco, mas que ele era uma pessoa que entendia muito das coisas. Ele queria que todo mundo estudasse. Ainda não tinha como, nessa época. Pra gente aprender as primeiras letras, pagava uma professora em casa. Aí depois, já que os meninos passavam de ano, aí ficava difícil, aí ele foi e escolheu um lugar (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Chegando ao Congo, foram morar na cidade e o pai arrendou terras para trabalhar, até conseguir comprar uma casa em uma vila de nome Prado, com o dinheiro da parte da família na herança das terras do Campo do Velho. O sustento da família vinha da produção agrícola, principalmente do que obtinha da safra do milho, feijão e algodão.

O sustento da família era o algodão. Naquela época não tinha roubo, não tinha essas coisas, aí, o algodão ficava de anos pra anos! Só quando chegava final de ano, (re)cortava tudinho. Quando chovia, saía novamente, aí dava aquelas safras de algodão, de milho, feijão e algodão, ou então batata na areia do rio, quando o rio secava! (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Filha de agricultores, logo cedo aprendeu a trabalhar na roça para ajudar a família, tendo também desenvolvido atividades como professora, lecionando para turmas do Mobral⁴², enquanto concluía os estudos. Costurar, Dona Hortência aprendeu aos 13 anos, motivada pela curiosidade em mexer na máquina que a sua mãe já possuía: “Eu quebrava muito a agulha da máquina dela. Ia lá mexer, costurando, quebrava a

⁴²O Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL – foi um programa de alfabetização de jovens e adultos criado no período da ditadura. Segundo Bello (1993, p.1), ele “surgiu como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado do que vinha sendo feito até então. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente fazer com que os seus alunos aprendessem a ler e a escrever, sem uma preocupação maior com a formação do homem”.

agulha”. Diante do interesse da filha, a mãe permitiu que ela recebesse aulas de corte e costura:

Quando eu *tava* com treze anos, eu morava no Congo, tinha uma prima minha em Caraúbas que ela costurava muito bem. Aí eu fui pedir a mãe... que eu tinha muita vontade de costurar. Eu passei dois meses lá, ela me ensinando a cortar. Depois eu voltei pra casa, quando cheguei em casa, já fazia roupa pra todo mundo. Cortava e fazia! (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

O ensino formal ela só cursou até a 8ª série, quando veio o casamento aos dezanove anos, com um primo legítimo, que na época tinha vinte e três anos: “Teve um *prado* [corrida de cavalo] lá pro lado do Campo do Velho. A gente morava no Congo. Aí ele foi com uma turma daqui, [...] foi lá pra casa. Lá a gente começou a namorar [...]” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). O namoro durou três anos.

Dona Hortência é sobrinha da dona Margarida e casou com seu filho mais velho, seu Cravo. Já casada, ela foi morar nas terras do sogro, no sítio Cabeça-do-Boi, município de Prata. Trabalhou na agricultura e, nos dois primeiros anos, lecionou em um Grupo Escolar rural: “Ainda ensinei dois anos aí no Grupo, nos dois primeiros anos. Quando eu cheguei aqui [...]tinha uma professora, aí ela chegou a falecer. Aí o pai de Anselmo (...) tinha ajeitado pra *mim* ensinar e eu fiquei[...]” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Nos primeiros quatro anos de casamento nasceram duas das cinco filhas do casal, vindo a primeira um ano e seis meses depois do matrimônio. Eles decidiram mudar para Santa Cruz do Capibaribe por influência da família de D. Hortência:

Uma irmã minha foi pra Santa Cruz [...]. Aí, veio cá, aí pediu pra *painho* e disse: ‘lá é um lugar muito bom. Vamos todo mundo pra lá, porque lá todo mundo vai trabalhar. O senhor já *tá* velho, não pode mais trabalhar. O senhor já cuida da gente, a gente vai cuidar do senhor, agora’. Aí depois ela mandou me chamar, eu fui lá, aí ajeitei... (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

O marido de Dona Hortência afirma que mudou para Santa Cruz por razões familiares: “A família de Hortência era tudo de lá e queria que a gente fosse! Aí a gente se ajeitou e foi! [...] Lá, pra Hortência, era bom; pra mim, não era não” (Seu Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Moraram dois anos na cidade de Santa Cruz, mas na casa de outras pessoas, até ganharem uma moradia do pai de Dona Hortência, que comprou um terreno, construiu

uma casa no distrito de São Domingos, Brejo de Madre de Deus, e a doou ao casal. Assim que chegou à região, Dona Hortência foi trabalhar costurando em uma fábrica e seu Cravo empregou-se na construção civil: “Aí, chegamos lá, tinha uma construção de um hospital [Souza Aragão], Anselmo foi trabalhar no hospital...” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Dona Hortência foi funcionária de uma fábrica chamada “*Miami*”⁴³ durante três anos e nos conta que enfrentava muitas dificuldades para poder trabalhar: “Tem vezes que eu saía correndo, tinha uma *Kombi* que passava no rio, eu subia e descia a ponte correndo pra chegar na hora certa, no horário de chegar! [...]. Quando o rio tinha água, a gente passava numa canoa” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Somando-se a essa, ainda tinha a questão do cuidado com as filhas mais novas, que ficavam sob sua responsabilidade, dificuldade que fez a costureira deixar o emprego com carteira assinada para trabalhar em casa: “Saí porque eu não queria mais trabalhar, por causa das duas meninas pequenas. Pra chegar em casa, fazer as coisas não aguentei mais, não” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Durante os seis anos que passaram lá, a família não perdeu o contato com o mundo rural, principalmente porque quando passava por dificuldades Seu Cravo continuava desenvolvendo atividades agrícolas na sua cidade de origem (Prata). “Quando ficava ruim lá eu vinha *mimbora* botar o roçado [...], passava três, quatro *mêis* em cima do roçado, passava uns dias prá lá e pronto! (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Depois de seis anos voltaram a morar na Paraíba, em virtude das dificuldades que o casal enfrentava, principalmente pelo fato de Seu Cravo abusar do álcool: “Bebia muito, trabalhava, bebia muito, andava demais! Aí a gente se ajeitou. Se ajeitou, não! Ele veio *simbora* pra cá [Paraíba], depois eu vim” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Retornando à Paraíba, o casal foi morar na casa de parentes na mesma região onde residira anteriormente: “Fiz uma casa no terreno de um cunhado meu. Só uma casa só, né! E fiquei *trabaiando* nas terras dos outros” (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011). Seu Cravo permaneceu trabalhando para os donos da fazenda (que hoje é o assentamento Serrote Agudo) em regime de aluguel, recebendo por diárias: “a gente ganhava muito dinheiro aqui, *trabaiando* pra ele, sabe? No real a gente tirava dinheiro,

⁴³ De acordo com informações da entrevistada.

fazia feira, fazia [...] porque melhorou muito. Naquele tempo, a gente ganhava, o cruzeiro não valia nada, né!” (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Mas o agricultor ressalta a subordinação sofrida pelos trabalhadores da fazenda diante do patrão, que os colocavam em situação de dependência: “se comprasse alguma coisa fiado, quer dizer, um quilo de açúcar, ele não dizia quanto botava, não, só botava quando fosse pagar, no dia, né! De um dia pro outro, subia, né!” (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Por volta do ano de 2002, a família foi beneficiada com um lote de terra no assentamento Serrote Agudo, recém desapropriado pelo INCRA para fins de Reforma Agrária: “a gente morava aí na Cabeça-do-boi. Aí quando foi na época que a serra daqui começou a ser ocupada, foi um destino da gente, porque ninguém tinha terra pra *trabaiar*. Aí foi quando chegamos à conclusão que era uma boa” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Como adiantamos acima, o assentamento é organizado em quatro agrovilas, as quais foram divididas entre os assentados, de acordo com o seu lugar de origem:

A gente teve uma reunião, aí decidiu de cada um marcar, assim, onde fosse mais perto de cada município, da Prata, de Amparo, Sumé, né! Aí começou marcar um pedaço de terra pra *trabaiá*, pra começar a *trabaiá* e já começou mês de janeiro, já. Aí, a gente foi e marcou. Pegou um grupo aqui, marcou aqui, marcou lá no Macaco, marcou no Formigueiro, no Cumarú! (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Na condição de assentados da Reforma Agrária, a família começou a investir no lote e a beneficiar-se das políticas públicas direcionadas para este fim, participando da organização social da comunidade. Receberam os primeiros créditos utilizando-os para a compra de animais e cercamento da propriedade, também construíram uma casa e uma cisterna. A aquisição da terra possibilitou ao casal desenvolver atividades que até então não era possível, como plantar roçado e criar animais. Mesmo assim, Dona Hortência continuava a confeccionar roupas para Santa Cruz, intercalando o cuidado com a casa, as tarefas na agricultura e a costura.

3.3 – As formas de trabalho das costureiras do Cariri na sua inserção nas atividades do *Pólo*

Como vimos argumentando anteriormente, o trabalho a domicílio segue sendo a principal pilastra da produção de confecções para o *Pólo do Agreste*, assumindo

características diferenciadas ao longo do desenvolvimento desse *cluster*, pautadas seja pelas transformações mais macro, seja pelas dinâmicas socioeconômicas locais. A costura insere-se como uma dinâmica fundamental em diversos momentos na vida das mulheres que se envolvem com a produção de *sulanca*, ditando fluxos e (re)fluxos, orientando e definindo seus destinos. As várias gerações da família que estamos estudando vêm vivenciando imbricadas relações de produção e reprodução social na sua inserção no *Pólo de Confeções de Pernambuco*.

Todas as costureiras protagonistas desta história são migrantes, deslocaram-se da região do Cariri Paraibano para Pernambuco, as quais, chegando ao Distrito de São Domingos (redondezas de Santa Cruz do Capibaribe), fizeram da costura seu principal meio de sobrevivência. Assim, como no início do *Pólo*, a maioria delas começou a confeccionar a *sulanca* de forma individual e artesanal, levadas pelo atrativo da já famosa *Feira da Sulanca* de Santa Cruz. Fundamentalmente essas mulheres passaram a produzir sob o regime do trabalho a domicílio, familiar, combinando diversas formas de contratação e subcontratação, marcadamente informais.

A confecção de *sulanca* apresentava-se como uma das únicas oportunidades para as mulheres que migravam do Cariri Paraibano para a região do *Pólo*, em grande parte motivadas pela facilidade de inserção neste ramo: “Porque aqui não existe agricultura, não! A força daqui é a *sulanca*! Não existe outra força aqui não (S. Jasmim, Entrevista em 08/11/2010). Assim, as filhas e a nora de Dona Margarida inseriram-se no processo produtivo sob formas e momentos diferentes.

Dona Hortência foi a primeira mulher da família a migrar para Santa Cruz e envolver-se nas atividades ligadas à confecção de *sulanca*. Chegando lá, já casada, conseguiu um emprego em uma fábrica: “Costurei pra uma fábrica, *Confeções Miami*, uns três anos” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). A costureira conta que cumpria uma jornada de trabalho de oito horas diárias com um intervalo de duas horas para almoço e sempre desenvolvendo uma mesma função: “Eu costurava numa máquina *reta*. [...] só a costura *reta*, porque lá as peça saíam de máquina em máquina. Uma fazia uma coisa, outra fazia outra! Eu pregava cós de saia, fechava saia...” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Dona Violeta começou trabalhando para uma loja em Santa Cruz quando ainda tinha quinze anos: “comecei fazendo... pregando viés, pregava elástico aqui nos vestidos. Aí comecei a aprender a fazer tudo”. Sua irmã mais nova (Orquídea) também ainda muito jovem empregou-se em um *fabrico* com mais três irmãos. Sua tarefa era

tirar ponta de linha e empacotar peças: “Cheguei, já fui direto para trabalhar e só tirar as peças e tirar as pontinhas de linha. Foi fácil!” (Orquídea, Entrevista em 08/11/2010). Tirar ponta de linha e arrumar mercadoria era ocupação para quem não sabia costurar ou não possuía habilidade suficiente para tal, mas era neste espaço que as mulheres aprendiam o ofício de costureira e adquiriam experiência para montar seu próprio empreendimento: “Aí, depois fui fazer pra mim mesmo” (Orquídea, Entrevista em 08/11/2010).

Mesmo para quem não tinha a confecção como a principal fonte de renda, esta aparecia como forma de complementá-la e, assim, suprir as outras necessidades da família e também de constituir uma poupança, como foram os casos de Dona Rosa e Dona Dália. As duas eram enfermeiras e ao chegar à região conseguiram trabalho no Hospital Souza Aragão, que havia acabado de ser construído: “depois que eu casei, a gente já foi pra Santa Cruz, quando chegamos lá eu fui trabalhar... atendente de enfermagem, eu trabalhava com enfermagem, lá” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). A facilidade de ocupação na região não era só para as atividades ligadas à confecção, mas também em outras que necessitavam de alguma habilidade a mais: “Eu cheguei hoje, amanhã já trabalhei no hospital!” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Contudo, todas elas acabaram se envolvendo com a *sulanca* e organizando *fabricos* e *facções* familiares.

A chegada da família de Dona Margarida na região do Agreste pernambucano coincide com o momento de crescimento e expansão da *Feira da Sulanca* em Santa Cruz do Capibaribe. Como já faziam outras pessoas (principalmente mulheres), Dona Margarida passou a adquirir retalhos e transformá-los em peças para vender na *Feira*:

Quando era de madrugada, que a feira começava de madrugada, eu ia mais ela [Dália], compadre Angico, nós ia vender na feira. Chegava lá, a gente vendia tudinho (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Em geral, as costureiras da família de D. Margarida investiram os recursos advindos da venda de seus bens móveis situados na Paraíba estruturarem a vida na região do *Pólo*, iniciando seus próprios *fabricos* e *facções*. Estes eram organizados improvisadamente nas casas das mulheres, misturando-se os espaços destinados ao trabalho com os demais cômodos: “a gente tinha um salão, que era onde nós fabricava! Dividia com a cortina (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Aqui Dona Rosa se refere

ao espaço de sua casa destinado à produção de *sulanca*, e que também serviu, em diversos momentos, como moradia para outras famílias.

Quando a família da D. Margarida começou a atuar na confecção, as peças eram mais simples (geralmente de um único tipo) e de baixa qualidade: “a gente comprava, trazia pra casa, colecionava tudinho. Uns *mais pequenos* a gente fazia coberta, uns *mais maior* a gente fazia uns shortinhos, aqueles shortinhos que botava liga” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Sua filha, D. Rosa, também trabalhava com as peças emendadas: “Só sainha, um shortinho, umas coisas emendadinhas... Afe Maria! *Nóis fabricava* muita coberta também, de retalho! Era de casal e de solteiro” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Assim como as outras duas, Dona Hortência: “Comprava os retalhinhos e fazia: shortinho, camiseta...” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). A filha mais velha de Dona Dália acompanhou este momento: “costurava também aquele calçãozinho de malha. A gente fazia... que era com liga nessa época, não era nem elástico, era liga que colocava!” (Açucena, Entrevista em 08/11/2010).

A matéria-prima utilizada para a produção da *sulanca* eram as sobras de retalhos vindos de outras confecções e adquiridos de forma gratuita ou compradas nos armazéns e Recife e de São Paulo: “de primeiro, a gente comprava caro! A gente comprava caro e hoje eles jogam no mato! Eu comprava por quilo! Comprava dez, comprava vinte, comprava trinta. A gente comprava trinta, já tava rico” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Os retalhos eram comprados por quilos em sacos fechados que, na maioria das vezes, as costureiras nem sabiam bem o que continha neles: “Era uns sacos! Eu nem me lembro como era naquela época, mais não, faz tanto tempo! Era um saco de retalho desse tamanhinho, pra gente cortar, emendar e fazer os shortinhos” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Tão logo chegaram à região de Santa Cruz, as costureiras entraram facilmente na dinâmica da *Feira da Sulanca*: “A gente saía, de madrugada, a gente saía de casa onze, doze da noite. A gente ia dormir um soninho, aí a gente saía. Eu levava até os meus meninos pequenos, eu levava eles pra dormir embaixo do banco, levava um colchãozinho, debaixo do banco, botava eles... que a feira começava uma hora da manhã” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Mesmo quem na época ainda era criança lembra-se bem deste momento:

Eu tinha o quê? Uns doze anos, mais ou menos, quando vendia na feira! A gente vendia nas bancas. Ia pra dormir, ficava lá. A gente passava a noite. Nesse tempo a feira começava o quê? Quatro horas,

duas horas da manhã! A gente ia de duas, começava a arrumar. Aí às vezes até (porque ficava muito esquisito pra ir) a gente dormia... passava a noite lá no banco. Aí *mainha*... como só tinha eu e os meninos pequeno, aí a gente ia todo mundo. Mas como a gente era tudo menino pequeno, era uma festa pra gente! (Açucena, Entrevista em 08/11/2010).

Até os traquejos de anunciar e negociar sua mercadoria com os comerciantes as costureiras adquiriram: “A gente levava, chegava um comprador, comprava tudo! Eu dizia: aqui é o primeiro negócio, que eu não deixo pro segundo, não. Aí eu vendia! Quem deixava pro segundo, vendia bem pouquinho! Eu vendia tudo!” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). A forma de compra e venda era à vista, como ela mesma nos conta: “Ele pagava logo. É tome lá e dê cá! Era dinheiro na hora” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). As costureiras narram com empolgação a facilidade que havia, na época, na venda das mercadorias: “[...] vendia na feira, não dava pra quem queria. Na época era muito bom vender. Era pouca gente que fabricava, mas quando chegava na feira o povo comprava tudo!” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). Essa realidade também é confirmada por uma de suas irmãs: “Eu fabricava, às vezes não dava tempo de tirar de cima da carroça, não! Os *freguês* já vinha em cima, comprava tudo!” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Esses *fabricos* conseguiam produzir grandes quantidades de peças com o uso intensivo de mão-de-obra e dispoñdo de equipamentos tecnicamente mais simples. A produção variava de centenas a milhares de unidades por semana, dependendo do tipo de peça: “toda semana eu pegava umas quinhentas, seiscentas pra levar pra feira [...]” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). “Por semana, que era calcinha [...]. Eu fazia cinco, seis mil, dependendo do aperto [...]” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). As máquinas utilizadas pelas costureiras não eram industriais, ainda. Eram capazes apenas de fazer costuras simples ou algum tipo de acabamento.

Para dar conta do volume de produção, além da força de trabalho familiar, esses *fabricos* contratavam mão-de-obra externa: “Tinha umas menininhas, assim, de quinze, quatorze anos, quando vieram pra embanhar, botar bolso...” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011). D. Dália também dispunha de outras pessoas para trabalhar no seu *fabrico*: “Eu ajeitava e mandava fazer, as meninas... fazer na casa delas. Tinha umas três costureiras” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

As jovens ingressavam no *fabrico* para adquirir experiência e poder trabalhar em fábricas formais ou montar seu próprio negócio:

Tinha minhas sobrinhas que *trabaiava* pra mim [...]. Elas *trabaiava* e eu pagava a elas por semana, entendeu? Uma pregava elástico e a outra empanava as cuecas e a outra com a peça... botava elástico. E eu fazia o resto mais os meninos, cortava... Aí, depois, elas começaram *trabaiá* noutro canto [...] Até inclusive ainda hoje elas ainda *faz*, elas *costura* (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Além de confeccionar as próprias peças, Dona Margarida passou também a afiançar material para outras costureiras fabricarem, funcionando como uma espécie de “patrão”: “Quem costurava era a vizinhança. Essa prima minha que morreu, umas amigas minhas que tinham por aí, todo mundo, que tinham as maquinazinhas. Costurava tudinho!” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Segundo ela, o fato de muitas mulheres possuírem máquinas de costurar em casa, e com a ausência de ocupação em outros setores, fazia com que houvesse uma oferta abundante de força de trabalho na região: “As *mulé* que tinha uma maquinazinha era doida pra costurar, pra achar um *gainho*. Então a gente cortava e elas iam fazendo [...]” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Para trabalhar nos *fabricos*, nas fábricas e nas *facções* não era necessário ter uma qualificação prévia, apenas saber manusear as máquinas (que eram simples) de acordo com o tipo de costura: “Sempre na *reta*. Sempre mudava era a peça. Mudava a peça pra fazer, mas eu sempre na máquina” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). Também a preocupação com a modelagem era quase inexistente: “Só era um modelo só... Um menino de dez anos, de oito, de quatro e a gente fazia tudinho, que desse pra feira, vendia tudinho!” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). No caso das fábricas maiores, o molde já chegava definido para as costureiras: “O molde é assim! Esses que tinham lá eles mesmos que tiravam [...]” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

O trabalho das costureiras era remunerado de duas maneiras: ora referenciado pela jornada de trabalho, ora por volume de produção, com predominância desta última. “Era por peça. A gente juntava, trabalhava e de 15 em 15 dias eles pagavam a gente” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Quando a relação de trabalho era formalizada o estabelecimento do salário era fixado pela jornada, embora houvesse uma diferença entre o que constava na carteira e o que realmente a costureira recebia: “Agora eu não lembro se eles pagavam era o salário ou se pagavam por comissão. Na carteira eles sempre marcam com o salário” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

No período em que as mulheres trabalhavam na região de Santa Cruz, a remuneração do trabalho relativo à produção variava de acordo com o tipo de peça e de costura que era necessária e, em geral, ficava entre R\$ 0,02 a R\$ 0,10 por unidade. “Eu pagava as meninas para fazer era a um centavo, dois centavos. Uma coisa era dois, outra coisa era um” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Esse preço era a referência para todos os empreendimentos.

Essas mulheres acompanharam o desenvolvimento da *sulanca* e a transição que conformou o que conhecemos hoje como *Pólo de Confeccões*. O que estamos considerando aqui como transição está relacionada à mudança ocorrida na produção de confeccões, principalmente no *design* e na qualidade das peças, além da ampliação do crédito, com o uso cada vez maior de formas de pagamento intermediadas pelo cheque. Nessa transição, as costureiras aqui estudadas enfrentaram as adversidades oriundas das novas exigências do mercado, tendo que reorientar sua produção e, em muitos casos, até encerrando sua atividade com a confeccão. No caso de Dona Violeta, no final dos anos 1980, ela deixou de produzir *shorts* no seu *fabrico*, vendeu suas máquinas e adquiriu uma para trabalhar como *faccão*, colocando elásticos para outros empreendimentos: “Depois disse: ‘eu não vou fabricar mais, não! Eu vou comprar a máquina de pregar elástico e ficar *trabiando* pros outros, pregando elástico em casa’. *Compremo* [a máquina de elástico], eu e meus meninos, nós *trabaiava* em casa! (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Dona Dália também reorientou sua produção, passando a trabalhar apenas com *lingerie*.

Um dos problemas que desestruturou as costureiras foi a aceitação da negociação a prazo, com o uso do cheque, em virtude do grande volume de peças adquirido pelos compradores: “Vendia muito. *Óxe!* Não dava tempo de *nói* chegar, não! Até de uns danados *comprar* no cheque e a gente cair na besteira de vender. Aí pronto!” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). E acrescenta: “Eu perdi dinheiro de comprar carro novo deles! Dália perdeu um também, Rosinha, nós tudinho. *Ói*, naquela época, quem perdeu mais foi Dália!”. Como elas não possuíam capital de giro suficiente, os cheques sem fundo causaram sérios danos: “[...] aí começou voltando o cheque e nós *cobria* com o dinheiro que nós *tinha*, que era pra comprar o carro, aí num *compremo*, perdemos ...” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

O perfil da *sulanca* foi, assim, sofrendo alterações, descolando-se da noção de peças de baixa qualidade, que até então tinha sido sua marca. Os empreendimentos passaram a adquirir máquinas tecnologicamente mais avançadas, a utilizar novas

modelagens, que passaram a exigir um aperfeiçoamento nos acabamentos das peças e as mulheres que não se adaptaram foram ficando à margem:

Hoje em dia você não faz mais aquelas cobertinhas emendadas, nem aqueles calçãozinhos de malha emendadinhos, que o pessoal não quer mais, não! Tem que ser uma mercadoria bem acabada, tem que ter as máquinas próprias. A *sulanca* daqui mesmo, hoje, só é o nome *sulanca*! Mas a mercadoria, 80% da mercadoria, você andando na feira, você vê! Uma mercadoria boa! Uma mercadoria que você pega, coloca em qualquer loja, o pessoal nunca vai saber que aquilo ali é considerada *sulanca* (risos) (Açucena, Entrevista em 08/11/2010).

Foi neste momento que D. Margarida resolveu parar com a confecção: “Os que eu fazia não comprava mais, não! Eles não querem mais, não, coisa fraca que nem a gente vendia antigamente [...]” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Dona Hortência também resolveu parar, pois não estava mais conseguindo adaptar-se às mudanças ocorridas na confecção.

Diante das adversidades, a origem rural destas mulheres influenciou a decisão de parte delas de deixar o trabalho com a confecção em Santa Cruz e retornar para a Paraíba. Hoje, parte delas ainda reside no campo, desenvolvendo atividade agrícola agregada a confecção, outras migraram para as cidades no entorno de Santa Cruz.

O resgate das trajetórias de vida e de trabalho de pessoas como D. Margarida, suas filhas e outros familiares nos permite apreender certas características da dinâmica produtiva e de trabalho que se estabeleceu no *Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco*. Algumas indicações: a sua capacidade de atração de populações do entorno, como aquelas oriundas do Cariri da Paraíba; a sua capacidade de dispor de uma força de trabalho que, ao mesmo tempo em que se insere na produção de confecções, se mantém atuando na agricultura ou exercendo outras atividades, inclusive no setor de serviços; a imbricação entre as relações de trabalho e as relações familiares, de tal modo que estas últimas se constituem em uma base decisiva para o deslocamento, o estabelecimento e a inserção de muitos nas atividades de confecção. O caráter flexível da dinâmica produtiva do *Pólo* é sua principal marca, de tal modo que, sob condições de extrema informalidade, se adapta a situações diversas, penetra dinâmicas e situações várias, se combina com atividades em campos os mais variados (agricultura, serviços diversos, incluindo serviços ligados à atividade de confecção, como transporte, construção de bancos de feiras, outras atividades industriais e artesanais etc.) e em espaços diversos (rural e urbano, domiciliar e externo, industrial e artesanal, em pequenas e grandes cidades). Sob tais condições, o *Pólo* possibilita entradas fáceis e

alguma oportunidade das pessoas se estabelecerem e até de se descolarem de uma situação de condicionados à luta diária pela sobrevivência da família, até atingindo a condição de novos capitalistas (em geral pequenos). Mas, por outro lado, são muitos os casos em que, envolvidos por anos a fio nas atividades do *Pólo*, apenas reproduzem-se como trabalhadores/produtores submetidos a condições precárias de trabalho e de vida, como tem sido o caso de nossas entrevistadas.

CAPÍTULO 4 – AS DINÂMICAS SOCIAIS APREENDIDAS PELO PRISMA DA INSERÇÃO DAS MULHERES DO CARIRI PARAIBANO NO PÓLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE PERNAMBUCANO

A evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, porque relações entre o homem e a mulher, entre o fraco e o forte, fazem ressaltar nitidamente o triunfo da natureza humana sobre a bestialidade. O grau de emancipação feminina determina naturalmente a emancipação geral.

Karl Marx

O acompanhamento e observação da trajetória de trabalho e de vida de D. Margarida e de seus familiares, sobretudo com um foco na sua inserção nas atividades da *sulanca*, nos possibilitou uma atenção mais especial sobre três dimensões da dinâmica social e produtiva que impregna o desenvolvimento do *Pólo de Confeccões do Agreste de Pernambuco*. Referimo-nos ao *trabalho a domicílio familiar*, às *relações de gênero* e às *interfaces rural/urbana*.

4.1 – O trabalho domiciliar familiar

Conforme vem abordando a literatura sobre a indústria de confecções (referenciados nos primeiros capítulos desta pesquisa), o trabalho a domicílio constitui a ponta mais precária desta cadeia produtiva. A organização do trabalho baseada em unidades familiares subcontratadas é, também, uma das principais características da produção de confecções no *Pólo do Agreste de Pernambuco*. Contudo, é preciso levar em consideração que as formas de subcontratação envolvendo o trabalho a domicílio não ocorrem da mesma forma no tempo e no espaço. Elas variam de acordo com a realidade local/regional, os atores envolvidos e o contexto histórico. No caso deste estudo, gostaríamos de chamar a atenção para a *originalidade* da experiência do *Pólo de Confeccões*, cuja análise do seu desenvolvimento e consolidação nos sugere diferenciações e similaridades em relação ao que ocorre no setor de forma geral, histórica e atualmente.

Como adiantamos no segundo capítulo o *Pólo de Confeccões* surgiu a partir de uma ação “autônoma” e “espontânea” da população local, principalmente das mulheres, que, em função da ausência de oportunidade de geração de renda, começaram a costurar

sulanca para sobreviver. Essa produção, desde aquela época, esteve assentada fundamentalmente no trabalho domiciliar e assim segue sendo até os dias de hoje. Utilizar esta chave de leitura implica identificar no centro desta dinâmica produtiva o papel das mulheres e das famílias.

Neste sentido, um primeiro elemento a ser considerado é que a maioria dessas costureiras adquiriu pela primeira vez a habilidade de manusear uma máquina de costura no espaço doméstico, como uma necessidade de fazer roupas para a própria família: “As roupas das minhas meninas e dos meus meninos de casa eu fazia tudinho!” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Não precisar comprar “roupa feita” representava uma economia significativa para a família, cuja renda, até então, destinava-se quase inteiramente para a alimentação:

Quando a gente morava em Lagoa de Cima, tinha uma mulher que era costureira e era professora, ensinava corte. Aí mamãe botou eu pra aprender. A gente fazia uns vestidos de papel, a gente riscava pela trena, cortava, costurava e fazia aqueles vestidos! Daí papai foi e comprou uma máquina pra mim. Eu aprendi e fiquei costurando pro povo de casa! Eles deixaram de pagar a costura, sabe?! Mamãe comprava os tecidos e eu já fazia calça, camisa, vestido pra noiva (...) (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

As habilidades com a costura para uso doméstico serviram de base para a inserção dessas e de várias outras mulheres nas atividades da *sulanca*. Daí por diante, a socialização para a vida se confundem cada vez mais com o aprendizado e a iniciação nas atividades de confecção:

Eu comecei fabricar, eles ainda eram pequenininhos. Eu sempre botava eles. O que eles não podiam fazer eu ia tirando, limpando a peça, tirando linha, arrumando. Aí depois comecei a botar eles pra passar no *overlock*, fechar a peça. Era mais ou menos seis a sete anos e já começaram (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

O que passou a valer também para os homens: “comecei a trabalhar com isso daqui novinho, que nem esses meninos, dez anos de idade. Trabalhava pra mãe e depois comecei a trabalhar na rua e depois começamos a trabalhar pra gente” (Dono do Fabrico C, Entrevista em 09/11/2010).

Um dos reflexos da forte vinculação entre a habilidade da costura e o espaço familiar (doméstico) é a falta de reconhecimento (por elas mesmas) desta atividade como “trabalho”. No caso de Dona Margarida, no contexto do trabalho na agricultura,

costurar era uma extensão da sua obrigação, de sua responsabilidade com o cuidado da família. “Não, não costurava quase não, eu só fazia as roupinhas de casa, porque a convicção da gente, que a gente tem né? (Dona Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Ela só passou a reconhecer seu trabalho como costureira ao chegar em Santa Cruz.

Contudo, foram as mulheres, costureiras domésticas, que utilizando as habilidades adquiridas na socialização doméstica ditaram, por certo período, o padrão de produção da *sulanca* na Região. O fabrico doméstico, sob a liderança fundamentalmente das mulheres, foi a gênese da produção de *sulanca*.

Uma primeira característica deste “padrão” é a manutenção de uma relativa autonomia produtiva, onde as proprietárias dos *fabricos* dominavam desde a compra de matéria-prima (tecidos, linhas, aviamentos em geral), passando pela contratação de força de trabalho externa (nos momentos em que isso se fazia necessário), até a destinação final das peças, que por muito tempo foi prioritariamente a *Feira da Sulanca* de Santa Cruz do Capibaribe.

A alta divisibilidade do processo produtivo, como observada por Abreu (1986), é outra particularidade da indústria do vestuário e que, também, é marcante na experiência produtiva de confecção da *sulanca*. Este fator permite que as atividades desde a criação até o processo de costura possam ser *faccionadas*, proporcionando a incorporação de um grande contingente de força de trabalho na forma de trabalho autônomo, informal, precário. Podemos evidenciar esta questão a partir da percepção das próprias costureiras:

A costura ocupa muita gente, viu? Dá muito trabalho para a pessoa fazer. Porque precisa pra botar a linha, botão, *oliós*, botar cadarço. Tudo pra isso, que não é costura, mas faz tudo parte da costura (...). Que podem ser pessoas diferentes: um pode tirar linha, outro pregar botão, botar cadarço, elástico (...) (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

A subdivisão do processo de costura, tanto pode ser feito com a utilização de trabalho externo, como no próprio espaço do *fabrico*. No entanto, a utilização das costureiras externas tem sido uma variável fundamental para o desenvolvimento e consolidação da confecção na região do *Pólo*. Nas nossas observações constatamos que todas as mulheres que organizaram seus *fabricos* também subcontrataram outras costureiras: “Tinha umas menininhas de quinze, quatorze anos, quando vieram pra embanhar, botar os bolsos.” (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Chamamos a atenção para o fato de que a subcontratação do trabalho de costureiras externas, até onde pudemos perceber, na maioria dos casos, é realizada tendo como referência as redes de parentesco e de proximidade: “Tinha minhas sobrinhas que *trabaiava* pra mim. Elas *trabaiava* e eu pagava a elas por semana! Uma pregava elástico e a outra empanava as cuecas [...]” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

A vasta oferta de mão-de-obra aparecia como oportunidade para os *fabricos* que, por sua vez, não precisavam se preocupar com a formalização do contrato trabalhista e ainda se colocavam como “contribuindo com a vida destas costureiras”: “O povo era doído! As *mulé* que tinha uma maquinazinha era doída pra costurar, pra achar um ganhozinho. Então a gente cortava e elas iam fazendo e trazia feito” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010). Apesar das mudanças ocorridas fundamentalmente na década de 1990, com a constituição de empresas de maior porte, com o incremento do *design* (com conseqüente elevação da qualidade das peças), com a utilização de maquinário mais moderno e a ampliação do crédito, esses *fabricos* continuam sendo o principal vetor produtivo de confecção para o *Pólo do Agreste*.

Para “costurar” nossa reflexão sobre a forma como se apresenta atualmente o trabalho a domicílio, procurando identificar suas similaridades e diferenciações, utilizaremos como exemplo o Fabrico C, do neto de Dona Margarida, filho da costureira Dália, que atualmente tem 29 anos, é casado e pai de dois filhos. Ele aprendeu a costurar com a mãe e antes de montar seu próprio negócio trabalhou como costureiro em um empreendimento que confeccionava camisa de time de futebol. Hoje ele possui um *fabrico* que ocupa um espaço de seis metros de largura por nove de comprimento, que produz calças esportivas masculinas para adultos, localizado nos fundos de sua residência, no distrito de São Domingos (Brejo de Madre de Deus). Seu *fabrico* tem seis funcionários internos (todos homens), quatro costureiras externas (faccionadas), cerca de sete máquinas e é responsável por uma produção, em média, de duas mil peças semanais: “Aqui a gente tem a máquina de *travetar*, a gente tem duas *máquinas de braço*, duas de *rebater elástico de doze agulhas*, uma *interlock* e uma *overlock* [...]. Tenho seis [funcionários] aqui e quatro fora” (Dono do Fabrico C, Entrevista em 09/11/2010). Parte da produção é realizada no próprio empreendimento, mas a confecção final do produto depende do trabalho externo, fundamentalmente de costureiras a domicílio.

Acompanhemos as várias etapas do processo de produção das peças até sua finalização, observando a divisão do trabalho e o tipo de habilidade e tecnologia envolvida na execução das atividades.

O primeiro momento da produção das calças é “enfestar”, que significa espalhar os tecidos em cima de uma mesa específica, empilhando-os adequadamente para que possa ser cortado a partir de um molde: “Uma mesa grande, de quatro metros. Tem uns ferros de lado e fica um [funcionário] lá e outro cá, passando o pano pra lá e pra cá, até fazer o *enfeixe* [...]. Cada *enfeixe* dá mil e setecentas calças!” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010).

Concluído este processo, os tecidos são cortados de acordo com o molde das calças e, já no corte do tecido, temos uma operação subcontratada, uma vez que o dono do fabrico precisa remunerar outra pessoa para fazer este trabalho, pois não possui a máquina específica. Segundo um de seus funcionários, o preço pago pelo corte de cada feixe é algo em torno de R\$ 10,00 (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010). O preço do corte varia de acordo com o tipo de tecido e da quantidade de peças, como nos explica a irmã do Dono do Fabrico: “Depende do tecido e do tipo de mercadoria que se *tá* cortando também [...]. Se for modinha aí já é outro preço, porque é um tecido mais difícil de cortar e tem muitas pecinhas pequenininhas” (Açucena, Entrevista em 08/11/2010).

Com as peças cortadas, parte-se para a primeira etapa da costura, realizada ainda dentro do *fabrico*, que consiste em fechar um dos lados da calça, utilizando uma máquina que possui seis agulhas, conhecida como *máquina de braço*⁴⁴. Em seguida, coloca-se cerca de dois metros de vieses em cada peça (um metro de cada lado) com uma máquina de nome *galoneira*, seguindo para as costureiras faccionadas, que trabalham a domicílio. Chegando lá, as mulheres, utilizando máquinas simples, colocam os bolsos.

Mais uma vez, as peças voltam para o *fabrico* e passam por dois outros processos de costura: a segunda costura do outro lado e o fechamento do fundo, para novamente retornar às costureiras faccionadas, que fazem a parte do embanhado. Em seguida, a peça retorna ao *fabrico*, passando por uma costura na *overlock* e sendo encaminhada para a fixação do elástico: “Embanhando, nós *traz*, passamos uma costura na *overlock*, em cima da calça, e botamos pra máquina de elástico” (Funcionário do Fabrico C,

⁴⁴ Para identificar as máquinas de costura estou utilizando a nomenclatura utilizada na região.

Entrevista em 18/11/2010). Depois do elástico, para finalizar, prende-se o *oliós*⁴⁵ e coloca-se os cadarços na altura do cós (esta operação pode ser feita tanto fora como no próprio *fabrico*, não necessariamente por mulheres).

A jornada diária de trabalho dos funcionários do Fabrico C fica em torno de oito horas, mantendo o padrão de um turno pela manhã (das 07:30hs às 11:30hs) e outro na parte da tarde (das 13:30hs às 17:30hs), com intervalo de vinte minutos para descanso e um lanche. Quando há a necessidade de agilizar a entrega da encomenda, eles recorrem à hora extra: “Cerão, nós *tira* direto de cinco e meia às nove e vinte. (...) **Tem** dia que eu *trabaio* nove horas, dez horas por dia (...)” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em, 08/11/2010). Ou seja, mesmo com a ampliação da jornada em função do trabalho extra, os trabalhadores do *fabrico* têm uma referência fixa de tempo de trabalho para a produção. Porém, o que conta para a remuneração do trabalho não é a jornada e sim o volume de produção, o que leva os trabalhadores a estenderem com muito mais frequência a jornada extra. Segundo o Funcionário do Fabrico C cada peça que ele produz sai por R\$ 0,50, o que resulta em uma remuneração semanal em torno de R\$ 270,00 a R\$ 300,00. Para o costureiro é mais vantajoso o pagamento do salário por produção: “A gente *trabaia* as mesmas oito horas, mas é melhor, que ganha mais dinheiro” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010). Tal visão também é endossada pelo Dono do Fabrico: “Sai melhor pra eles, porque uma semana aqui é em torno de cento e vinte, cento e trinta, cento e cinquenta reais! Aí eu pago por produção a eles, eles se interessam mais pra trabalhar e eles ganham mais, ganham dobrado também!” (Dono do Fabrico C, Entrevista em, 09/11/2010). A faccionalização do trabalho depende da estrutura, do número de pessoas trabalhando, da quantidade e tipos de máquinas necessárias para a produção da peça, entre outros fatores.

A parcelização/faccionalização é uma das principais características da produção de confecções no *Pólo*, pois permite a realização de várias etapas do processo por várias pessoas simultaneamente, implicando as mais diversas relações de trabalho. Em geral, utiliza-se como referência para a contratação de força de trabalho as indicações de parentes, amigos e vizinhos. É o caso do Fabrico C, onde, dos seis funcionários internos, quatro são parentes (irmão e primos) e algumas costureiras externas são suas parentes (tias, primas). Até sua mãe, às vezes, também confecciona peças para ele.

⁴⁵ *Oliós* é uma pecinha redonda com orifício no meio que serve para passar o cadarço que a ajusta à cintura da calça.

No *fabrico* ao qual nos referimos aqui, o seu proprietário ainda o conduz com certa “autonomia”, visto encontrar-se sob sua responsabilidade as tarefas de compra da matéria-prima, organização do processo produtivo e até a venda e negociação da mercadoria. Ao mesmo tempo em que atua assim, enquanto empreendedor, também participa da produção das peças: “Às vezes quando tá muito precisado aí eu trabalho na [máquina] de rebater elástico!” (Dono do Fabrico C, Entrevista em 09/11/2010).

Um aspecto da mudança na forma de produção dos *fabricos*, comparando-se o início da *sulanca* e a atualidade, diz respeito a uma tendência deles cada vez mais se especializarem em um tipo de produto e confeccionarem com tecidos inteiros (no caso do Fabrico C, calças esportivas masculinas). Coisa que antes não ocorria, pois os *fabricos* confeccionavam várias peças, a depender do tipo de retalho que adquiriam (como era feito no fabrico da sua mãe, Dona Dália). Também podemos identificar uma mudança de visão no gerenciamento do empreendimento: se antes a confecção era, para muitos (a exemplo dos primeiros momentos de envolvimento, de D. Margarida e família, com essa atividade), uma forma de complementar a renda, passou a ser cada vez mais uma oportunidade de ascensão social:

Quando eu comecei eu trabalhava pros outros. A visão da gente é diferente, né! Quando a gente é funcionário, a visão da gente é outra! Quando você começa a trabalhar pra você, aí você começa a ver as oportunidades, aí você já tem outra visão, você já vê as coisas diferentes! (Dono de Fabrico C, Entrevista em 09/11/2010).

Já é possível identificarmos o elemento do planejamento da produção de forma mais sistematizada:

Os planos da gente futuramente *tá* assim...com muita máquina, se os negócios derem certo (...) A gente *tá* fazendo duas mil peças por semana, a média da gente. A pretensão da gente é chegar a dez mil peças! No caso, eu ia precisar na faixa de quarenta a cinquenta funcionários. Quando aumenta a produção de máquina, aí aumenta a mão-de-obra de acabamento, também. Pra tirar ponta de linha, botar cadaço, cada pessoa que você emprega pra uma máquina, geralmente, você precisa de uma pessoa pra auxiliar (Dono de Fabrico C, Entrevista em 09/11/2010).

Contudo, uma regra na produção domiciliar familiar, seja com subcontratação de trabalho externo, seja com a utilização da força de trabalho da própria família, é a informalidade e a precariedade. Esses trabalhadores e trabalhadoras da confecção se submetem a extensas jornadas de trabalho, a funções com intenso uso de movimentos

repetitivos, sem vínculo de trabalho formal que garanta férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro, entre outros direitos. No momento da nossa pesquisa de campo observamos que quando o Fabrico C está parado sem encomenda, seus trabalhadores ficam ociosos por um, dois e até três dias, não recebendo nenhuma remuneração por estes dias.

A *faccionalização* da produção, em si, já se constitui uma forma de manutenção da precariedade, pois significa subcontratação e parcelização do trabalho. Da teoria marxista, temos que quanto mais se parceliza a produção da mercadoria, mais o trabalhador se vê alienado frente ao processo produtivo e ao fruto do seu trabalho. Entretanto, nas condições da produção subcontratada, de caráter informal e marcada por relações familiares, a relação capital-trabalho, relações de exploração do trabalho da maioria dos que atuam nas atividades do *Pólo*, não se mostram claramente. Se escondem por trás dos laços de parentesco e das relações de assalariamento disfarçado, o que dificulta a explicitação de conflitos de tipo trabalho *versus* capital.

Do que pudemos observar e captar dos estudos já realizados sobre o *Pólo de Confeccões do Agreste*, fica evidente a importância da operação de faccionamento da produção e do trabalho a domicílio e familiar. Considerando que não só as *faccões* mas, também, os *fabricos* em geral, são estabelecimentos instalados em anexos ou mesmo no interior das residências dos seus donos, é possível dizer (afirmar) que a grande maioria dos que trabalham nas atividades do *Pólo* o fazem em suas próprias residências ou nas residências de outros, em geral de familiares que os empregam.

Identificamos *fabricos* que chegam a *faccionar* mais de 50% da produção, como é o caso do empreendimento organizado pela Açucena, irmã do Dono do Fabrico C e filha da Dona Dália. Ela direciona grande parte da sua produção para as costureiras a domicílio, realizando no seu domicílio apenas os processos iniciais e o acabamento: “eu vou comprar tecido, aviamento, *infestar*, que depois disso aí mando pras costureiras. Aos sábados é onde vai dá o acabamento em casa” (Açucena, Entrevista em 08/11/2010).

Nesses termos, a atividade produtiva do *Pólo* se mostra caracteristicamente flexível, quanto às formas de organização produtiva e de relações de trabalho, o que propicia muitas possibilidades de entrada, assim como de saída.

Observamos, nas trajetórias de D. Margarida e de seus familiares, que várias foram, e têm sido, as formas de inserção das mulheres na atividade de confecção, variando desde a produção de peças próprias com o faccionamento para as costureiras

externas até modos diversos de combinar a atuação em *fabrico* próprio e a condição de *faccionadas* para outros. Como exemplo temos o caso de D. Orquídea (filha mais nova da Dona Margarida), que em dado momento tinha um *fabrico* domiciliar, que produzia *shorts* a partir de retalhos emendados, ao mesmo tempo em que vendia *shorts* de outro fabricante de qualidade superior: “O meu era emendado e os que eu pegava [pra vender] era inteira. Era só de um pano só” (Orquídea, Entrevista em 08/11/2010).

Portanto, a subcontratação da produção já vem nesse escopo, como uma prática antiga, não necessariamente como sendo orientada a partir das concepções de especialização das grandes empresas capitalistas, mas fruto desse processo de conformação e afirmação da *sulanca*. Contudo, mesmo com algumas transformações ocorridas na produção de confecções no *Pólo*, com o desenvolvimento de empresas de grande porte (a exemplo da *Rota do Mar*), as relações que conformam esta experiência comportam uma enorme flexibilidade. Através das conversas realizadas com as costureiras, pudemos perceber que desde aquele momento até hoje, elas desenvolviam e continuam desenvolvendo atividades na confecção sob variadas formas: ora organizando seus próprios *fabricos*, ora trabalhando em *faccões*, ora mantendo seu *fabrico* e trabalhando *faccionado* para terceiros, assim como além de atuar na produção atuam também na venda de mercadoria de outras pessoas e, por vezes, produzindo e comercializando suas peças nas *feiras da sulanca*.

A produção de confecções funciona como uma “rede”, cujos elos são construídos a partir do trabalho *faccionado*, domiciliar, familiar, informal, precário, que por sua vez, são perpassados por pelas relações sociais de gênero e por uma reconstituição da dinâmica rural/urbana. Procuramos identificar tais dimensões nas suas características particulares e nos seus nexos entre si. Prosseguiremos nessa direção, voltando-nos para as relações entre o trabalho domiciliar familiar e as relações de gênero.

4.2 - O trabalho domiciliar e as relações de gênero na dinâmica produtiva do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco

A conformação das relações de gênero no âmbito das atividades produtivas do *Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco* constitui uma importante dimensão para compreensão dos contornos desta experiência. Considerando-se, de um lado, que as relações de trabalho, especialmente na forma do trabalho a domicílio, estão profundamente permeadas pela questão familiar e, por outro, que o padrão de relações

familiares, na formação histórica do país e da região aqui em foco, constituíram-se sob forte referência no patriarcado, é possível dizer que a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero têm tido um peso decisivo sobre as relações de trabalho predominantes historicamente no *Pólo de Confecções*.

Em outras palavras, as relações de faccionamento, o trabalho a domicílio, as formas disfarçadas de assalariamento ocorrem sob processos de diferenciação entre a força de trabalho masculina e feminina. Um primeiro elemento, fornecido por meio das entrevistas se refere ao desempenho no trabalho. O fato de só haver homens trabalhando no Fabrico C é explicado pelo seu proprietário com o argumento da dificuldade que as mulheres têm no manuseio de determinadas máquinas e no acompanhamento do ritmo de trabalho no interior do *fabrico*: “É porque é mais puxado aqui dentro, sabe? Nessas outras máquinas mais rápidas. Aí, o homem aguenta mais *repuxo*, faz mais *cerão*!” (Dono de Fabrico C, Entrevista em, 09/11/2010). O equipamento ao qual o Dono do Fabrico C fez referência na sua narrativa é a máquina *zigue-zague vinte e um*, uma máquina industrial tecnologicamente mais avançada. As costureiras a domicílio (no geral) não dispõem de meios suficientes para adquirir este equipamento, pois seu custo ainda é alto. Por não possuírem o equipamento, não têm a habilidade necessária para manuseá-lo, uma vez que a capacitação para trabalhar com as máquinas de costura vem do uso cotidiano e não de qualificação através de cursos formais, entre outros.

Contudo, o que se torna mais relevante para a não contratação destas mulheres no *fabrico* é a naturalização da responsabilização das tarefas de reprodução social sobre elas. O fato de serem mães e esposas torna-se um impedimento para a inserção destas costureiras no trabalho remunerado fora de casa. Um funcionário do Fabrico C, mesmo admitindo que as mulheres possam operar as máquinas e “aguentar” a dinâmica do *fabrico*, justifica a não existência de costureiras no trabalho dentro desta unidade produtiva devido ao fato delas serem casadas e com filhos: “as mulheres *trabaia* em casa. São casadas também, né?! Que elas têm menino. Aí só *trabaia* homem [no *fabrico*]” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010).

No que diz respeito à jornada de trabalho, se os trabalhadores que desenvolvem suas atividades dentro do *fabrico* conseguem manter uma jornada fixa diária, o mesmo não ocorre no caso das costureiras a domicílio. O fato de exercerem o trabalho remunerado em suas residências faz com que as mesmas não consigam dimensionar quantas horas dedicam-se à costura por dia: “Não sei dizer as horas certas, não, porque a gente trabalha todo dia em casa, aí a gente não marca, assim. E trabalha também por

peça, que as meninas que trabalha, trabalha por peça, aí num tem hora certa” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Além do trabalho remunerado, fica a cargo das costureiras a responsabilidade na execução das tarefas domésticas. Isso faz com que elas não estabeleçam um limite entre o trabalho produtivo e o da reprodução social: “Tinha as crianças! Tinha que levar as crianças na escola, tinha que pegar as crianças na escola, tinha que fazer almoço, costurar [...]” (Orquídea, Entrevista em 08/11/2010).

Outro elemento que demonstra as diferenciações referidas às relações de gênero na produção de confecção para o *Pólo* é a baixa remuneração das mulheres. Os serviços que são direcionados às costureiras externas geralmente são fixados com valores menores, variando de R\$ 0,03 a R\$ 0,10 centavos cada um. Tomando por base a remuneração do funcionário do Fabrico C, mencionada no item anterior, temos que ele confecciona cerca de 600 peças por semana a R\$ 0,50 cada uma, para receber semanalmente a remuneração informada de R\$ 300,00. Uma costureira a domicílio que costura bolsos para o mesmo *fabrico*, para receber o mesmo rendimento, precisaria produzir 3.000 peças semanalmente, ou colocar bolso e fazer o embanhado (cada um a R\$ 0,10) de 1.500 calças. E mais, como o Fabrico C tem uma produção semanal em torno das 2.000 peças, o horizonte de ganho de uma costureira que costure apenas bolsos é de apenas R\$ 200 por semana. Projetando um salário mensal a partir desta realidade, chegamos à constatação de que ao final do mês estas mulheres recebem apenas 2/3 (R\$ 800,00) do valor pago ao trabalhador do sexo masculino do mesmo fabrico (R\$ 1.200,00).

Como elas não dispõem de máquinas mais sofisticadas, não conseguem receber um valor melhor pelo tipo de costura que fazem. Por conta desta situação é grande o volume de produção que passa pelas mãos destas costureiras cotidianamente, pois elas precisam produzir em grande quantidade para conseguir obter uma remuneração compatível com suas despesas mensais. Algumas delas chegam a colocar seiscentos bolsos em menos de um dia de trabalho: “Nós botando bem cedo, quando é de tarde pode ir pegar que elas têm botado seiscentos bolsos” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010). Isto porque, “se não for assim não adianta, não” (D. Rosa, Entrevista em 08/11/2010).

A necessidade de ampliação dos rendimentos aliada à junção das tarefas domésticas submete as mulheres a jornadas de trabalho ininterruptas: “quando eu trabalhava pra mim, não tinha hora, não, era de madrugada...” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). Para dar conta do trabalho contratado e dos afazeres domésticos,

muitas das costureiras deixam a maior parte do cuidado com a casa para os dias de folga: “O sábado e o domingo eram dias de fazer limpeza em casa. Aí na segunda já começava o *batido* de novo. É como o povo lá vive, também ainda hoje [...]” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Nos casos em que as costureiras não podem executar as tarefas domésticas, uma saída é remunerar outra pessoa para tal: “Hoje, quem cuida da minha casa é a minha menina, que mora em Santa Cruz. Ela paga uma menina pros serviços mais pesados de arrumar casa, fazer faxina, passar pano, lavar prato, porque eu não posso me esforçar, porque eu tenho um problema no coração” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Mesmo nestes casos, a remuneração de outra pessoa não desobriga as costureiras do cuidado doméstico: “Tinha uma menina que cuidava [da filha mais nova], só que a menina era muito descansada. Eu estando em casa eu ficava costurando, mas olhava ela e a menina ficava cuidando” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Quando não é possível remunerar uma cuidadora, quem exerce esse papel é uma mulher da própria família:

Tinha a minha menina que era muito esperta, que já tinha 10 anos. Praticamente a casa era ela quem tomava de conta. E eu era só mais nas costuras. E ela tomava conta dos meninos e da casa e eu encostada também, ajudava ela. Eles iam pra escola e quando chegavam eu cuidava (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Essas costureiras também assumem o cuidado dos netos para viabilizar a atividade remunerada de suas filhas, como ocorre no caso da filha da Dona Hortência: “As crianças ficam com a minha mãe, minha mãe foi praticamente quem criou os meninos, quando eu estava no mundo, praticamente ela foi quem criou” (Crisântemo, Entrevista em 17/01/2011).

A participação dos maridos e filhos sempre foi e ainda é praticamente inexistente na execução das tarefas domésticas. Quando as fazem isso aparece, para eles próprios, mas também para as próprias esposas, como “ajuda à mulher”: “Sim! Ajuda. Toma conta do menino. Ele me ajuda nas coisas do final de semana. Ele ajuda muito também” (Açucena, Entrevista em 08/11/2010). Na maioria dos casos essa “ajuda” não é permanente: “às vezes quando chegava, meu marido também ajudava. Quando eu chegava já estava assim, coisa pronta, praticamente a casa estava arrumada, mas não era toda vez não, era muito difícil isso acontecer” (Crisântemo, Entrevista em

17/01/2011). Por sua vez, os homens justificam a não realização das tarefas domésticas porque não gostam ou porque as vêem como responsabilidade das mulheres:

Atividade dentro de casa só quem manda é dona Hortência mesmo! Ela manda em tudo, manda *neu!* Não boto nem o bico! [...] Não gosto, não! Nunca fiz! Também não tenho obrigação porque nunca precisou, agora, se tiver precisão, a pessoa aprende a fazer tudo no mundo! (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

“Não gostar” de fazer as tarefas domésticas parece uma prerrogativa acessível apenas aos homens, uma vez que às mulheres não há a alternativa de não realizar as tarefas domésticas porque não gostam ou não sentem a necessidade em realizá-las.

De outra parte, ao analisar-se a experiência do *Pólo de Confeccões* é preciso levar em consideração o aumento da inserção de trabalhadores do sexo masculino em atividades consideradas “femininas”, tais como: manusear máquina de costura, passar roupa, entre outras. É muito comum vermos homens trabalhando nos *fabricos e facções*, como no caso do Fabrico C, em que só trabalham homens, sem que isto gere algum tipo de preconceito ou discriminação, pelo menos de modo mais explícito. O Funcionário do Fabrico C, por nós entrevistado, nos afirma que nunca foi vítima de piadas e nem de comentários preconceituosos e que se orgulha da sua profissão: “Eu me sinto mais costureiro!” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/ 2010). Essa é uma mudança importante, pois de acordo com informações levantadas durante a nossa pesquisa, os homens da primeira geração da família da Dona Margarida (filhos, cunhados, genros), quando se envolviam nas atividades da costura, sempre o faziam de forma secundária. No geral, eles tinham uma ocupação principal, muitas vezes no próprio segmento da confecção (como motorista de transporte alternativo, vendedor ambulante, moto taxista, pedreiro, marchante, confecção e aluguel de bancos para feira etc.), mas o trabalho com a costura era feito como apoio aos *fabricos* coordenados pelas mulheres, de forma periférica. Hoje é muito mais comum vermos a costura como atividade principal dos homens, seja em *fabricos* ou *facções*.

Porém, o que no mundo do trabalho remunerado nos sugere uma alteração na clássica divisão sexual do trabalho, no âmbito da vida privada ainda identificamos a mesma realidade de não responsabilização dos homens com os trabalhos considerados “de mulher”. Esse mesmo funcionário que acha “normal” homem costurar, quando perguntado sobre sua participação no cuidado com a casa, ele se restringe a afirmar que cumpre com sua obrigação mantendo, como provedor, a feira da família semanalmente:

“A casa eu mantenho toda semana. Na segunda ou na terça mando as frutas, mando o dinheiro de fazer feira, comprar uma carniinha e pronto!” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010). Ele mora com sua avó, Dona Margarida, e ela é quem faz todo o trabalho de casa: “minha vó, as meninas, as netas, sempre que as tias tão aqui, faz” (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010). Em outras palavras, é mais aceitável os homens costurarem como uma atividade remunerada do que fazer o mesmo na dimensão do trabalho reprodutivo, no interior do lar.

O peso da responsabilidade com as atividades domésticas se coloca com tal força para as mulheres, na dinâmica produtiva do *Pólo*, que muitas vezes elas optam por largar o trabalho remunerado formal para trabalhar em casa em função do cuidado com os filhos pequenos:

Meu menino adoeceu, aí eu saí pra ficar dentro de casa cuidando dele. Eu tirei licença e quando terminou a licença eu achei bom ficar em casa e trabalhar com os meninos e não voltei mais. Fui lá, pedi demissão e saí do serviço. Aí, fiquei costurando em casa, comecei a costurar pra fora, pra os outros, pra uma loja. Eles traziam as costuras e eu costurando pra eles, eu achei *mais melhor* (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Semelhante à Dona Dália, Dona Hortência também pediu demissão do trabalho por causa das crianças: “Saí porque eu não queria mais trabalhar, por causa das duas meninas pequenas. Pra chegar em casa fazer as coisas, não aguentei mais não. Aí fiquei trabalhando em casa” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011). Aqui se verifica a atualidade em que consiste uma reflexão nos termos da divisão sexual do trabalho na dinâmica do *Pólo de Confecções*, pois ela marca expressivamente a vida das mulheres. Nestes casos houve uma realocação da execução do trabalho formal remunerado no âmbito público para o trabalho produtivo, informal e precário executado na privacidade dos domicílios das costureiras, como forma de facilitar a execução das tarefas domésticas. A reprodução do trabalho a domicílio, se interessa aos empregadores enquanto uma estratégia de flexibilização e precarização das relações de trabalho, também se alimenta da condição imposta à mulher, quanto à sua responsabilização com os cuidados com as questões domésticas.

Outra dimensão das diferenciações de gênero, presentes na dinâmica produtiva do *Pólo*, relaciona-se com a qualificação e escolaridade das trabalhadoras. Todas as costureiras entrevistadas possuem pouca escolaridade e interromperam os estudos no momento do casamento: “Quando eu casei, parei... no ano que eu estava estudando a

quinta-série” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Mesmo as que trabalharam como enfermeiras não concluíram o ensino médio, muito menos fizeram alguma qualificação na sua área: “As minhas amigas de enfermagem elas estudavam e diziam: ‘menina, vamos estudar’. E não quisemos estudar, que tinha menino pequeno, achava difícil. Tudo eu achava difícil, aí não fui” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Segundo as entrevistadas, seus maridos não impediam que elas estudassem: “Lá em casa nós não *tinha* esse negócio, porque um combinava, o outro também! Nem eu, nem ele não *sabia* ler, nossa leitura é desse tamanho. Ele assinava e pronto!” (D. Margarida, 08/11/2010). Entretanto, a condição de ter que assumir o cuidado com a casa, com o marido e os filhos as “obrigava” a interromperem os estudos: “Parei os estudos na sexta série. Me casei, aí fui criar os meninos. Depois, não pude mais estudar mesmo, porque o marido não ficava com as crianças, pra estudar! (Orquídea, Entrevista em 08/11/2010). Ou seja, a proibição de continuar os estudos não necessariamente era verbalizada, se apresenta como impedimento velado, uma vez que a postura dos maridos em não assumir o cuidado, principalmente dos filhos, inviabilizava o retorno à sala de aula pelas mulheres.

Assim, percebemos o quão imbricados se encontram o trabalho familiar a domicílio e uma divisão sexual do trabalho que, de um lado, atribui às mulheres o peso maior da responsabilização pelas questões domésticas e, de outro, impõe às mulheres condições de trabalho mais precarizadas. Que especificidades tal situação coloca nos espaços que, embora rurais, se articulam no território produtivo do *Pólo de Confeccões*?

4.3 - O trabalho faccionado realizado pelas mulheres nos domicílios rurais da Paraíba

Como já anunciado, uma das dimensões significativas da nossa pesquisa refere-se à interface urbana/rural. Em outros termos tem a ver com a relação entre as atividades industrial e agrícola, observada a partir da trajetória das personagens aqui focadas, que migraram para Santa Cruz do Capibaribe (acompanhando o fluxo da formação e consolidação da produção de *sulanca*) e que depois retornaram para a Paraíba e para a vida no campo, em um assentamento.

Um primeiro elemento desta dimensão, identificado durante a pesquisa, foi o de que, no geral, o capital acumulado para o início da atividade veio da atividade agrícola, quando as famílias vendiam suas terras para irem morar na cidade, empregando este capital na produção de confecção. Conforme Lira: “O êxodo rural, onde muitas famílias

vendiam seus sítios e partiam para as cidades também gerou o capital para se iniciar, em alguns casos, a produção da *sulanca*” (LIRA, 2006, P. 103). Mesmo para os que não migraram, mas se envolveram na confecção de alguma maneira, o fizeram com recursos oriundos da produção agrícola, como por exemplo, na aquisição das primeiras máquinas de costura. Neste sentido, portanto, podemos inferir que, historicamente, a atividade agrícola serviu como uma espécie de *acumulação primitiva*⁴⁶ para o início da atividade no *Pólo do Agreste*. No caso das famílias aqui estudadas, elas se desfizeram de muitas das coisas que tinham acumulado no trabalho agrícola que desenvolviam antes de migrarem para Santa Cruz. Chegando lá, esses recursos serviram para subsidiar sua inserção no trabalho com confecções: “Nós *tinha* casa na Prata. Aí, a gente vendeu a casa que tinha na Prata e *compremos* uma casa lá [São Domingos]” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Por outro lado, também percebemos outro movimento: a partir do momento em que conseguiram acumular algum capital com a produção da *sulanca*, elas reinvestiram em imóveis nas localidades de origem, no estado da Paraíba: “eu tinha comprado uma casa, aí na Prata, ao meu irmão. Era bem baratinha a casa, uma taperinha! Aí eu disse: ‘Ô Daí, porque a gente não ajeita aquela casa e vamos *simbora* pra lá?’ (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011).

Essa ligação com a origem rural fez com que parte das nossas costureiras entrevistadas retornasse à Paraíba, com exceção da Dona Margarida, que, mesmo demonstrando não gostar de morar em Pernambuco (“eu moro aqui a pulso!”), permaneceu em São Domingos, em função dos seus filhos, que ficaram com a tarefa de cuidar dela: “só *tá* aqui os que *cuida deu* [Orquídea e Hibisco]! Se eles não tivessem aqui e tivessem lá, eu já tava lá também, onde eles tivessem!” (D. Margarida, Entrevista em 08/11/2010).

Os homens das famílias das costureiras nunca perderam o contato com a agricultura, mesmo no período em que estavam trabalhando na região do *Pólo*: “Ele *trabaiava* noutra coisa, mas no inverno era roçado por cima de roçado. Era milho, feijão, ele lucrava!” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Por isso, o retorno das

⁴⁶ A acumulação primitiva é um conceito desenvolvido por Marx no *Capital*, o qual diz ser esta uma forma primeira (“pré-histórica”), o ponto de partida para a acumulação capitalista, como processo histórico de separação entre o produtor de seu meio de produção. Esse processo foi possível devido aos mecanismos de expropriação dos camponeses com o uso, inclusive, da violência. “O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 1984, p. 263).

famílias para a zona rural da Paraíba foi condicionado, na maioria dos casos, pelo desejo desses homens, pois eles mantinham uma espécie de fluxo sazonal entre os dois estados: “Quando ficava ruim lá, eu vinha *mimbora*, passava três, quatro *méis em cima* do roçado, pronto! Passava uns dias pra lá [em São Domingos] e pronto!” (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011).

Ao retornarem à sua região de origem encontraram a oportunidade de possuírem um pedaço de terra no Projeto de Assentamento Serrote Agudo, que estava se constituindo na época. Desta vez, as mulheres trouxeram a experiência do trabalho com a costura e, chegando ao assentamento, continuaram desenvolvendo atividades para os empreendimentos do *Pólo de Confeccões do Agreste*:

Aqui no assentamento eu não tinha muito lá o que fazer, que a gente não criava nada. A menina mais nova, quando eu vim pra cá, tava com um ano já. Aí tinham as outras que cuidavam. Me ajudava em casa e cuidavam com elas. Aí eu costurava. Era pecinha pouca porque em casa mesmo você querendo dá pra fazer (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

O trabalho com confecção passou a coexistir com as atividades agrícolas e agropecuárias realizadas pelas famílias aqui em foco. Com as máquinas que trouxeram da sua antiga ocupação, elas passaram a comprar tecidos de qualidade inferior e confeccionar peças simples para vender: “Costurava umas coisinhas pra vender. Comprava os retalhinhos e fazia: shortinho, camiseta... Vendia por aqui mesmo” (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

O retorno ao mundo rural ocorreu numa condição melhor que outrora, refletida na melhoria da estrutura e estabilidade. Se antes essas famílias viviam na Paraíba na situação de posseiros, meeiros, arrendatários e, às vezes, pequenos proprietários, sem nenhum apoio, sem terra para cultivar e criar seus próprios animais, hoje são assentadas da Reforma Agrária, podendo desenvolver suas atividades em terra própria: “Que eu vejo gente que chegou aqui que não tinha nem uma cabra pra criar, não criava nem uma galinha, que não podia. Hoje tem casa pra morar, tem terra pra trabalhar, cria seus bichos” (S. Cravo, Entrevista em 17/01/2011). De volta à vida no campo, as mulheres passam a incorporar à sua jornada de trabalho as atividades agrícolas:

De manhãzinha eu me levanto cedo Eu vou, ajeito os bichos mais os meninos, ali. Hoje mesmo até boi eu vacinei! Tinha um garrote brabo...e quando fui vacinar ele cismou, quando peguei nas *oreia* dele... aí eu vacinei! (...) Ipê vai tirar o leite, eu vou buscar. Carmim vai, a gente vai tirar ração, eu vou ajudar ele botar em cima da

carroça! É assim, serviço que a gente pode fazer até umas oito horas eu faço. Aí vem pra casa, cuidar das coisas da casa (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

O dia para estas mulheres começa a partir das 05:00hs da manhã e elas o organizam de forma a encontrar tempo para as atividades domésticas, agrícolas e o trabalho com a costura:

Acordo cedo porque tenho o que fazer, porque quanto mais cedo que a gente resolver o serviço de fora é melhor, pra o sol não esquentar. [...] E ajeitar os bichos, é tirar ração, botar ração pra bicho, é apanhar uma vagem de feijão, quebrar um milho, essas coisas. Só presta pra fazer cedo [...].O resto do dia, esperar esfriar o sol, pra gente continuar de novo com a luta de *de manhã*, de dá tempo de fazer as costuras (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Estas mulheres participam ativamente da rotina do assentamento e todas elas desenvolvem alguma atividade agrícola ou agropecuária. Muitas criam cabras e cultivam uma horta coletiva que existe na comunidade:

Na caprinocultura, desde a plantação da *silagem*⁴⁷ até tomar conta das cabras, alimentar as cabras, tirar o leite, elas estão envolvidas em tudo. A gente tem mulheres aqui que a gente vê, de manhã já passa levando os bichos, já vai tirar ração. Elas mesmas tiram, os esposos já vão pra outras atividades e elas mesmas dão conta (...) Como a horta ela exige uma hora mínima das mulheres, as mulheres vão lá de manhã...aguar e, às vezes, fazem suas plantações, dá uma limpada, uma trabalhada... e à tardezinha... E elas tão sempre em atividade (Crisântemo, Entrevista em 17/01/2011).

Contudo, percebemos pela forma como elas abordam a temática do seu cotidiano no assentamento que é forte o discurso de que, nas atividades agrícolas, o trabalho delas representa uma “ajuda” ao marido:

Agora, por enquanto, não tô podendo mais trabalhar na roça, devido minhas doenças. Só quem tá trabalhando agora é meu esposo. Aí, amanhece o dia, eu ajudo ele com os bichos, assim, o que eu posso fazer, o que eu não posso ele toma conta, e vou cortar meus panos pra mandar costurar pra levar pra lá [Santa Cruz] novamente, e continuo costurando sempre (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

O Estudo elaborado por MELO & DI SABBATO (2006) a partir dos dados da PNAD 2004 cujo foco foi olhar a problemática das mulheres no meio rural, aponta que

⁴⁷ Ensilagem é uma técnica utilizada pelos agricultores e agricultoras para estocar forragem animal, a ser utilizada principalmente no período mais seco do ano, quando fica escassa a alimentação para as criações.

o patriarcado tem-se mostrado extremamente arraigado nas relações sociais no campo e por isso o trabalho desenvolvido por elas na agropecuária é definido como uma “ajuda”. A partir desta percepção podemos deduzir que há atividades agrícolas que parecem ser mais centrais para os homens e o papel exercido pelas mulheres é relegado a uma condição secundária. É muito comum vermos o cultivo das lavouras e criação de animais de grande porte associados ao trabalho do homem, ou seja, a “grande produção”, enquanto às mulheres, mesmo participando desta produção, são consideradas como “ajudantes da atividade do marido”:

As mulheres estão bastante envolvidas com as atividades dos maridos. As mulheres que os maridos têm um projeto de algodão também tão lá trabalhando junto com eles. As que também plantam milho, feijão, outras atividades da agricultura por fora... (Crisântemo, Entrevista em 17/01/2011).

Esta é também uma questão importante para entender a interface entre o rural e o urbano, no âmbito do território produtivo do *Pólo de Confeccões*. Historicamente, a dimensão do trabalho produtivo, seja urbano ou rural, sempre foi de responsabilidade dos homens e, no caso da agricultura, o que sobrava para as mulheres era a criação dos pequenos animais, a “ajuda” no plantio e na colheita, além de todo o trabalho doméstico.

Dados deste estudo demonstram que há uma predominância dos homens nas lavouras (permanentes e temporárias) e na pecuária, representando 80,7% de toda a ocupação masculina, enquanto para as mulheres que vivem no campo, nessas mesmas atividades, o percentual fica em torno de 54,9%. Em outra direção a criação de pequenos animais e o cultivo de horticultura/fruticultura ocupam 25,1% e 15,2% das mulheres, respectivamente. Para os homens, esses percentuais são de 2,6% e 8,2%. Uma das explicações desta realidade é que a criação de aves e pequenos animais e o cultivo das hortaliças geralmente são executados nos arredores de casa e têm como primeiro destino a mesa, ou seja, a alimentação da família. É o que observamos no caso de nossas entrevistadas:

Galinha é a coisa mais difícil da gente vender! Galinha e ovo não dá pra vender, não, só dá pra comer mesmo! Só dá pra comer, porque de vez em quando chega uma das meninas e diz: mãe tem um ovo, tem isso? Aí só dá pra comer mesmo (...). Que criação⁴⁸ também é difícil demais a pessoa vender uma, porque quando tem uma que presta pra

⁴⁸ Aqui ela está se referindo a criação de cabras e ovelhas.

comer, a pessoa já come e já não vai comprar né?! Já mata pra comer (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Ainda de acordo com o diagnóstico acima citado, em 2004 havia cerca de 40,7% das mulheres envolvidas com atividades de autoconsumo na agropecuária e o contingente masculino era de apenas 8,9%. Estes dados demonstram uma das dimensões que têm sido ocultadas neste tipo de debate que é a invisibilidade do trabalho das mulheres, aqui especificamente do trabalho das agricultoras. De acordo com Melo & Di Sabbato (2006, p. 54):

Como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos. Porque não existe nenhuma razão técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo, a não ser o fato de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família. E, de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho (MELO & DI SABBATO, 2006, p.54).

Este trabalho exercido pelas mulheres representa, num primeiro aspecto, uma economia para as famílias, pois, mesmo que não consigam vender seus produtos (ovos, galinhas, queijo, cabra, ovelha), elas não precisam comprar, muitas vezes, até preferem não vender para ter o que comer. Mas também com estas atividades produtivas as agricultoras conseguem assumir algumas responsabilidades, às vezes tidas como menos importantes para os homens, como a compra do material escolar das crianças, a compra de roupas, sapatos, entre outros. Em geral é com o dinheiro da venda dos animais, de ovos, queijo, que elas conseguem recursos para tal.

As atividades agrícolas mais valorizadas são consideradas “coisas de homem”, as mulheres, neste aspecto, são apenas “ajudantes”, figuras secundárias. Esta situação faz com elas não sejam consideradas sujeitos fundamentais no planejamento da propriedade como um todo e na definição dos destinos da safra. Para as agricultoras sobram as ditas pequenas tarefas, menos valorizadas e consideradas complementares à atividade principal, que é executada pelos homens. Já, no âmbito do trabalho reprodutivo (trabalho doméstico) há uma inversão dos papéis: as tarefas domésticas continuam como sendo “coisas de mulher” e quando executadas pelos homens são consideradas “ajuda”. Portanto, aqui estão presentes elementos que demonstram a forma como se

apresentam as relações de gênero no espaço rural, dialogando com a clássica divisão sexual do trabalho, onde há a separação entre o trabalho produtivo (a cargo do homem) e o reprodutivo (sob a responsabilidade das mulheres).

O fato das mulheres estarem, em grande parte, nas atividades de autoconsumo, nos sugere pensar em termos da geração de renda. Também o diagnóstico acima referido nos dá algumas pistas sobre esta questão, quando demonstra que a presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho destinado ao autoconsumo (MELO & DI SABBATO, 2006, p. 64). Em outras palavras, 2/3 das mulheres continuam trabalhando para “ajudar” a família. Neste sentido um dos apontamentos do estudo é de que: “as mulheres trabalham, mas não ganham” (MELO & DI SABBATO, 2006, p. 63).

No nosso entender há aqui mais um elemento que nos ajuda a compreender a permanência do trabalho com confecções nos espaços rurais. Ou seja, elas necessitam de uma renda monetária para dar conta de outras dimensões de suas vidas, como a compra de itens industrializados e até mesmo os gêneros alimentícios que não produzem, além do pagamento das despesas com transporte, energia⁴⁹, entre outros. No caso da nossa pesquisa, as mulheres afirmam que a agricultura não consegue manter uma renda monetária suficiente, nem regular, para as famílias:

Dinheiro da agricultura não dá pra ninguém tirar não! Só se você não criar, porque se você cria, tem que plantar, lucrar pra alimentar! Porque tem cavalo, tem cabra, tem ovelha, tudo no mundo! Tudo é coisa que come milho! A gente *vamos* pedir a Deus pra nós *lucrar* pra ninguém comprar, pra ter pra dar aos bichos (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Há, assim, importantes limites para a existência de uma renda monetária advinda exclusivamente da produção agrícola. Um deles é referido às questões climáticas, uma vez que as catástrofes ambientais, seja pela falta ou excesso de chuva e as doenças que acometem os rebanhos são ameaças permanentes à produção agrícola e à geração de renda destas agricultoras: “(..) eu tinha tanta galinha! Quando eu precisava de um dinheirinho vendia a dez real, mais era bom! *Apôis* deu uma doença que nós *tirava* de carroça cheia” (D. Violeta, Entrevista em 18/01/2011). Também nos anos de safra ruim ou inexistente as famílias não conseguem nem colher os grãos suficientes para sua

⁴⁹ Todas as casas do assentamento possuem energia elétrica.

alimentação no período da entressafra. E, mesmo quando a safra é satisfatória, o custo de manutenção da terra é alto para os agricultores e agricultoras:

A gente nessa época gasta muito na agricultura. Um dia de serviço é R\$25,00 a R\$30,00 reais. E a gente tem que colocar *trabaiador* porque os meninos⁵⁰ *trabaia* tudo fora. A gente tem que colocar *trabaiador*. Só de aração de terra pra arar esse ano foi R\$1.000,00 reais que a gente pagou! (D. Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Também, quando existem experiências que subsidiem o escoamento da produção, os limites apresentam-se expressivamente. Atualmente o assentamento vem sendo beneficiário de políticas governamentais, de compra subsidiada da produção da agricultura familiar, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA⁵¹. Os assentados vendem leite de cabra para serem distribuídos às famílias carentes inscritas no Programa Leite da Paraíba⁵². Este tem se configurado como uma importante, senão a principal, fonte de renda para as famílias produtoras. No entanto, os problemas burocráticos (redução da cota por família) e a falta de regularidade no pagamento aos fornecedores estão causando prejuízos aos agricultores: “a usina⁵³ agora não tá pegando mais muito leite, só tem aquela cota. Porque só tem dezessete litros, vinte e poucos por agricultor. Não pode botar mais, não!” (Dona Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Observe-se, aqui, que a responsabilidade do cuidado das cabras e da venda do leite antes era também realizada pelas mulheres, mas gradativamente vem sendo transferida para os homens (maridos, genros, filhos), mesmo quanto ao rebanho que foi adquirido por elas em 2004, como resultado de um projeto produtivo que visava o apoio

⁵⁰ Aqui ela está se referindo aos seus filhos.

⁵¹ O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado no ano de 2003, dentro da estratégia do programa Fome Zero e tem como objetivo “garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo”. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa. Acesso em 28 de junho de 2011.

⁵² O programa Leite da Paraíba foi criado no ano de 2003, com o objetivo de “distribuir leite para as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza, assegurando seus direitos à alimentação, ao mesmo tempo em que possibilita um aumento da renda dos pequenos produtores, garantindo a compra de leite a preço justo, sem atravessadores”. Esta é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executado na Paraíba pela FAC - Fundação de Ação Comunitária, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. Atualmente, beneficia 120 mil famílias que vivem abaixo da linha da pobreza nos 223 municípios do Estado, onde cada família assistida recebe um litro de leite por dia. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/4041/secretaria-intensifica-acoes-do-programa-do-leite-da-paraiba.html>. Acesso: 06 de agosto de 2011.

⁵³ A usina é a unidade receptora do leite fornecido pelos agricultores para o Programa Leite da Paraíba e é de sua responsabilidade o beneficiamento do laticínio. Ela é gerenciada por uma associação de produtores que organiza o cadastro dos fornecedores e o pagamento.

a grupos de mulheres⁵⁴. Essa situação também dialoga com os apontamentos da pesquisa, uma vez que as atividades pecuárias, quando realizadas pelas mulheres, não são remuneradas, justamente pela noção de que elas são coadjuvantes no âmbito da família, cumprindo sua função de “ajuda”. Grosso modo, se a atividade pecuária é remunerada (venda do leite das cabras) não é “coisa de mulher”. Contudo se não o é, ou não tem importância para tal, o trabalho feito pelas agricultoras é complementar.

Os limites das estratégias de obtenção de uma renda monetária exclusivamente agropecuária, associado às diferenciações de inserção das mulheres nesta dinâmica produtiva talvez se apresente como um indício importante para entendermos o porquê da permanência do trabalho com confecção nos espaços rurais. Hoje existe no assentamento um *fabrico*, organizado por Dona Dália (em sua casa), que confecciona calças esportivas para crianças, utilizando sobras de retalhos do Fabrico C, que é de propriedade do seu filho. Para dar conta da produção ela utiliza a força de trabalho de outras três costureiras externas, do próprio assentamento, sendo uma delas sua irmã Dona Rosa. Do ponto de vista do processo produtivo e da remuneração do trabalho, não há diferença com o que é praticado nas cidades do *Pólo de Confeções*, mas é possível indicar algumas particularidades.

Uma destas particularidades relaciona-se com a questão da produtividade que, neste caso específico, é bem menor do que a realizada nos *fabricos* urbanos: “A quantidade de peças agora está pouca. Porque eu costuro mais a menina, mas a gente sempre está costurando *mais pouco*: 100, 200 peças por semana (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Acrescenta que quando tem muitas encomendas elas fabricam no máximo 500 peças por semana. Esta é uma forma de dosar o ritmo de trabalho, equilibrando a jornada entre o trabalho agrícola, o doméstico e o industrial. Um exemplo disto é o fato delas não costurarem à noite: “De manhã e de tarde [...]. À noite não costura, não” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Também isso ocorre em função da necessidade que elas têm em organizar o seu trabalho de acordo com o ritmo e a sazonalidade da produção agrícola, pois há tarefas que dependem da natureza e não podem ser deixadas para depois, como o período de plantio e colheita.

⁵⁴ Desde o ano de 2002 existe um trabalho realizado pelas organizações Centro da Mulher 8 de Março e Cunhã Coletivo Feminista, voltado para o fortalecimento social, político e econômico das mulheres na região do Cariri paraibano. Fruto desta ação, essas duas organizações e as mulheres do assentamento conseguiram elaborar um projeto produtivo e acessar um recurso disponibilizado pelo Projeto Dom Helder Câmara, que é do Governo Federal e trabalha na linha do desenvolvimento sustentável para o Semi-árido.

Além deste *fabríco*, também há mulheres que costuram por conta própria, em seus domicílios, para Santa Cruz do Capibaribe, como no caso de Dona Hortência. Ela mesma organiza a compra dos tecidos, de linhas e de aviamentos, corta, confecciona as peças e vende na feira de Santa Cruz: “Aí, aqui acolá eu faço. Final de ano mesmo eu fui, botei na feira. Ainda vendeu umas coisinhas”. (D. Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

De acordo com os relatos das mulheres, apesar dos baixos rendimentos obtidos com a confecção de roupas, estes têm um papel importante na composição da renda familiar. O que elas apuram com a costura, em muitos casos, equivale, na média, entre meio e um salário mínimo e o utilizam para pagar despesas com passagem, medicação, compras para as necessidades da casa, entre outros: “Eu divido. Medicamento, médico, passagem. Que agora minhas coisas *tudim é* mais essas coisas mesmo, só gastando, e as despesas de casa que a gente precisa comprar (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Com esse dinheiro elas conseguem, inclusive, comprar presentes: “Esses duzentos [reais] foi na semana de Natal. Aí comprei presente pros meninos e acabou-se” (Dona Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Poder produzir parte dos alimentos que são consumidos pela família é condição para a permanência das costureiras na área rural, por duas razões pelo menos: o barateamento da cesta básica, aliada à melhoria na qualidade da alimentação das famílias. A existência de políticas públicas que viabilizam a permanência das famílias no campo é mais um facilitador para estas mulheres. Todas as costureiras mantiveram seus documentos como agricultoras, seja porque de fato nunca se desprenderam do universo rural, seja para poder utilizar os benefícios sociais direcionados à população do campo. Das quatro costureiras que estão no assentamento, Dona Dália e Dona Rosa são aposentadas rurais, Dona Hortência está em processo de aposentadoria e Dona Violeta ainda não tem idade suficiente para requerer este benefício. Elas acessaram também outras políticas, como o Bolsa Família e o Seguro Safra de forma esporádica, sendo que Dona Hortência, Dona Dália e Dona Violeta ainda recebem o Bolsa Família. Isto é tão significativo que até o filho de Dona Rosa, que trabalha no *Fabríco C* em Pernambuco, prefere não trabalhar em empresas formais com carteira assinada para manter os documentos como agricultor. Segundo ele é:

Mais fácil para um bocado de coisa com os documentos como agricultor! Eu não penso em ficar aqui mesmo, eu nem fícho minha carteira, nem pra botar pra outra profissão (...)! Eu acho que depois dá

problema, botar pra agricultor num canto e costureiro noutro. (Funcionário do Fabrico C, Entrevista em 08/11/2010).

Ainda em relação à utilização das políticas para o campo, com exceção de Dona Hortência, as outras três costureiras não conseguiram receber o PRONAF A⁵⁵, que é a primeira linha de crédito para os assentados, pois já haviam contraído um empréstimo anterior junto ao Banco do Nordeste – BNB – e não conseguiram quitar a dívida. No caso de Dona Hortência, ela também acessou esse crédito, mas a família pagou o saldo devedor e eles puderam tirar o PRONAF A. Esse empréstimo com o BNB foi adquirido em fins da década de noventa pelas quatro costureiras (Hortência, Violeta, Rosa e Dália) e seus maridos, sendo que Dona Hortência e Dona Violeta o utilizaram para investir na compra de máquinas e tecidos para continuarem o trabalho com confecções, enquanto que as outras duas famílias o acessaram para fazer melhorias nas antigas propriedades que possuíam. O empréstimo junto ao BNB se configura como mais uma interface entre o rural e o urbano no trabalho com confecção, visto que consiste na utilização de crédito de origem agrícola para o trabalho industrial.

Considere-se, ainda, nesse esforço de identificar as dinâmicas que envolvem a inserção das mulheres aqui em foco, simultaneamente, nas atividades agropecuárias e de confecção, outros aspectos. Nos anos em que permaneceram na região do Agreste Pernambucano, nunca se envolveram em organizações sociais de nenhuma natureza (urbana ou rural). Quando de sua inserção no assentamento, no entanto, isso vem mudando. Agora participam da Associação do Assentamento e todas são sindicalizadas.

Uma vez instaladas no assentamento essas mulheres relacionam-se de diversas formas dentro da produção de confecção. Dona Dália, por exemplo, lidera seu *fabrico* no assentamento costurando, tanto para vender em Santa Cruz, como produzindo por encomenda. Mas também *facciona* seu trabalho para o filho, que é dono do Fabrico C, quando necessário. Já Dona Rosa, quando chegou ao assentamento, costurou um tempo por conta própria em seu domicílio, vendendo a mercadoria pessoalmente na Feira de

⁵⁵ O PRONAF é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado no início dos anos 90. Ele foi fruto da ação organizada dos movimentos sociais do campo que em 1993 ocuparam a SUDENE, sob a liderança da CONTAG, e elaboram o Plano de Ações Integradas para o Desenvolvimento do Semi-árido seguido do documento da Política Agrícola Diferenciada para a Agricultura Familiar, gênese da Política do PRONAF (PEIXOTO, 2011). Destina-se ao financiamento de projetos individuais ou coletivos para geração de renda dos agricultores familiares ou assentados da reforma agrária, com taxas subsidiadas. Atualmente possui as seguintes linhas: A, Grupo A Complementar, A/C, B, C, D, E, Agroindústria, Custeio de agroindústrias familiares e de comercialização da Agricultura Familiar, Cota Parte, Mulher, Jovem, Convivência com o Semi-árido, Floresta, Agroecologia.

Santa Cruz. Hoje ela é uma costureira externa do fabrico da irmã (Dona Dália) e compra roupa em Santa Cruz e a repassa para uma cunhada, que mora na cidade de Prata, vender:

É uma cunhada minha. Eu compro uma peça lá por dez, eu entrego a ela a treze e ela vende a quinze. *Tá* tudo certinho, sabe! Se eu compro por cinco, entrego a ela a oito, ela vende por dez. Só que eu tô comprando com meu dinheiro. Aí, eu acerto mais ela, ela dá trinta dias. (Dona Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

No caso de Dona Hortência, ela costura em casa de forma esporádica, mas prefere vender sua própria mercadoria, embora também já tenha *faccionado* seu trabalho para outros empreendimentos do *Pólo*. A Dona Violeta, por motivos de saúde, não pode mais costurar, mas passou a comprar bijuterias em Santa Cruz e as revender no assentamento em que mora e regiões vizinhas.

A partir dos dados da nossa pesquisa identificamos ainda, as mulheres são unânimes em afirmar que o que conseguem “guardar” dos ganhos obtidos na costura de roupas, parte vai para repor os custos com a matéria-prima e remuneração da força de trabalho (no caso de quem subcontrata costureiras), outra parte vai para as despesas pessoais e da casa, mas também investem na produção agrícola: “A gente trabalha, junta pra arar a terra, plantar, pra botar ração pra bicho. Pra tudo isso! O dinheiro da gente é tudo pra essas coisas” (Dona Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Por fim, também identificamos um último elemento de tensão referido à condição de gênero das costureiras e à permanência do trabalho domiciliar com confecção nos espaços rurais. Quando perguntadas sobre o futuro do seu trabalho com costura para Santa Cruz, todas indicam que pretendem parar em um futuro próximo: “A questão da costura, eu tô pensando pra daqui a uns três ou quatro anos eu parar” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011). Dona Hortência também quer parar, só não o fez ainda porque suas filhas não querem dar continuidade:

Eu mesma, pra *mim* mesmo pra pegar, enfrentar mesmo eu não quero não! Mas, assim, pra dá uma mão, uma coisa... se botar elas [filhas] pra trabalhar, eu não botava não (...). Eu posso ainda costurar, mas eu não vou dizer que eu tenho ainda aquela coragem que eu tinha de pegar bem cedo, largar de tarde, eu não tenho mais! Mas, pelo menos, ficava orientando elas e elas fazendo. Eu tenho vontade de fazer isso (Dona Hortência, Entrevista em 18/01/2011).

Elas ainda continuam a fabricação de roupas porque, além delas gostarem, precisam: “As duas coisas: porque sempre ajuda uma coisinha. Toda vida eu gostei de

costurar. Só não gosto de costurar peça muito difícil, não” (Dona Hortência, Entrevista em 18/01/2011). Dona Dália corrobora esta afirmação: “Parar a costura agora vai fazer uma diferença muito grande” (D. Dália, Entrevista em 14/04/2011).

Por outro lado, várias delas também manifestaram o desejo de retornar a Santa Cruz: “Eu tenho muitos planos, mas eu sei que nenhum vai ser realizado, não. Que é de voltar pra Santa Cruz”. E o principal empecilho tem sido a recusa dos maridos:

Eu cheguei de Santa Cruz. eu estranhei muito. Eu gosto muito de Santa Cruz, mas depois fui me acostumando mais. Por mim, só morava lá. Mas, hoje em dia, tá difícil. Os três meninos são casados, moram aqui, Zé não vai. Ai fica mais difícil. Já tô tranquila que eu nunca vou voltar mais pra lá. Pronto! (D.Rosa, Entrevista em 14/04/2011).

Mesmo querendo parar, elas continuam buscando formas de viabilizar a produção de roupas. Recentemente estão tentando acessar um fundo chamado “Apoio Mulher”, que é uma política coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, para fortalecer as atividades produtivas das mulheres assentadas. Algumas delas elaboraram um projeto para aquisição de máquina de costura e tecidos.

A costura perpassa e entrelaça-se de várias formas na dinâmica produtiva das nossas personagens. Pudemos perceber a extrema imbricação entre o trabalho industrial, o trabalho doméstico e o espaço rural. A partir de tais situações, nota-se o quanto a dinâmica produtiva da confecção é flexível e o quão importante para tal tem sido o papel das mulheres. Nota-se, ainda, que a nova dinâmica rural-urbano e agrícola-industrial também joga um papel importante para tal característica. O caráter marcadamente informal, familiar, flexível e precário das relações de trabalho nas atividades do *Pólo* tem a ver com a capacidade de sua dinâmica em associar o trabalho na produção e comercialização de confecções com o trabalho em outras atividades (agrícola, pecuária, na construção civil, em serviços públicos e privados), assim como com as atividades domésticas, sob novos processos de diferenciação de gênero nas relações de trabalho e sob novas dinâmicas associando o rural e o urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos nestas *considerações finais* discorrer acerca de alguns elementos suscitados ao longo da pesquisa, procurando, ao mesmo tempo, nos afastar da ideia de que trazemos dados conclusivos. Tratamos de aspectos que consideramos como capazes de contribuir para a compreensão da dinâmica produtiva do *Pólo de Confeções de Pernambuco*, a partir da inserção das costureiras a domicílio residentes na região do Cariri Paraibano. Para isso, fizemos uma imersão na trajetória dessas mulheres e de suas famílias, a fim de apreender os caminhos transcorridos, os movimentos migratórios, de ida e de volta, os vínculos com diversas formas de geração de renda e de trabalho e como tudo isso se combina com a confecção da *sulanca*. Buscamos compreender, em associação com os aspectos até aqui verificados, o que esses elementos nos sugerem em termos de diferenciações de gênero na relação entre trabalho e atribuições domésticas.

Para tanto, procuramos circunscrever alguns dos aspectos da dinâmica social e produtiva que se encontram implicados na constituição da confecção da *sulanca*, sempre a observando pelo prisma da inserção das costureiras do Cariri da Paraíba. Tais aspectos foram: o *trabalho domiciliar familiar*, as *relações de gênero* e a nova dinâmica *rural/urbana*. Entendemos que esta tríade continua significativa para pensarmos sobre como o *Pólo de Confeções do Agreste* se estabeleceu e vem se expandindo. Ao situarmos a análise sob tal perspectiva, propomos que cada uma dessas dimensões alimenta as demais, mas também é alimentada por elas, que estes elementos conflitam uns com os outros, dependem uns dos outros e, fundamentalmente, dialogam com a gestação de uma dinâmica de acumulação capitalista, que vem se estabelecendo com o desenvolvimento do *Pólo*.

Da análise aqui empreendida sobressaiu o caráter flexível da dinâmica produtiva do *Pólo*. A flexibilidade das formas de inserção, permanência e saída nas/das atividades produtivas do *Pólo* se configuram como uma oportunidade, tanto para o estabelecimento de uma dinâmica de acumulação de capital, quanto para os núcleos familiares na sua luta pela sobrevivência. Sua dinâmica permite que os trabalhadores e trabalhadoras inseridos na produção de confeções no *Pólo* desenvolvam, ao mesmo tempo, em convivência com estas diversas outras atividades. As atividades referidas à *sulanca* são diversas em si mesmas: envolvem a produção diretamente voltada para a venda (em *fabricos* e fábricas), a produção faccionada para outros (por meio da organização de facções, em unidades domiciliares e não domiciliares, ou por meio do

trabalho a domicílio faccionado individual), a comercialização dos produtos de fábricas e *fabricos* (nas feiras e centros comerciais locais ou diretamente em outros mercados), os diversos serviços relacionados às atividades produtivas e comerciais (transporte, financiamento, serviços públicos e outras atividades produtivas, como produção de bancos de feira etc.).

O padrão flexível, precário e informal presente na origem do *Pólo* vem se apresentando como o fio condutor de sua consolidação e expansão. Como parte desta dinâmica, atualiza-se também a divisão sexual do trabalho, fortalecendo antigos processos discriminatórios sobre o trabalho e a condição da mulher, assim como criando novos. É assim que, particularmente em segmentos como o da indústria de confecções, as formas e condições de trabalho predominantes em realidades como a do *Pólo de Confecções do Agreste*, que incorpora cada vez na sua constituição a dinâmica da acumulação de capital, se aproximam e se confundem com as formas e condições de trabalhos impostas a partir das novas estratégias do grande capital⁵⁶.

Na medida em que o *Pólo* se consolida, ao configurar-se como um espaço no qual passa a vigor uma explícita dinâmica de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que o trabalho continua precário, informal, familiar e domiciliar, as relações de trabalho passam por uma resignificação: deixam de ter o sentido estrito de luta pela sobrevivência e adquire, para além desse, o sentido de estratégias de acumulação. Uma das diferenciações identificadas durante a pesquisa relaciona-se à conformação atual do trabalho domiciliar, que continua fortemente envolvido pelo caráter familiar, mas vem afastando-se da domesticidade de outrora. Hoje identificamos este tipo de trabalho sendo realizado muito mais próximo dos padrões industriais, orientado por uma racionalidade mais técnica, com um maior planejamento da produção e melhoria na qualidade dos produtos. Um contraste, quanto a isso, pode ser observado entre um *fabrico*, situado na zona urbana, como o Fabrico C, e um outro, como o Fabrico de Dona Dália, situado no espaço rural, ambos estudados por nós. Enquanto aquele apresenta um grau de especialização maior, com a utilização de matéria-prima de melhor qualidade e maquinário mais “de ponta”, esse último ainda preserva muito do caráter doméstico, funcionando praticamente como uma extensão do lar das costureiras, cujas peças aproximam-se mais da *sulanca* de antes do que da confecção de hoje.

⁵⁶ Aqui fazemos referência à noção de “acumulação por espoliação”. Para Harvey (2009, p.124), “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”.

Dona Margarida, Dona Rosa, Dona Dália, Dona Hortência e Dona Violeta são personagens que representam as milhares de mulheres inseridas nas atividades produtivas do *Pólo do Agreste* desde o início da *sulanca*. Representam, por um lado, a invisibilidade da contribuição destas para o crescimento e dinamismo da economia do *Pólo* e, por outro, o quão funcional tem sido as formas de trabalho praticadas sob a condição da subcontratação, por meio de *faccionamentos*, para o desenvolvimento do *Pólo*. A condição da mulher e de sua inserção nas atividades produtivas encerram uma situação toda especial. No caso do *Pólo*, um dado inicial para essa reflexão é que a habilidade adquirida culturalmente com o bordado e a costura, aliada à necessidade de buscar melhorar suas condições de vida, têm sido pré-requisitos para a entrada das mulheres no ramo da confecção, situação que as coloca em desvantagem em relação aos homens. São mulheres com pouca escolaridade (no geral não chegaram a concluir o ensino fundamental) e sem nunca ter passado por nenhum tipo de qualificação profissional. A interrupção nos estudos está intimamente ligada aos papéis de gênero, pois, na maioria dos casos, o fim dos estudos ou a não busca pela qualificação foram motivados pela necessidade de cumprir com sua “obrigação” de mãe, de esposa e de “dona de casa”.

A gradual incorporação dos homens em atividades tidas como “femininas” é um dado relevante para observarmos o comportamento da divisão sexual do trabalho na ação produtiva do *Pólo*. Do ponto de vista do trabalho remunerado, “costurar” não causa nenhum problema aos homens, nem é motivo de discriminação. Porém, no *fabrico* onde só trabalham homens, a não contratação de força de trabalho feminina é justificada pelos padrões de gênero vigentes. Podemos também fazer uma leitura geracional desta realidade: quando as costureiras aqui estudadas moravam no distrito de São Domingos, parecia haver, de fato, um impedimento cultural para a primeira e segunda gerações de homens da família de Dona Margarida (marido, filhos e genros) manusear máquinas de costura. Eles, geralmente, trabalhavam na construção civil, no comércio ou como motoristas de transporte alternativo e os que se envolviam nos *fabricos* exerciam atividades periféricas, como cortar ponta de linha, embalar, entre outras. Neste sentido, há uma mudança, pois os homens das gerações seguintes (principalmente os netos) já costuram. Mesmo assim, é importante atentar para o fato de que quando os homens ocupam hoje postos de trabalho na confecção, estão sempre em funções melhor remuneradas e tecnologicamente mais avançadas.

A tendência de incorporação da força de trabalho masculina em postos considerados “femininos” (como costurar, bordar, passar ferro etc.) parece não alterar a dimensão dos trabalhos ligados à reprodução social, uma vez que as tarefas domésticas e de cuidados continuam majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres. Os homens entrevistados durante a pesquisa ou não executam nenhuma tarefa doméstica ou as fazem em virtude de alguma circunstância especial, como “ajuda”. Destaque-se o caráter perverso da não socialização do trabalho doméstico, inscritas na histórica desigualdade nas relações de gênero. Como exemplificação, citamos o caso de Dona Margarida, que mesmo com 83 anos e alguns problemas de saúde, é ela quem cuida do filho aposentado por invalidez e do neto que mora em sua casa para trabalhar no Fabrico C (inclusive este neto é o que nos afirmou se orgulhar da sua profissão de “costureiro”).

Algumas possibilidades de análise podem ser consideradas neste caso. A maior incorporação da força de trabalho masculina em atividades “de mulheres” não significa necessariamente que esteja ocorrendo uma mudança no caráter patriarcal das relações de gênero, embora em alguma dimensão venha ocorrendo na divisão sexual do trabalho. Levando em consideração que, ao mesmo tempo em que o capitalismo separou os trabalhadores do seu meio de produção, o trabalho manual do intelectual, o mundo público do privado, ele também conformou a Divisão Sexual do Trabalho. Isto significa que, para o desenvolvimento capitalista, apresenta-se como funcional a separação entre trabalho produtivo (masculino e remunerado) e reprodutivo (feminino e gratuito), com conseqüente valorização daquele em detrimento deste. A partir do momento em que o dito “trabalho de mulher” (costura) valoriza-se na dinâmica de acumulação, este passa a ser atrativo para a força de trabalho masculina, ou seja, passa a ser “coisa de homem”.

Uma das constatações da pesquisa neste âmbito diz respeito ao fato de as mulheres terem entrado na costura como parte do seu processo de socialização, desvalorizava essa atividade como profissão. Mas, a partir do momento que essa atividade se apresenta como oportunidade profissional, de geração de renda, os homens entram, inclusive, melhor remunerados. Por isso, a permanência, para as mulheres, do trabalho produtivo dentro dos lares é uma forma de manter esta ação produtiva como extensão da reprodução social, ampliando e complexificando a jornada de trabalho e mal remunerando as trabalhadoras. Sob tais condições, os homens, quando assumem postos de trabalho ditos “de mulheres”, são movidos pela necessidade econômica, não necessariamente por terem avançado na consciência de mudar as relações de gênero ou mesmo que pretendam mudá-la. Por isso, não realizam trabalhos “de mulheres” no

espaço doméstico. Aqui estão alguns dos fios invisíveis que ocultam a dupla exploração sofrida pelas costureiras a domicílio.

A sutileza desta situação está na forma como se apresentam as relações sociais de sexo na experiência produtiva do *Pólo de Confecções* ancorada em uma aparente alteração na tradicional divisão sexual do trabalho em função da necessidade da acumulação capitalista. É mister para a consolidação e expansão do *Pólo* a utilização de força de trabalho de homens e mulheres, apropriando-se das condições desiguais, aprofundando os mecanismos de exploração e a precariedade. Assim, entendemos que as verificações aqui apresentadas demonstram (como já adiantado em vários estudos) a necessidade de utilizarmos a categoria *gênero* para compreendermos o movimento atual da acumulação capitalista e de como a emergência de uma “nova figura salarial feminina de crise” (HIRATA, 1998) o é de forma extremamente contraditória e complexa, aparentando, por vezes, movimentos de autonomia e ruptura com “velhos padrões” sexistas.

Amalgamada aos elementos levantados até agora, não menos importante é a interface rural-urbana, presente não só na origem das nossas “costureiras-agricultoras” ou “agricultoras-costureiras”, com a alteração da paisagem rural (como a mistura de foices, enxadas e sementes agrícolas com retalhos, carretéis de linhas, máquinas de costura, pelos cantos das casas de muitas trabalhadoras e trabalhadores como podemos observar na nossa pesquisa de campo. Tal interface se refaz na ressignificação das realidades rurais e urbanas, industriais e agrícolas, a partir das formas de inserção destas mulheres em ambos os espaços, e na conseqüente imbricação entre os mesmos. Na realidade pesquisada, a terra cumpre um papel histórico fundamental como reserva de valor para as famílias, seja quando elas vendem para investir na *sulanca*, seja quando utiliza o capital acumulado com a confecção no reinvestimento em terras. Uma oportunidade para elas foi a constituição do assentamento Serrote Agudo, que resolveu o problema do acesso à terra, mesmo para os que residiam em pequenas propriedades de herdeiros⁵⁷.

A permanência do trabalho a domicílio em espaços rurais nos sugere algumas reflexões. Assim, como nas cidades, os custos com o capital constante (maquinário, energia elétrica) para o desenvolvimento da atividade, na sua grande maioria, é responsabilidade das trabalhadoras a domicílio, o que significa uma vantagem para este

⁵⁷ Os maridos de Dona Rosa e Dona Dália são herdeiros de pequenas propriedades nas imediações do assentamento, mas não podem “mexer na terra”.

tipo de indústria (a de confecções, mais especificamente), uma vez que repassam para as trabalhadoras um custo que deveria ser mantido pelos proprietários dos empreendimentos. Mas, mais do que isto, sendo este trabalho realizado no espaço rural, o fato das “costureiras-agricultoras” ou “agricultoras-costureiras”, além de se responsabilizarem pelos custos de manutenção, produzirem parte da alimentação (feijão, milho, ovos, galinhas, cabras, ovelhas) necessária para a reposição da força de trabalho, facilita a manutenção das baixas remunerações e da permanência deste tipo de relação de trabalho.

As movimentações feitas pelas mulheres, no sentido da sua inserção nas atividades do *Pólo* e de sua manutenção no trabalho com confecções no retorno ao campo, indica-nos que elas parecem possuir uma maior facilidade de adaptação ao trabalho industrial. Isto tanto está referido aos papéis de gênero, como à própria relação industrial-agrícola. Diferentemente do ocorrido com os seus maridos, elas não conseguiram manter um fluxo sazonal que permitisse a elas continuar desenvolvendo atividades agrícolas. Esta situação pode ter ocorrido pela necessidade de permanecerem nos lares para garantir o cuidado com os filhos (reforçando a responsabilização pelo trabalho doméstico), mas também porque o caráter contínuo da produção de confecção e a intensa produção impediam que as mulheres tivessem tempo de fazer o mesmo movimento dos maridos.

Por isso, apontamos que o trabalho a domicílio e as relações de gênero sugerem, igualmente, particularidades e diferenciações quando em diálogo com as novas dinâmicas rural-urbano, inauguradas com o desenvolvimento do *Pólo*. No caso aqui estudado, enquanto o trabalho agrícola permaneceu central para os homens, o que sempre relegou as agricultoras à produção para autoconsumo, desvalorizada e considerada como “ajuda”, a atividade com confecções permitiu uma maior visibilidade para o trabalho das mulheres, de tal modo que levou a um deslocamento dos homens para tais atividades, mesmo inicialmente tendo que lidar com o preconceito, ao realizarem “trabalho de mulher”. Observamos, por outro lado, que a renda obtida pelas “agricultoras-costureiras” ou “costureiras-agricultoras” é responsável, em grande parte, pela manutenção dos homens na terra e tem garantido a reprodução da propriedade, isto porque os ganhos obtidos com a safra agrícola não conseguiram cumprir este papel. Neste sentido, parece-nos que, de fato, no ambiente camponês as relações de gênero são muito mais desiguais e não foram ainda “contaminadas” pelo “novo papel do feminino” como observado nos espaços urbanos (MELO & DI SABBATO, 2006). Nossa hipótese

é de que no campo o patriarcado continua a ditar fortemente as normas sociais, reforçando a propriedade e o modelo de família nuclear. Além da importância econômica, a costura, para as mulheres, ainda passou a ser uma forma delas se afirmarem como trabalhadoras, gestando seu próprio empreendimento, e de obterem alguma valorização econômica.

A nova dinâmica rural-urbana nos sugere uma redefinição complexa entre ambos os espaços, não devendo ser tratada nos termos de uma provável extinção do rural, mas como possibilidades de “recriação” de ambos ⁵⁸. Neste sentido sugerimos refleti-la em variadas direções. Uma delas é a existência de uma necessária integração da agricultura à indústria para que ela (agricultura) consiga reproduzir-se. Contudo, esta premissa, implica uma ressalva, pois pode dar a entender a sugestão de uma integração inevitável, o que não é o caso. Parece-nos mais prudente pensar em termos de um contínuo rural-urbano, de uma relação dialética de conformação e luta, sobretudo porque não estamos abordando qualquer espaço rural, e sim de um assentamento de Reforma Agrária, principal vetor do debate sobre democratização da terra e redistribuição de riqueza nos dias atuais e que vem sendo assumida pelo Estado brasileiro como política pública. Também não devemos tratar o trabalho industrial como uma mera complementariedade à produção agrícola ou mesmo nos termos de uma sobreposição à esta, mas como uma oportunidade que se apresenta para populações que vivem na pobreza, em condições adversas. Em outras palavras, optamos por olhar para a dimensão do rural/urbano, considerando suas relações contraditórias, mas profundamente imbricadas, evitando cair e/ou alimentar falsas dicotomias, que concebem a cidade como o lugar do industrial e o campo como o espaço da agricultura ou que vê como inevitável e linear uma total assimilação das relações sociais camponesas à grande indústria.

Aqui, faz-se necessária uma menção ao debate acumulado pela Sociologia Rural. O rural não pode ser entendido como sinônimo de atraso, mas como espaço onde há outras possibilidades de interação com o urbano e com o próprio rural (SILVA, 2001; CARNEIRO, 2008). A relação entre o urbano e o rural deve ser pensada como um contínuo, e não como se houvesse uma dicotomia entre as atividades agrícolas e industriais. A aproximação com a realidade das “costureiras-agricultoras” ou “agricultoras-costureiras” fez-nos perceber as contribuições que temas como pluriatividade, multifuncionalidade, “o novo rural”, questão agrária podem dar ao nosso

⁵⁸ Para mais detalhes, Vêras de Oliveira (2011, p. 17-18).

objeto. Assumimos que dialogar com os estudos de pensadores e pensadoras como Maria Nazaré Wanderlei, Sérgio Schneider, Maria José Carneiro, José Graziano, Eli da Veiga, entre outros, pode dar uma maior envergadura à investigação do nosso tema de pesquisa, pretensão que manteremos para futuros aprofundamentos.

Estes são elementos primordiais para os exercícios seguintes de aprofundamento. Sabendo das limitações que uma dissertação de mestrado enseja, concordamos que existem várias possibilidades de recortes e aprofundamentos para tratar o tema, principalmente porque, a cada dia, temos notícias dos processos de interação de homens e mulheres do Cariri da Paraíba com os empreendimentos do *Pólo*, a exemplo da disseminação de cursos de corte e costura, orientados pelo SENAI sob demanda das prefeituras da região, da ampliação do número de *fabricos e facções*, urbanas e rurais, na região, entre outros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo, DINIZ, Fábio, D'OLIVEIRA, Maria do Carmo, FAVARETO, Arilson, SAES, Beatriz. **Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste brasileiro – para além das transferências de renda** (mimeo), 2010.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **Processo de trabalho, descentralização da atividade produtiva e segmentação do mercado de trabalho: algumas tendências recentes**. In: **Textos para Discussão**, nº 5, Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Averso da Moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____ & SORJ, Bila (orgs). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

_____ & ABRAMO, Laís (orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1996.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro & AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **Redes de Subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas**. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s010-83332002000100010&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em 30 de out. 2009. doi: 10.1590/S0104-83332002000100010

ARAUJO, Carlos Augusto Lucena; PEREIRA, Clarice Ferrão. **A indústria de confecções em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós-ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções)**. **XIII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Nordeste, Nordeste: Que Nordeste? Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**. **Heranças e Urgências**, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. **Notas Sobre o Trabalho Doméstico**. In: BEZERRA, Ednalva, COSTA; Ana Alice; COSTA, Albertina; ÁVILA, Betânia e SOARES, Vera (orgs). **Transformando as Relações Trabalho e Cidadania: Produção, Reprodução e Sexualidade**. São Paulo: CUT/BR, 2007.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF**. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl0a.htm>>. Acesso em: 05 de agosto de 2011.

BEZERRA, Elaine Maurício. **Sai Dessa Cozinha, vem ocupar teu lugar: Grande Reportagem sobre as Desigualdades de Gênero em dois assentamentos do Cariri Paraibano**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004.

_____. **“Olê mulher rendeira, olê mulher rendá”: uma análise sobre trabalho das rendeiras de renda renascença do Cariri Paraibano**. Vitória: UFES, 2008, mimeo.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Seminário Internacional Gênero e Trabalho**, 2007.

BUONFIGLIO, Maria Carmela. Reestruturação produtiva e seus efeitos no mundo do trabalho. In: LIMA, Jacob; KOURY, Mauro Guilherme P.; RIFIOTIS, Theophilos (orgs). **Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Proceso de informlidad y sector informal: reexamen de una discusión. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v 6 n. 3, 2000.

CAMPOS, Luis Henrique Romani de. *et al.* Condições de trabalho na indústria do vestuário: um estudo sobre Toritama. **14º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste: Recife**, 2009

CANIELLO, Márcio & DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou casa no lote: a questão da moradia nos assentamento da Reforma Agrária no Cariri paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 37, n. 4, 2006.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. In: **Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais / Universidade Estadual de Campinas**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. v. 2, n.1. Campinas: Unicamp, 2008.

CISNE, Mirla. Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade. **Revista O Comuneiro**, n. 2, 2006. Disponível em: www.ocomuneiro.com.

COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de, SOARES, Vera (org). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIEESE. Relatório Final: Diagnóstico do Setor Têxtil e de Confecções de Caruaru e Região. Recife: **Observatório do Trabalho do Estado de Pernambuco**, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

FERREIRA, Verônica. O novo e o velho no trabalho das mulheres. In: SILVA, Carmem; ÁVILA, Betânia; FERREIRA, Verônica. **Mulher e Trabalho**. SOS Corpo –

Instituto Feminista para a Democracia: Recife; Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT: São Paulo, 2005.

FERREIRA, Eduarda de Lima; SILVA, Elton Oliveira; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Práticas produtivas no assentamento Serrote Agudo – PB: o manejo da caatinga. **IX Jornada do Trabalho: Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital**. Catalão: UFG, 10 a 13 de outubro de 2008.

FILGUEIRAS, Luis; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH, Salvador**, v. 17, nº 41, mai/ago 2004, pp. 211-229.

FOOT, Francisco & LEONARDI, Víctor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. São Paulo: Global Editora, 1982. Teses: 6.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho Doméstico. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 2ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**. Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho, ano 4, nº.7, 1998, p. 5-27.

_____ & PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. **Caderno CRH**, Brasília, DF, 15.37, 31 08 2006. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=130>>. Acesso em: 06/ 07/ 2011.

_____. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, CEBRAP n. 86, 2010.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, H. *et al* (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. **As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadores e trabalhadoras da confecção de roupas de Cianorte e Região**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

LIMA, Hilário Siqueira. **As lavanderias de jeans de Toritama: uma contribuição para a gestão das águas**. Recife: 140 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho, Mercado e Formação de Classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco**. João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1996.

_____. Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. **Revista Política e Trabalho**, João Pessoa v. 15, novembro de 1999.

_____. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____ & SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno CRH**, Salvador, nº 37, p. 163-180, jul/dez 2002.

LIRA, Sonia. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. In: **Revista de Geografia**. UFPE – DCG/NAPA, Recife, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Coleção Os economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____ & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MELO, Hildete Pereira & DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: **Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul**. NEAD Debate; 9. Brasília, 2006.

MELO, Maria Tereza de Ávila. **A divisão sexual do trabalho na produção da sulanca em Santa Cruz do Capibaribe – PE**. Campina Grande: Universidade Estadual de Campina Grande, 2009.

MESQUITA, Giovana Borges; ANDRADE, Ana Maria de Andrade. O desenvolvimento local de caruaru via indústria de confecção: uma alternativa possível? **Intervozes**, Caruaru, v. 6, n. 2, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

- MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera: Presidente Prudente**, ano 10, n. 10, 2007.
- MOREIRA, Emília de Rodat. A agricultura familiar na Paraíba: importância e diversidade. João Pessoa, *mimeo*, 2011.
- NETO, Leonardo Guimarães & GALINDO, Osmil. A produção intelectual recente sobre a questão regional no Brasil: um balanço dos anos 80. In: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: vol.21, nº 3/4, p. 443-479, jul./dez. 1990.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: ano 17, nº. 50, abril de 1996.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. **Crítica a Razão Dualista: O Ornitorrinco**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEIXOTO, Eugênio - Territórios, Cadeias Produtivas, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Sustentável: O Caso da Ovinocaprinocultura de Base Familiar no Cariri Paraibano. Cabedelo, *mimeo*, 2011.
- PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2008.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- RAPOSO, Maria Cristina & GOMES, Gustavo Maia. **Estudo de Caracterização Econômica do Pólo de Confeções do Agreste Pernambucano**. Recife: UFPE, 2003.
- RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio , redes de subcontratação e as condições de competição. In: **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. ABREU, A. & SORJ, B. (orgs). Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade classes: mito e realidade**. Coleção Sociologia Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher. Um estudo das operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos.** São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, E.O; FERREIRA, E. L; MOREIRA, E. R. F. Reforma Agrária no Cariri paraibano: o caso do assentamento Estrela D'Alva. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária:** São Paulo, 2009.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001.

SOBEL, T. F; MUNIZ, A. L. P; COSTA, E. F. Divisão regional do desenvolvimento humano em Pernambuco: Uma aplicação de análise de cluster. Fórum BNB de Desenvolvimento. **XIII Encontro Regional de Economia**, 2008.

SORJ, Bila. Mudanças e Continuidades do trabalho domiciliar: algumas questões metodológicas. In: **Novas tramas produtivas: uma discussão teórico-metodológica.** GITAHY, Leda & LEITE, Márcia de Paula (orgs). São Paulo: Editora Senac, 2005.

TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

UNICAMP. **Boletim de Conjuntura Industrial, acompanhamento setorial, panorama da indústria e análise da política industrial: relatório de acompanhamento setorial: têxtil e confecção.** Campinas: 2008.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da Nova Informalidade: A questão da Informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual. Campina Grande: In: **VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho**, Cidade do México, 2009.

_____. O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. Campina Grande: *mimeo*, 2011.

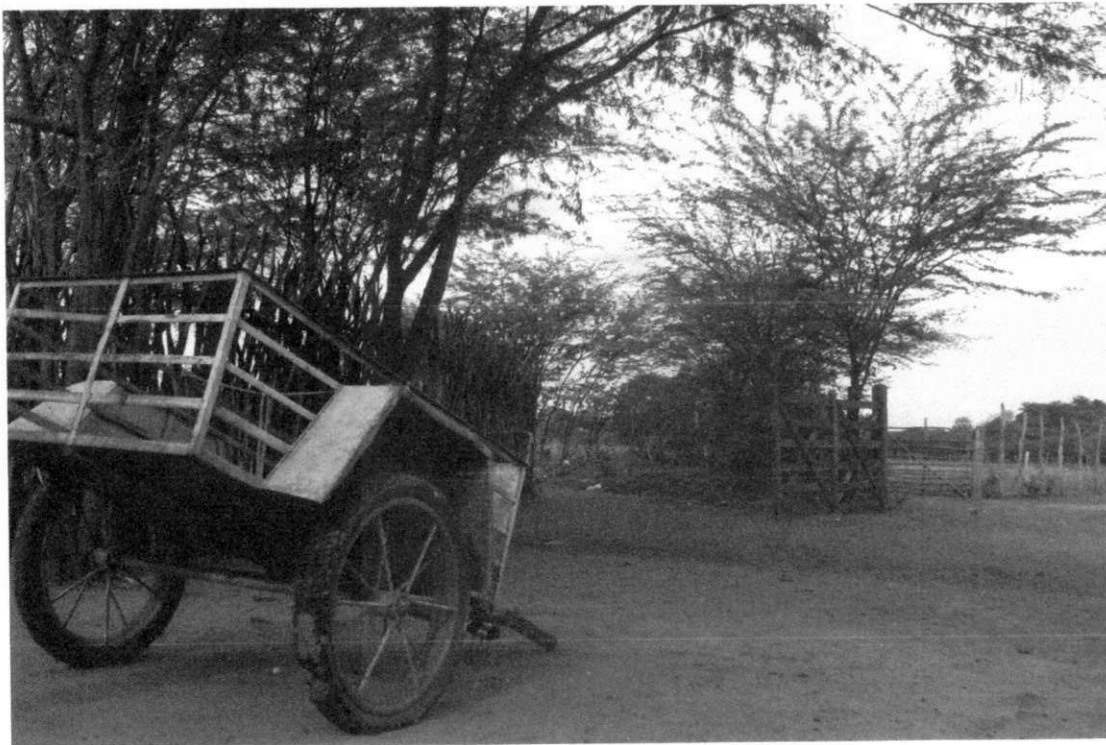
ANEXOS

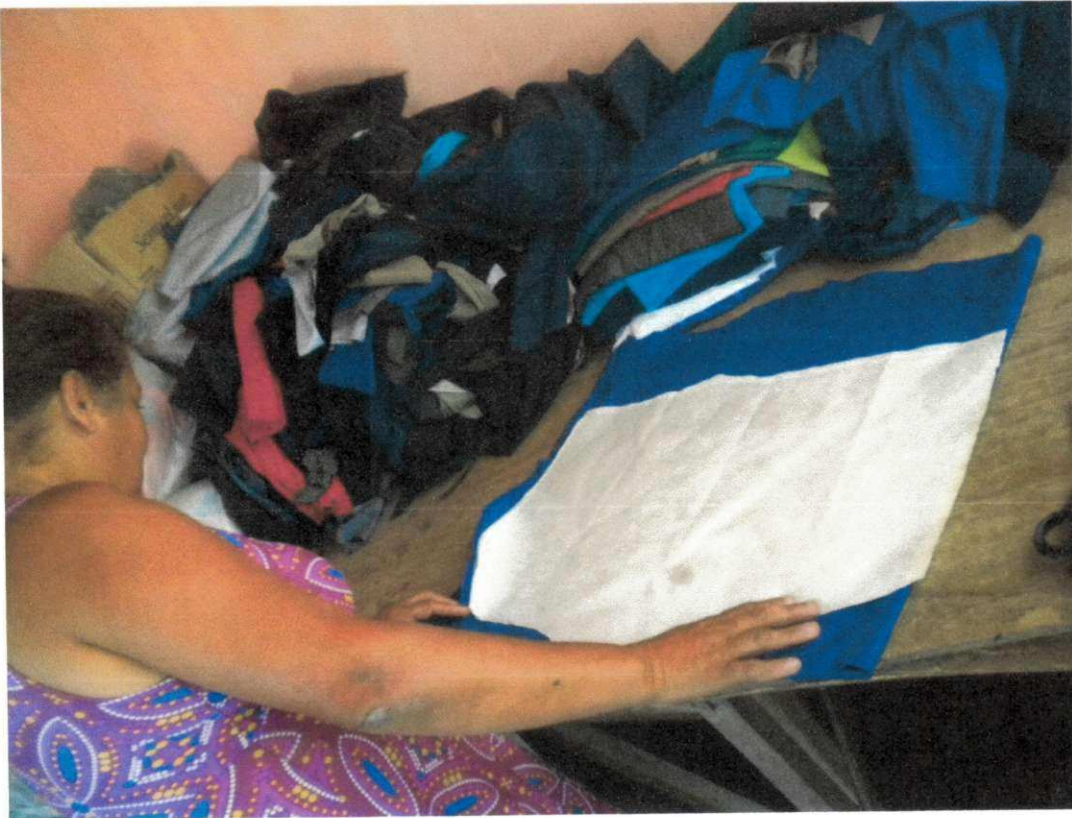
O CARIRI PARAIBANO



O ASSENTAMENTO





O TRABALHO DAS COSTUREIRAS



“COSTUREIRAS-AGRICULTORAS” / “AGRICULTORAS-COSTUREIRAS”

